

CARLA ROCHA COELHO

**IDENTIDADES NEGOCIADAS: ESTRATÉGIAS DE CONQUISTA E
PERMANÊNCIA EM UM TERRITÓRIO QUILOMBOLA**

BRASÍLIA-DF

2014

CARLA ROCHA COELHO

Monografia apresentada ao
Departamento de Antropologia da
Universidade Brasília como parte dos
requisitos para conclusão do curso de
Bacharelado em Ciências Sociais, com
habilitação em Antropologia.
ICS-DAN / UNB

Orientador: Professor Doutor Carlos
Alexandre Barbosa Plínio dos Santos

Banca Examinadora: Professora Doutora Ellen
F. Woortmann

BRASÍLIA-DF
2014

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me acompanhar durante todo esse processo de entrada, permanência e conclusão deste estágio tão importante que foi a passagem pela universidade na minha vida.

Sou grata a minha família: ao meu pai, Francisco, pela simplicidade de seu carinho e amor, motivação sem a qual eu não teria sequer chegado até aqui; a minha mãe, pela paciência, atenta as minhas angustias e percalços da vida – dentro e fora da academia, colo de muitos choros e alegrias; à minha irmã Caroline pelo seu amor incondicional, pelas conversas e conselhos para a minha formação profissional e para a vida; à minha irmã Pequena (Camila) pela sua energia, pela sua franqueza, que muitas vezes foram essenciais para as diversas decisões que tomei nesses caminhos percorridos.

Aos amigos de fora dos muros da universidade: Deda, Shyko, Sica, Amado (Marcos) e Thiaguinho, pelas inúmeras ausências que o fazer acadêmico implicaram ao nosso convívio nesses últimos anos e, principalmente na escrita deste trabalho.

Às amigas de curso e dos percursos dessa vida: Nati – por ser meu ponto de tantos apoios e conselhos, de tantas motivações aos projetos de pesquisa; Kris – pelos momentos de escuta atenta aos meus anseios, pela alegria da sua companhia, por me orientar a aproveitar ao máximo as oportunidades que uma universidade pública pode oferecer; Mari – por sua personalidade simples e pela risada mais gostosa e contagiante; e, a Iô, por sua disciplina motivadora que sempre me desperta admiração.

Ao meu companheiro e amigo, Erick, pela paciência e amor sempre dedicado, que trouxe linda primavera após o frio inverno.

À paciente e sempre pertinente orientação de Carlos Alexandre. Sou grata por ter me apresentado à pesquisa do “universo” quilombola, pelo convite para participar da equipe de elaboração do RTID que culminou na presente monografia, experiência que poucas pessoas têm a oportunidade de vivenciar antes de concluir o curso. Através do meu orientador, agradeço também ao Instituto de Pesquisa e Documentação Etnográfica – Olhar Etnográfico, instituição que me proporcionou o primeiro contato com as comunidades objeto de pesquisa deste trabalho.

Às pessoas da Comunidade Família Araújo e Ribeiro, Comunidade São Miguel, Família Cardoso, Comunidade Romano Martins da Conceição e Família Bulhões, que me acolheram em suas casas e que me contaram sobre as suas vidas. Material sem o qual o presente trabalho não teria se realizado. Agradeço de maneira especial a Dona Mirtes e Seu

Almir, pela hospitalidade solícita e por franquearem a minha entrada nas casas de muitas das pessoas que contribuíram para o trabalho de campo dessa pesquisa; à Guilherme, assistente dessa pesquisa, que sob as duas rodas de sua bicicleta se dispôs a me acompanhar em cada entrevista realizada. E a todos os outros membros da família Araújo e Ribeiro que disporem parte de seu tempo para a produção dos dados que resultaram nesta monografia.

RESUMO

O presente trabalho parte de uma abordagem histórica (em virtude da própria natureza da temática em questão – quilombo) para compreender os atuais espaços de definição das identidades quilombolas enquanto locais de negociação. Destaca-se primeiramente a presença negra no estado de Mato Grosso do Sul e seu papel fundamental para as atividades econômicas e de defesa do território brasileiro desde os momentos iniciais de colonização do Brasil. Entender esse período da história permite identificar o caráter sempre ativo das comunidades negras nas estratégias de conquista e permanência em seus territórios. Nesse sentido, a etnografia aqui proposta destaca as trajetórias de vida da família Araújo e Ribeiro e de outras comunidades ligadas a ela para compreender como por intermédio das relações de parentesco, compadrio, arrendamento de terras e de criação de animais (no passado) bem como os atuais mecanismos de negociação de identidades dessas comunidades, no que se refere aos diferentes projetos ofertados para esses grupos (políticas públicas destinadas a ambientes urbanos ou rurais), os representam, na medida em que contribuem para a manutenção da família por intermédio da permanência na terra.

Palavras chaves: Comunidades Quilombolas, Estratégias de Permanência, Políticas Públicas, Terra, Família.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

- O interesse pelo tema e alguns fundamentos teóricos 7
- Bases Legais, Definição do Objeto de Pesquisa e Metodologia 8

CAPÍTULO I

Contextualização Histórica

- 1. 1 Ocupação do Mato Grosso do Sul e Presença Negra 12
- 1. 2 Comunidade São Miguel 26
- 1. 3 Comunidade Araújo Ribeiro 31
- 1. 4 Maracajú e Nioaque: espaços de trocas Materiais, Matrimoniais e Políticas 35

CAPÍTULO II

Os Diferentes Tempos

- 2. O tempo dos Antigos: Migração, Lavoura e Gado 41
- 2.1 O trabalho na terra 41
- 2.2 A vida hoje: mudanças e permanências que compõe uma identidade 57

CAPÍTULO III

Repensando Conceitos e Categorias

- 3. 1 Perspectivas acerca das definições dos conceitos: rural e urbano 73
- 3. 2 Quilombo: Urbano ou Rural? 82

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 98

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 101

- Documentos Jurídicos
- Teses e Dissertações
- Livros e Artigos
- Sites

ANEXOS..... 106

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CONERQ – Coordenação das Comunidades Negra Rurais de Mato Grosso do Sul

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

ICCAF – Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira

IN – Instituição Normativa

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TEZ – Grupo de Trabalho e Estudo Zumbi

LISTAS DE IMAGENS

Imagem nº 1 – Igrejas Evangélicas em Nioaque (janeiro de 2013)	Pg. 30
Imagem nº 2 – Poço localizado entre a casa de S. Lázaro e de sua filha Carmem	Pg. 34
Imagem Nº 3 – Crianças das famílias Ribeiro e Gonçalves	Pg. 37
Imagem Nº 4 – Seu Ramão Gonçalves e Dona Benedita Ribeiro	Pg. 38
Imagem Nº 5 – Casamentos entre as famílias Gonçalves e Ribeiro	Pg. 38
Imagem Nº 6 – Saraquá	Pg. 45
Imagem Nº 7 – Crianças no tempo do trabalho nas fazendas da Serra de Maracajú	Pg. 53
Imagem Nº 8 – Croqui	Pg. 59
Imagem Nº 9- Figura Núcleo de nº 6	Pg. 60
Imagem Nº 10 – Roda de conversa sob o pé de “Água Pomba”	Pg. 61
Imagem Nº 11 – Farinhada (janeiro de 2013)	Pg. 62
Imagem Nº 12 - Lavoura de milho e de mandioca	Pg. 63
Imagem Nº 13 - Criações de gado e cavalo de Seu Lázaro	Pg. 63
Imagem Nº 14 – Novena de São Sebastião	Pg. 67
Imagem N ° 15 – Igreja Universal na Aldeia Água-Branca	Pg. 68
Imagem Nº 16 – Escola Municipal	Pg. 69
Imagem Nº 17 – Extensões dos trajetos entre as áreas povoadas	Pg. 84
Imagem Nº 18 – Gráfico de Origem das rendas familiares da comunidade	Pg. 89

ANEXOS

Imagem Nº 19 – Criação de Gado de Seu Lázaro	
Imagem Nº 20 – Criação de Miuça de Seu Lázaro	
Imagem Nº 21 – Galpão para realização de reuniões da Comunidade São Miguel	
Imagem Nº 22 – Casas da Comunidade São Miguel entre plantações de milho	
Imagem Nº 23 Cemitério com membros da família Ribeiro em Maracajú	
Imagem Nº 24 – Rua onde está localizada a Comunidade Família Araújo e Ribeiro	
Imagem Nº 26 – Casa na Comunidade Família Bulhões	
Imagem Nº 27 – Família Cardoso, da esquerda para a direita: Ramão (presidente da associação), José (Vice- Presidente da associação)	
Imagem Nº 28 – Praça central da sede do municipal de Nioaque	
Imagem Nº 29 – Monumento de Fundação da Comunidade Araújo Ribeiro	

LISTA DE TABELAS

Tabela Nº 1 – Núcleo familiares	Pg. 52
---------------------------------	--------

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema e alguns fundamentos teóricos

Durante a minha graduação em ciências sociais na Universidade de Brasília (UnB) desenvolvi uma pesquisa que envolveu um Projeto de Assentamento (PA) no município de Padre Bernardo – GO. Naquela ocasião analisei como as relações econômicas, que estavam se estabelecendo a partir da organização do grupo por intermédio de uma cooperativa, operavam não apenas como mecanismo de manutenção material daqueles sujeitos, mas contribuíam para a coesão social daquelas famílias, que objetivavam não apenas acessar parcelas de terras, mas desenvolver as condições necessárias para a permanência na mesma.

Somada a essa experiência de pesquisa, já na primeira metade da graduação, com temáticas relacionadas ao meio rural, destaco também a minha trajetória de vida, pois embora não tenha nascido em ambiente rural, e sim na cidade de Brasília – DF, possuo raízes nas terras nordestinas do interior dos estados de Maranhão e Piauí. Raízes estas que me ligam a uma tradição centrada na família e no trabalho na terra.

Cresci sob as histórias contadas por meu pai a respeito de como o meu avô, em seus três casamentos, com quarenta e dois filhos, associava a mão de obra familiar no trabalho na terra com estratégias de migrações para não permitir a desagregação do grupo familiar. As viagens da minha infância tinham por destino as terras da infância da minha mãe, locais nos quais não havia luz elétrica e sim de “lamparinas”¹, os fogões eram abastecidos com lenha e a moeda de troca, para a aquisição dos gêneros alimentícios necessários ao abastecimento da casa, era o trabalho realizado nas roças das famílias vizinhas.

É nesse sentido que a metodologia abordada neste trabalho parte da importância que os processos “macro-históricos”, histórias regionais e nacionais (da escravidão e pós-escravidão) tiveram para os grupos aqui analisados, sem perder de vista a centralidade que as “micro-histórias” (histórias de vida de pessoas e de famílias) possuem para a compreensão das questões aqui propostas (Woortmann, 1995). Ou seja, buscou-se aliar o trabalho de campo com a pesquisa histórica (da escravidão e sua relação com a ocupação das terras sul mato-grossenses) e as histórias de vida, não apenas a partir de documentos, mas da história oral, a partir da memória das famílias aqui estudadas:

¹ Uma espécie de lâmpada a óleo, constituída de um recipiente de vidro ou de alumínio, com uma rolha ou tampa vedadora e um pavio de barbante.

Como o leitor poderá ver este estudo alia o trabalho de campo sincrônico com a reconstrução histórica. Esta última não se fez a partir de documentos ou de descrições do passado, mas através do próprio trabalho de campo, utilizando a história oral, a memória dos grupos estudados. (Woortmann, 1995: 16).

Falar de histórias (e principalmente da história oral) implica falar de memória, nesse sentido as colocações de Gilberto Velho (1994) a respeito de como os termos *memória* e *projeto* se relacionam para a definição de *identidades* na sociedade moderna são também importantes para as análises que se produzem no presente trabalho. Pois, assim como o advento da modernidade produziu *indivíduos-sujeitos* que a partir de uma consciência de sua individualidade singular, baseada na *memória*, são impulsionados a elaborarem *projetos*. Nas comunidades quilombolas aqui analisadas, a valorização da família, por intermédio das trajetórias de vida das pessoas aqui entrevistadas, é baseada na *memória* (visões retrospectivas) e isto permite aos sujeitos em questão elaborarem diferentes *projetos* de comunidade (visões prospectivas), o que os situam no presente, ou seja, na constituição de uma *identidade social*.

O protejo e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado a vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade (...)São as visões retrospectivas [memória] e prospectivas [projeto] que situam o indivíduo, suas motivações e os significados de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida [identidade social] (...). (1994: 103)².

Bases Legais, Definição do Objeto de Pesquisa e Metodologia

Este trabalho se insere no conjunto de pesquisas que se seguiram a publicação do *artigo 68 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)* da Constituição Federal de 1988 – que garante aos remanescentes das comunidades quilombolas o reconhecimento de suas propriedades de maneira definitiva, e atribui ao Estado o dever de emitir os títulos das terras ocupados por estas comunidades. Somados a este marco legal, o

² Compreendo que o autor está falando, em especial, a respeito das sociedades e segmentos essencialmente individualistas (o que não é o caso das comunidades quilombolas aqui analisadas), entretanto utilizo-o como referência na medida em que o próprio Gilberto Velho (1994) afirma ser complexo limitar às sociedades individualistas a perspectiva de *projeto* no que se refere às discussões sobre *indivíduo-sujeito*. E ainda: “(...) vejo a possibilidade de diferentes leituras, a partir de preocupações e perspectivas teóricas distintas” (2004: 105).

Decreto 4887/2003 – o qual regulamenta a execução do artigo 68 do ADCT definindo que a regularização fundiária das terras quilombolas deve ser responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – e a *Instrução Normativa Número (IN) 57/2009* do INCRA – que estabelece o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos – me permitiram ter contato com as famílias que são objeto de estudo do presente trabalho.

A partir da Constituição Brasileira de 1988, o termo quilombo, antes de uso quase restrito a historiadores e referido ao nosso passado como nação, adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro” (O’Dwyer, 2005: 91).

Foi por ocasião da publicação das legislações acima citadas que, em março de 2012, por intermédio do professor orientador desta monografia, tive a oportunidade de compor a equipe técnica que elaborou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)³ da Comunidade Quilombola Família Araújo Ribeiro e de outras comunidades com processos de titulação de suas terras em aberto na superintendência do INCRA/MS.

A partir dessa conjuntura, participei como auxiliar de pesquisa, já que ainda era estudante de antropologia. E foi a partir desta experiência que meu objeto de pesquisa para esta monografia se configurou na região de Nioaque/MS e na Comunidade Quilombola Araújo e Ribeiro. Contudo, ao empreender este trabalho e a partir das orientações recebidas de meu professor, me dei conta de que estudar estas famílias implicaria pesquisar também a Comunidade São Miguel e mesmo ouvir membros de outras comunidades quilombolas do município de Nioaque (famílias Cardoso, Romano Martins da Conceição e Bulhões).

Para tal intento foram realizadas duas incursões a campo: a primeira, em março de 2012, quando ainda fazia parte da equipe de elaboração do RTID, na qual foram preenchidos questionários e realizadas algumas entrevistas de maneira a seguir as orientações do antropólogo que estava coordenado a produção de dados para o relatório

³ Ferramenta que compõe os estudos técnicos e científicos exigidos pela IN 57/2009 necessários aos processos de titulação de terras quilombolas.

técnico⁴; posteriormente, durante as férias de janeiro de 2013, voltei ao Mato Grosso do Sul, onde fiquei um dia em Campo Grande para entrevistar Antônio Borges dos Santos, importante liderança do Movimento Quilombola do estado e, após este encontro, me dirigi a Nioaque/MS, onde me hospedei na casa de Dona Mirtes Ribeiro, durante os outros oito dias restante de trabalho campo.

Foram realizadas entrevistas e visitas as lideranças das comunidades quilombolas: São Miguel, Família Romano Martins da Conceição, Família Cardoso e Família Bulhões. Fotografias foram coletadas na medida em que as famílias me autorizavam. Além disso, foram elaboradas pesquisas bibliográficas e visitas à prefeitura do município de Nioaque/MS no intuito de obter documentos da região que pudessem conter dados censitários e históricos do município, além de documentações atuais referentes aos planos de ordenamento, mapeamento do território municipal e sítios eletrônicos nos quais informações a respeito das políticas públicas destinadas às comunidades negras pudessem ser encontradas.

O desenvolvimento dessa pesquisa se fez a partir dos instrumentos que caracterizam a metodologia etnográfica, ou seja, a pesquisadora se valeu de aparelhos como a observação participante e elaboração do caderno de campo, aliados a entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, visto que “*Entrevistas fechadas e formais (...) são indesejáveis, pois não dão conta do contexto das atividades sociais*” (Evans-Pritchard, 1978: 3).

Partindo de uma abordagem histórica, suscitada pela própria natureza da temática quilombola, destaco no primeiro capítulo os contextos históricos que marcaram a região do estado de Mato Grosso do Sul e a presença negra neste território por intermédio das atividades econômicas e de defesa do território brasileiro que se desenvolveram ali no período colonial (busca de metais preciosos, criação de gado, aprisionamento de mão de obra indígena, abastecimento alimentar e presença militar na defesa da fronteira). Provenientes dessa atmosfera, apresento as famílias negras Ribeiro e Gonçalves que residiram na região de Maracajú desde fins do século XIX e início do XX que estabeleceram relações de parentesco e compadrio, estratégias para manutenção de suas terras e, portanto dos grupos familiares.

⁴ Embora o professor Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos coordenasse a equipe de trabalho para a produção do RTID, em Nioaque, fiquei sob as orientações do antropólogo Ricardo Calaça Manoel, representante do Instituto de Pesquisa e Documentação Etnográfica Olhar Etnográfico – instituição responsável pela elaboração do RTID.

A partir das considerações feitas no primeiro capítulo, identifico que as histórias e os territórios dos quilombos durante a escravidão e após a abolição eram espaços de intensas trocas, materiais e simbólicas. Seguindo essas constatações, a segunda seção deste trabalho destaca as estratégias de acesso e permanência das famílias Araújo e Ribeiro em seus territórios e em como essas maneiras de apropriação do espaço que se estabeleciam (migração, trabalho na terra, nas criações de gado e nos acordos de arrendamento) e se estabelecem (trabalhos na cidade e transformações na tradição religiosa) operam na definição de uma identidade específica: Comunidade Quilombola Família Araújo Ribeiro.

Por fim, identifico alguns conflitos que surgem em torno desta identidade quilombola (e étnica), que se configuraram desde as abordagens teóricas que se desenvolveram em torno dos limites entre os espaços rural e urbano, e das abordagens do quilombo histórico ligado ao isolamento e a barbárie em contraposição a plantation civilizada. Conflito este que se inscreve internamente as comunidades – através dos sujeitos que as compõem e que reinterpretam a história da escravidão e, portanto suas histórias, e passam a valorizá-las a partir da atual perspectiva de direitos (Oliveira, 2008) e não de estigmas do quilombo histórico – e na sociedade envolvente – através dos comentários depreciativos que são tecidos sobre as famílias quilombolas; e, também por intermédio das interpretações das políticas de Estado que entendem esses espaços a partir de uma perspectiva do quilombo enquanto espaço essencialmente rural ao passo que as transformações, que acompanham muitas dessas famílias, apontam para uma maior aproximação das comunidades ao ambiente urbano.

Nesse sentido, busco compreender neste trabalho que esse contexto de direitos e políticas públicas ofertadas a estas famílias se opera sob o entendimento de que as identidades aqui negociadas (quilombo rural ou urbano) se realizam *em processo*, ou seja, são relativas as diferentes situações concretas nas quais são acionadas (Cardoso de Oliveira, 1976). Onde a caráter rural ou urbano da comunidade é agenciado na medida em que isso implique o acesso a direitos específicos, revelando assim a centralidade do território para estes grupos e, portanto manifestando o caráter *geográfico* das identidades aqui abordadas.

CAPITULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Interessa-me fazer nesse momento inicial uma contextualização histórica, no sentido de permitir ao leitor o entendimento de alguns fatos que marcaram a organização política, econômica e social do atual estado de Mato Grosso do Sul e que são de fundamental importância para a compreensão da história das comunidades quilombolas: São Miguel⁵ e Araújo Ribeiro. Pois, é essencial para a proposta do presente trabalho compreender que, ao contrário do que a historiografia tradicional postulou sobre os quilombos (enquanto territórios isolados, dotados de sujeitos, com pouca, ou nenhuma agência sobre a sociedade escravagista brasileira) esses espaços apresentaram, como apresentam até os dias atuais, territórios nos quais identidades são agenciadas por sujeitos engajados na procura por espaços legítimos de representação.

A partir dos fatos históricos a seguir apresentados, longe da pretensão de se estar fazendo algo inédito sobre a história do estado em questão, importa-me situar a chegada das famílias Gonçalves e Araújo Ribeiro no sul de Mato Grosso e como, por meio das relações que se estabeleceram entre elas (matrimoniais, materiais e simbólicas). Essas famílias reivindicam as condições necessárias à manutenção do grupo familiar, das suas terras e do reconhecimento de uma identidade. Já que, como se identificará ao longo deste trabalho, a terra representou (e representa) elemento central para a família Araújo Ribeiro, na medida em que, ao longo de sua história esteve atrelada a permanência do grupo e, hoje, também se configura enquanto aspecto basilar sob o qual a identidade quilombola desta comunidade se estabelece.

1. 1 Ocupação do Mato Grosso do Sul e Presença Negra

De um modo geral, a história da ocupação territorial sul-mato-grossense está atrelada basicamente aos seguintes aspectos: busca por metais preciosos (havia trilhas que ligavam essa região as minas de prata no Peru e, posteriormente, caminho para o ouro de

⁵ Devido a importância que a Comunidade Quilombola São Miguel exerceu e exerce na formação da Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro.

Cuiabá); rota de aprisionamento de mão de obra (indígena e de negros fugitivos); criação de gado (para prover os núcleos mineradores, atividade que se consolida na região pelas características ambientais propícias); abastecimento alimentar (principalmente para as minas de ouro descobertas no norte do território); e, presença militar (em virtude da posição estratégica de fronteira que a região ocupa). Para cada uma dessas características fundantes do processo de constituição de Mato Grosso do Sul, a presença do trabalho negro é elemento fundamental no que se refere à caracterização dos braços utilizados para o trabalho⁶.

Após a assinatura do Tratado de Tordesilhas⁷, a ocupação das terras recém-descobertas pelos europeus, situadas no interior do continente americano, foi motivada, em um primeiro momento, pela busca de metais preciosos e pelo aprisionamento de mão de obra indígena para o trabalho nas lavouras dos centros econômicos do litoral brasileiro. A princípio, os portugueses não tinham interesse em povoar as terras do novo continente. Assim sendo, nos três primeiros séculos, que se seguiram a descoberta das terras americanas, a presença desses se concentrou na região costeira, local onde a transferência de riquezas das áreas recém-descobertas para a metrópole possuía maior facilidade de escoamento. Nesse sentido, afirma Tolentino (1986) que,

Enquanto os portugueses iniciavam a Colonização do Brasil na faixa litorânea, dividindo-as em lotes ou Capitania Hereditárias, os espanhóis receando perder as imensas riquezas do Peru, fundaram nas terras do atual território de Mato Grosso do sul algumas províncias castelhanas para garantir suas possessões e impedir o avanço português. (Tolentino, 1986: 37).

Dessa forma, a região que hoje compreende o atual estado de Mato Grosso do Sul compreendia domínio espanhol na divisão das áreas do novo continente, ainda que sem a pretensão de estabelecer povoados, mas na busca de riquezas, através dos rios Prata e Paraná. Há que se considerar a presença de algumas expedições que passaram nas terras que compreendem o que seria a futura província de Mato Grosso: o espanhol Juan Diaz de Solis que partiu em busca de uma rota que ligasse os oceanos Pacífico e Atlântico, (1515); Pedro Aleixo Garcia saiu em direção às minas do Peru e passou pela serra de Maracaju

⁶ Essas características da história de Mato Grosso do Sul foram identificadas principalmente nos trabalhos de Plínio dos Santos (2007 e 2010), Tolentino (1986), Campestrini (2002 e 2009), Ayala *et all* (2007) e Gressler e Swensson (1988).

⁷ Acordo assinado na povoação castelhana de Tordesilhas, Espanha, no ano de 1494, que delimitava a divisão das terras recém-descobertas na América entre as nações: Portugal e Espanha. Por esse tratado, todas as terras localizadas à oeste do Meridiano de Tordesilhas pertenciam a Espanha, as terras à leste seriam portuguesas (Gressler; Swensson, 1998).

(1524); Francisco Chaves (1532); Domingos Martinez Irala (1558), que fundou a colônia de Maracajú; e Álvaro Nunes Cabeça de Vaca (1542/3), são alguns exemplos (Gressler; Swensson, 1988).

É importante sublinhar que no período de 1534-36, ou seja, nos primeiros anos que se segue a chegada dos europeus no novo continente, a coroa portuguesa resolveu dividir o território brasileiro até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas para tentar evitar a invasão espanhola em suas terras, estabelecendo assim as Capitanias Hereditárias⁸. Como consequência da falta de recursos, desentendimentos internos e ataques indígenas, as Capitanias Hereditárias entram em decadência. Em 1549, com a chegada ao Brasil de Tomé de Sousa o sistema administrativo das Capitanias Hereditárias foi substituído por um novo sistema: o Governo Geral (Fausto, 2001). Ou seja, ainda que o interesse não fosse o de se estabelecer povoados era importante evitar a invasão das terras, já que as potências ibéricas estavam em uma corrida pela mais vantajosa delimitação de seus respectivos territórios.

Desde o início da colonização brasileira, os portugueses utilizaram da exploração do trabalho indígena para os empreendimentos realizados no novo continente, o que, por seu caráter forçado e condições severas, dizimou em pouco tempo várias tribos que primeiro tiveram contato com os brancos⁹. Em pouco tempo surge a necessidade de repor os braços para o trabalho escravo na região litorânea, fazendo com que, já no final do século XVI, surgissem incursões paulistas¹⁰ para o interior do território brasileiro na busca de aprisionar os indígenas (Gressler; Swensson, 1988). Essas expedições – primeiramente denominadas de entradas (oficiais) e, posteriormente chamadas de bandeiras (iniciativas particulares) – eram compostas de homens a cavalo e a pé que tinham a missão de aprisionar mão de obra indígena e encontrar metais preciosos (Plínio Dos Santos, 2010).

Impulsionados pelo espírito de catequisar o Novo Mundo, mais europeus viriam para América com o objetivo de converter os indígenas ao cristianismo católico, ou antes, monopolizar a mão de obra dos nativos na produção de excedentes agrícolas, fato que viabilizava a manutenção da estada dos padres europeus no novo continente:

⁸ Divisão do território brasileiro em 15 partes paralelas ao Equador, que iam do litoral ao Meridiano de Tordesilhas, sendo cada parte entregue a um capitão donatário: pessoas da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, que possuíam ligações com a coroa portuguesa (Fausto, 2001).

⁹ Os índios foram vítimas também de diversas doenças, trazidas pelos europeus, para as quais não possuíam defesa biológica: sarampo, varíola e gripes. Entre os anos de 1563 e 1563 ocorreram duas ondas de epidêmicas matando mais de 60 mil índios (Fausto, 2001).

¹⁰ O ponto de partida dessas expedições era a recém-formada vila de São Paulo.

Desenvolveram seus trabalhos missionários, inicialmente, na Província de Guayra e, mais tarde, na região de Itatim [norte do Paraguai e atual Mato Grosso do Sul], sendo que, na última assentavam-se os Itatins, localizados entre os rios Paraguay, Mbotetey (Miranda), Pirai – Aquidabam e as terras de Xerez. (Gressler; Swensson, 1988: 07)

Contudo, é necessário esclarecer que apesar das fontes que se tem quanto à afirmação desses empreendimentos, sejam expedicionários ou religiosos, como canais fundantes do povoamento da colônia portuguesa, o papel das expedições que se prestavam a esses serviços, não pode ser encarado de maneira absoluta. Havia divergências entre os interesses de padres e aventureiros, o que gerou forte oposição entre os colonos escravagistas – quer portugueses ou espanhóis – e os jesuítas, fazendo com que a marca dos bandeirantes com relação ao *povoamento* do interior do continente e, portanto do sul do Mato Grosso, não fosse tão expressiva, segundo a percepção de Tolentino (1986): “*Os conflitos com os bandeirantes (...) à caça de braços para o lucrativo comércio de indígenas contribuíram para o retardamento do povoamento do território do atual Mato Grosso do Sul*” (1986: 47).

Para Tolentino (1986), esses conflitos, que eram travados com os padres jesuítas e, que enfraqueciam essas correntes expedicionárias, somados a não localização de metais preciosos (um dos principais objetivos dos bandeirantes) diminuiu a importância das bandeiras no processo de povoamento do sul de Mato Grosso, pelo menos nos primeiros anos da colonização.

Contudo, o papel dessas expedições para o *alargamento* das fronteiras portuguesas para além dos domínios propostos pelo Tratado de Tordesilhas é indiscutível, já que possivelmente as rotas e caminhos estabelecidos ao longo da região proporcionaram algum conhecimento aos portugueses sobre as terras, orientando os interesses e negociações das definições territoriais entre Portugal e Espanha.

O fato é que no sul do Mato Grosso não se encontrou ouro, servindo a região, durante os séculos XVI e XVII, fundamentalmente como rota de passagem para as minas do Peru, estabelecimento das missões jesuíticas e aprisionamento de mão de obra indígena por parte das entradas e bandeiras. Essa situação permitiu que a região do *sertão mato-grossense*¹¹ fosse percorrida, mesmo antes da descoberta do ouro em Cuiabá (1722), ainda que sem povoamentos efetivos – processo esse que só seria iniciado nos séculos XVIII e XIX com a instalação de fazendas, chácaras e sítios (Ayala et al., 2007).

¹¹ Sertão aqui denomina a ideia de atraso, barbárie, local onde negros e índios viviam em oposição a condição de “civilizado” do branco europeu (Plínio Dos Santos, 2010).

As bandeiras paulistas que adentravam o território mato-grossense se intensificaram e durante a segunda metade do século XVII o combate às reduções jesuíticas e, portanto a presença espanhola na região que correspondia ao hoje Mato Grosso do Sul, fez com que aquelas terras passassem a integrar o território de São Paulo. Ali os bandeirantes fixaram posses, de maior ou menor duração, que originaram os primeiros arraiais (Gressler; Swensson, 1988).

Por volta de 1695, no estado de Minas Gerais ocorrem as primeiras descobertas significativas de ouro pelas bandeiras. Após alguns anos de exploração do ouro nas minas recém-descobertas, entre 1708 e 1709 acontece um confronto na região envolvendo paulistas (descobridores das minas) e emboabas (exploradores “de fora”, baianos e estrangeiros que chegavam às minas com interesse de explorá-las). Esses dois grupos entraram em litígio pelo direito às concessões de exploração do ouro (Fausto, 2001). Com a derrota sofrida, os paulistas mudam de caminho e rumam em direção ao Mato Grosso e Goiás na tentativa de descobrir novas fontes dos metais preciosos. Além disso, a busca pelos braços indígenas em substituição ao trabalho negro¹² também continuava movendo as bandeiras para o interior do continente.

É nesse cenário que a expedição de Pascoal Moreira Cabral Leme irá encontrar o bandeirante Fernando Dias Falcão, descobridores do ouro em Cuiabá por volta de 1718 (Gressler; Swensson, 1988). Com os negros que compunham suas comitivas, essas bandeiras introduziram os primeiros escravos negros na região. Os negros atuavam auxiliando as expedições: abrindo o mato, transportando cargas e colocando roças (Ayala et all., 2007)¹³.

Posteriormente, com a descoberta de ouro, inicia-se uma grande corrente migratória de mineiros com seus escravos para as minas de Cuiabá, os núcleos populacionais começam a se formar e, entre 1719 e 1725¹⁴, os irmãos João Leme da Silva e Lourenço Leme da Silva fundam a fazenda Camapuã. Em 1722 o Tenete-coronel Antônio de Almeida Lara funda a fazenda Burity Monjolinho acompanhado de negros, gado e cana-de-açúcar.

¹² A mão de obra negra era desigualmente distribuída no continente, se concentrando majoritariamente no litoral brasileiro, o que fazia com que em outras regiões do país se buscasse o trabalho escravo indígena.

¹³ Questão que é trabalhada também por Plínio dos Santos (2010), quando estrutura a história do sul de mato Grosso em três categorias: *caminhos* (rios, trilhas e estradas), *comida* (agricultura e pecuária) e *população* (negro, índio e branco).

¹⁴ Há divergência entre a data exata da fundação dessa fazenda: 1719 (Campestrine, 2009), 1723 (Plínio Dos Santos, 2007) e 1725 (Tolentino, 1986).

Assim sendo, verifica-se que a ocupação do território sul-mato-grossense foi impulsionada pelos povoados que se formaram a partir das comitivas que se deslocavam em busca de explorar as minas, fenômeno que também proporcionou a introdução do gado na região – útil para o transporte de carga e o abastecimento alimentar necessário aos núcleos populacionais. Junto aos povoados, formavam-se também redutos militares que se propunham a proteger o território lusitano. Além disso, quando em 1750 Portugal e Espanha assinam o Tratado de Madri e, os limites territoriais passam a ser demarcados não mais pelo Meridiano de Tordesilhas, mas pela posse, a militarização das regiões de fronteira passa a se efetivar para que os domínios espanhóis se mantenham longe das terras e, fundamentalmente, das minas portuguesas (Gressler; Swensson, 1988).

As monções¹⁵ foram responsáveis pela introdução do gado no Mato Grosso no início do século XVIII, ali essa atividade encontrou condições climáticas e ecológicas propícias a sua reprodução, permitindo a fixação da população em torno das fazendas (Tolentino, 1986). É oportuno citar a presença do gado na região, pois “*O rebanho foi o elemento fixador por excelência [em Mato Grosso], quando a economia agrária ainda iria continuar por muito tempo circunscrita ao litoral do Brasil.*” (Tolentino, 1986: 50). Entre os anos de 1722 e 1750 as monções paulistas introduziriam na região, além do gado, muitos escravos negros, distribuídos entre as atividades de mineração e a tímida agricultura que não conseguia suprir as necessidades que acompanhavam o crescimento populacional do período¹⁶.

Finalmente em 1748 é criada a capitania de Mato Grosso, com a função de conter o avanço espanhol sobre as terras portuguesas e consolidar os novos caminhos das fontes de ouro e diamantes, já que a produção aurífera de Minas Gerais estava diminuindo drasticamente (Campestrine, 2009). Entre outras coisas a realização desse ato revela a preocupação por parte da coroa portuguesa com a fronteira como aspecto fundamental do período. Tanto no que se refere à ocupação territorial, quanto à contenção de fugitivos escravos para os domínios espanhóis.

Dessa forma, é pertinente destacar alguns importantes povoados do atual Mato Grosso do Sul que tem origem militar: Presídio Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi (1767); Albuquerque, atual Corumbá (1778); Forte de Coimbra (1775); o presídio Militar

¹⁵ Expedições de caráter fluvial e regulares que interligavam São Paulo e as minas do sertão mato-grossense.

¹⁶ O ouro era a preocupação geral, mas a falta e carestia de gêneros alimentos do sertão mato-grossense era um sério problema, pois os braços escravos não eram, ou eram muito pouco empregados em atividades de cultivo para o autoconsumo, tendo em vista a grande diferença entre a rentabilidade dessas atividades para o senhor de escravo.

de Miranda (1778), origem da atual cidade de Miranda¹⁷; Nioaque, principalmente em virtude da invasão militar que ali ocorrera durante a Guerra do Paraguai (1865-67); *Núcleo Militar* com o nome de Taquari, atual Coxim (1898) e Dourados, inicialmente simples destacamento militar, hoje uma das cidades mais importantes economicamente para o estado (Tolentino, 1986). Verifica-se, portanto, a importância da questão militar na ocupação sul-mato-grossense citada no início do presente trabalho.

A coroa portuguesa, durante os anos de 1751 a 1821, estabelece na colônia americana o sistema de Capitânicas Gerais, período no qual o ouro já havia sido descoberto em Cuiabá e a carência de gêneros alimentícios, para as levas de interessados no enriquecimento que a exploração das minas poderia proporcionar, já era uma das maiores preocupações da região sul de Mato Grosso.

A grande e rápida afluência de pessoas para as minas e o interesse praticamente exclusivo na mineração provocou um forte desequilíbrio entre a produção agrícola e o consumo (Gressler; Swensson, 1988). Os povoados que se formavam em torno dos núcleos mineradores sofriam com a escassez e os altos preços dos alimentos. Diante dessa situação, o principal problema enfrentado pelo primeiro Governador Geral, Antônio Rolim de Moura, foi a necessidade de braços para a lavoura, o que se manifesta na carta redigida pelo governador ao Secretário da Corte Real em 1852 solicitando a vinda de negros escravos para o Mato Grosso (Rolim De Moura, 1982).

Com o aumento da população negra cativa na região gera-se ao mesmo tempo um aumento do número de fugas entre essa população, fazendo com que apareçam comunidades de negros fugitivos, quilombos. Nesse momento, é oportuno citar o trabalho de Gomes (2005) quando faz referência a existência de quilombos na região da capitania do Mato Grosso, ainda no século XVIII. Por meio de documentação histórica, Gomes aponta a existência do quilombo de Quariterê, posteriormente conhecido como Piolho. Nesse quilombo havia forte relação dos quilombolas com a população negra cativa, índios e pretos forros (Gomes, 2005).

A presença do trabalho negro era de fundamental importância não só no que se refere às atividades ligadas diretamente as minas, como também na agricultura e na construção dos fortes possibilitando a manutenção dos presídios e redutos militares instituídos para a defesa da fronteira. Além de conter a entrada espanhola, era necessário

¹⁷ Região que era excelente para a criação de gado o que fez com que após a Guerra do Paraguai recebesse grande número de vaqueiros, que dali alcançariam posteriormente Nioaque e Aquidauana, fato de fundamental importância para o povoamento efetivo dessas regiões (Tolentino, 1986).

evitar a fuga de indígenas e escravos para o lado castelhano, pois sem a fixação e o controle desses grupos na terra a capitania não conseguiria consolidar seus núcleos populacionais.

A preocupação de Luiz de Albuquerque, capitão geral, demonstra a importância e a forte presença do trabalho do negro cativo no Mato Grosso: “A preocupação de Luiz de Albuquerque em não perder a mão-de-obra escrava, **base de toda a atividade econômica** [grifo próprio], era tanta que em 1775 proibiu o comércio de escravos entre os moradores de Mato Grosso e espanhóis, os infratores estariam sujeitos a graves penas.” (Plínio Dos Santos, 2010: 129). Esses escravos negros foram usados, quase que de maneira exclusiva, nos trabalhos da mineração até fins do século XVIII, pois a partir desse período inicia-se na Província um processo de diminuição do ouro e, conseqüente declínio da atividade mineradora, quando começa a ganhar espaço a criação de gado e o cultivo de cana-de-açúcar.

Contudo, não é por que a atividade mineradora entra em declínio que escravos param de entrar na Província. A presença do escravo permanece sendo de fundamental importância para o provimento de gêneros alimentícios na região, pois ainda que o trabalho nas minas estivesse se esgotando, a necessidade do cativo para o trabalho nas terras para o abastecimento dos povoados que se formavam era uma constância. Afinal, os núcleos populacionais de Mato Grosso, ainda que pequenos, quando comparados à extensão territorial da Província e a outros lugares do continente, necessitava de uma fonte de gêneros alimentícios que pudessem provê-los e garantir as posses portuguesas frente aos espanhóis.

A presença do trabalho negro na lavoura irá se demonstrar não apenas nas fazendas de cana-de-açúcar, mas também já se manifestava na “brecha camponesa¹⁸” (Cardoso, 1979) que os quilombos representavam. Como exemplo cito o caso do quilombo Quariterê, que, ao sofrer ataque e destruição por diligência empreendida em 1795¹⁹, delatou em suas instalações a presença de plantações de milho, feijão favas, mandioca, amendoim, batatas além de algumas criações (Gomes, 2005).

Em virtude dos altos preços de gêneros alimentícios no mercado, os proprietários passaram a investir seus escravos na agricultura e na pecuária, visando com isso à manutenção de seus cativos e de seus animais. Assim os latifúndios que se formaram

¹⁸ Atividades que escapavam ao regime de *plantation* nas colônias escravagistas.

¹⁹ Tem-se registros da primeira diligência realizada no quilombo no ano de 1770, mas o quilombo resistiu e após um tempo, em nova empreitada, em 1795 encontram-se negros, índios e caborés (miscigenação do negro com índio) em região onde o Piolho havia sido dizimado (Gomes, 2005).

organizavam sua produção a partir da associação entre a agricultura, com o cultivo de cana-de-açúcar, e a pecuária, com a criação de gado *vacum* e *cavalar*.

No ano de 1819 tem início o “ciclo luar”, que promoveria o povoamento do sul do Mato Grosso através das fazendas de gado.

[...] com a diminuição da extração de ouro nas minas de Cuiabá e o prolongamento da estrada terrestre que ligava São Paulo a Goiás, até Mato Grosso (Cuiabá), o ciclo das monções perde o seu vigor e inicia-se o ciclo do gado, determinando uma ocupação mais efetiva do solo de Mato Grosso do Sul. (Gressler; Swensson, 1988: 17).

Após a Independência do Brasil (1822), até pouco mais de 1850, o que vigorou no novo país com relação à organização da ocupação territorial, foi a garantia da propriedade através da posse. Em 1824 o sistema de sesmarias chega ao fim e o sistema de posse que o sucede só irá receber regulamentação em 1850 com a Lei de Terras. Fato que impulsionou grande corrida por anexação territorial por parte dos grandes criadores de gado. Nessa conjuntura, aos que ocupavam terras em um *sistema de uso comum* (Almeida, 2002), ou seja, aos pequenos agricultores, como a legislação não reconhecia seu direito de posse, restava estabelecer-se em terras mais distantes das grandes propriedades na tentativa de obter o direito de posse com o passar do tempo.

Com a construção da estrada que ligava a província do Mato Grosso a Goiás, núcleos populacionais foram se formando ao redor dela e, com o passar dos anos, aumentando o fluxo de comerciantes. Essa via fez com que o comércio feito na fazenda Camapuã²⁰, muito importante no abastecimento das expedições que se dirigiam ao Mato Grosso, entrasse em um período de declínio. Além disso, com o estabelecimento das fazendas que o ciclo do gado proporcionou ao Mato Grosso do Sul, a atividade pastoril passou a constituir o fator “civilizador” por excelência para ocupação efetiva do território (Gressler; Swensson: 2008).

Nas fazendas de criação os escravos estavam presentes em todas as atividades, bem como, fora dessas fazendas, pois nas comunidades de negros fugidos, havia também a utilização do trabalho de quilombolas na agricultura e na criação de animais. Nesse momento, é importante destacar o papel dessas atividades enquanto fundamentalmente complementares ao abastecimento da Província, pois sem esse comércio ilegal dos escravos, a ainda insuficiente atividade agrícola não conseguiria suprir as necessidades da

²⁰ Um dos primeiro núcleos populacionais do sul do Mato Grosso.

população que começava a crescer. Como afirma Plínio dos Santos (2010), ao se referir a um quilombo localizado próximo ao rio Piraputanga que foi destruído por uma diligência,

Pela sua descrição esses escravos formavam um grupo negro camponês, cuja disposição das casas transmite a ideia de um pequeno arraial com uma praça no centro. Suas “grandes roças”, localizadas em espaço distinto ao da moradia, produziam excedentes que nem uma bandeira conseguia consumir ou transportar. (Plínio Dos Santos, 2010: 146).

Apesar da população da província de Mato Grosso ter apresentado crescimento em virtude da descoberta do ouro, da entrada do gado na região e do cultivo de cana-de-açúcar, o número de habitantes ainda era muito tímido. Mesmo levando-se em consideração as imprecisões dos censos que se realizavam a época – em 1849 havia cerca de 32.832 habitantes na Província, o que indicava uma proporção de 1 habitante para cada 22 quilômetros quadrados²¹, distribuídos em quatro municípios: Cuiabá, Mato Grosso, Diamantino e Proconé (território que hoje compreende o atual estado do Mato Grosso do Sul). Como se não bastassem esses números, a partir de 1850, por conta da Lei Eusébio de Queiroz que estabelecia medidas de repressão ao tráfico de escravos e, por conta da elevação dos preços de escravos, o número de negros em todo território brasileiro sofre um decréscimo.

Apesar dos números ainda pequenos, o fato era que o interior do continente estava sendo ocupado e a propriedade, trabalhada através da agricultura e pecuária, precisava ser regulamentada para a manutenção do controle imperial. É nesse cenário que em 1850 a Lei nº 601, chamada de Lei de Terras, surge para determinar que a propriedade só fosse assegurada através da compra, ou para aqueles que estiverem trabalhando a terra²². No Mato Grosso eram poucos os proprietários que possuíam algum documento que pudessem comprovar a propriedade efetiva da terra, o que predominava na região eram grandes terrenos devolutos e a posse ainda era o instrumento que imperava.

Outras regiões de povoamentos – embora não gozando de legalidade e, menos ainda de conhecimentos precisos por parte dos registros oficiais, principalmente no que se refere à extensão e localização – eram os quilombos espalhados pelas terras mato-

²¹ Plínio dos Santos (2010) obtém essas informações a partir do relatório do Presidente da Província de Matto-Grosso, Major Joaquim José de Oliveira: Abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1849. Typographia Imp. E Const. De J. Villeneuve e Comp. Rio de Janeiro.

²² É importante salientar que a aplicabilidade dessa lei não ocorreu de maneira imediata, pois como não é difícil perceber, em um território pouco habitado e de proporções continentais, a fiscalização para que esse tipo de lei fosse cumprida não foi algo simples e rápido. Faltavam órgãos governamentais, eficiência, fiscalização e celeridade na circulação de informações.

grossenses. Aspecto importante a ser tratado a respeito da presença desses quilombos, se relaciona ao seu caráter, já citado acima, de complementar o abastecimento da Província com sua produção e, se refere aos impactos que essas organizações causavam ao erário público. Essas comunidades de fugitivos comercializavam clandestinamente, ou seja, sem pagar os devidos impostos, o que fazia com que os preços de suas mercadorias fossem mais acessíveis. Em Vila Bela, próximo a Cuiabá, tentava-se conter o comércio clandestino com a participação de cativos (Gomes, 2005). O que está em relevo nessas situações é o caráter dúbio dos quilombos que, embora representassem subversão a ordem e sonegação de impostos, se fazia necessária a garantia da manutenção do abastecimento da província.

Esse tipo de dupla posição dos quilombos pode ser analisado como fator que permite indicar certa agência nessas comunidades, pois diferentemente de algumas interpretações que tradicionalmente aparecem na historiografia e, que situam os quilombos em locais isolados (fisicamente e economicamente dos centros produtores), os quilombos realizavam trocas comerciais na Província. Provavelmente nas diligências que se empreendiam sobre esses “redutos”, as que eram bem sucedidas e culminavam com a captura de negros, se deparava com situações nas quais a rendição era negociada, através de acordos e barganhas, como bem identificou Gomes (2006) ao relatar pesquisa histórica sobre quilombos do Rio de Janeiro no século XIX:

Dentre as características principais dos quilombos destacamos a sua capacidade de articulação com vários setores sociais. Nunca se mantiveram isolados. Isso pode parecer uma constatação óbvia, mas não o é em termos de implicações teóricas. (Gomes, 2006: 308)

Este é um dos pontos centrais para as discussões que são elaboradas neste trabalho, pois assim como seria superficial uma compreensão da escravidão apenas sob o prisma de seu significado econômico e de um pretense “isolamento” geográfico, também são simplistas as considerações a respeito dos espaços rurais (e rurbanos²³) que se dignem a compreender as populações quilombolas, nos dias atuais, dessa maneira. Há agência na história das populações negras, assim como, hoje, identidades são negociadas nos atuais processos de reconhecimento dessas comunidades. Compreender os processos históricos

²³ Esta questão será melhor discutida no terceiro capítulo deste trabalho, entretanto para esse primeiro momento de contextualização histórica é pertinente apenas compreender que essa categoria foi sugerida por Gilberto Freyre (1982) para quem a compreensão dos espaços rurais, a partir da influencia dos processos de modernização agrícola enfrentados pelo Brasil, deveriam ser encarados sob uma perspectiva que entenda os limites entre campo e cidade de maneira a conciliá-los no que tange a propostas de desenvolvimento efetivas para o país.

que envolvem esses sujeitos permite entender a necessidade de novas interpretações para existência contemporânea destes grupos.

Considerar outros aspectos além das atividades econômicas que foram (e são) desenvolvidas entre as populações negras no que se refere aos processos de identificação dessas comunidades, implica compreender que há mais elementos que caracterizaram esse sistema e que são indispensáveis para se compreender “*as várias tramas que dão corpo ao tecido social escravagista*” (Cabral, 1994: 17) e pós-escravidão, tendo em vista o atual contexto de identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas através de negociações constantemente estabelecidas entre elas a sociedade civil e o Estado²⁴.

Aspectos indicativos da complexidade das relações escravagistas que caracterizavam o território sul mato-grossense podem ser identificados, na presença de cartas de troca, de compra e de venda de escravos e ainda procurações destinadas a comercialização dos cativos na região de Nioaque. Apenas para citas alguns casos, data do ano de 1883 a carta de alforria concedida ao escravo Sebastião Moreira da Costa, que possuía por senhor: Felisberto Loureiro de Figueiredo, definindo que o escravo deveria trabalhar até o ano 1888, como condição para sua liberdade. No ano seguinte, 1884, foi registrada, no mesmo cartório da então cidade de Levergesia (Nioaque), a venda por parte do proprietário José Alves Terra para o cliente Gustavo Adolpho Ferreira Machado da escrava Jeronima, vendida por um conto de réis, sob a seguinte condição: “(...) *entrega da escrava ao comprador como proprietário que lhe ficara sendo desde hoje para sempre (...)*”²⁵.

O fato do escravo Sebastião Moreira da Costa precisar trabalhar até justamente o ano no qual seria abolida a escravidão no Brasil ao passo que a escrava Jeronima deveria trabalhar até o final de sua vida, pode ser interpretado como indicativo das inquietações que assolavam a sociedade escravagista nos últimos anos que antecederam a abolição. Para alguns, como o proprietário do escravo Sebastião, por exemplo, talvez o fim da escravidão já era algo inevitável, afinal a proibição do tráfico de cativos, a libertação dos escravos com mais de 65 anos e as abolições que já estavam ocorrendo em outras regiões

²⁴ O terceiro capítulo desta monografia se destina a discutir sobre o agenciamento de identidades no que se refere aos processos de identificação das populações quilombolas nos contextos atuais.

²⁵ Livro: *Como se de ventre livre nascido fosse*, (1994: 183). Publicação do arquivo público de Mato Grosso do Sul de material no intuito de subsidiar as pesquisas sobre a escravidão negra no estado de Mato Grosso do Sul.

americanas²⁶ constatavam o fim do regime. Para outros, entretanto, como no caso da situação da escrava Jeronima, o *direito* do proprietário indicava a afronta das altas classes que representava a escravidão a eminente abolição, devendo a escrava, por reconhecimento legal, no cartório, servir até o fim da vida.

Apesar das mudanças na sociedade escravagista mato-grossense que estavam ocorrendo, existiam problemas que permaneciam: a insuficiência das lavouras para o abastecimento da Província era ainda a grande preocupação. É sob essa condição de fragilidade econômica e insuficiência de produção que a província será surpreendida por acontecimento de grande importância para a compreensão da configuração da ocupação de seu território: a Guerra do Paraguai²⁷. Quando tem início o confronto, os povoados de Nioaque e Maracaju somavam-se as fazendas dispersas de maneira descontínua que já existiam na esquecida região pelo império. Esses povoados se encontravam em um estado de vulnerabilidade com relação à proteção oficial do império, e é nessas condições que a guerra entre as nações vizinhas explode no território sul-mato-grossense. Com o conflito, além dos negros escravos que já estavam na região, desde os primeiros assentamentos em virtude das minas de Cuiabá, somam-se soldados alforriados, ou ainda cativos, que lutaram na guerra – no lugar de seus senhores – e que permaneceram nos destacamentos militares que se formaram na região após o fim do confronto.

Alforrias eram barganhadas em troca do serviço militar do escravo pelo seu senhor. A composição do agrupamento dos Voluntários da Pátria, por exemplo – negros forros, indígenas e escravos – elucida muito bem as características dos exércitos que combateram na guerra e que percorrem terras mato-grossenses. Muitos proprietários brasileiros, para se esquivar do alistamento, doavam, não só escravos, mas também equipamentos, recursos e empregados a Guarda Nacional e aos Voluntários da Pátria (Toral, 1995).

Durante o confronto, muitas pessoas fugiram das regiões que foram diretamente atingidas pelo conflito, sendo Nioaque e Maracaju algumas delas, e se refugiaram em Sant' Ana do Paranayba e Cuiabá. Ao fim do conflito, muitos soldados permaneceram em terras de Mato Grosso o que fez com que as populações que haviam se deslocado para escapar do conflito encontrassem suas terras ocupadas quando retornaram. Dentre esses soldados posseiros havia negros alforriados que se instalaram pelas terras mato-grossenses.

²⁶ Na Bolívia 1851, 1852 no Equador, 1853 na Argentina, 1854 na Venezuela, 1855 no Peru, 186 Suriname e Ilhas Caribeñas, são alguns exemplos das nações americanas que antecederam o Brasil na abolição da escravidão. Vide: <http://www.slideshare.net/zbarros/abolio-da-escravido-nas-amricas>.

²⁷ Conflito que se estendeu de 1864 até 1870, entre Uruguai, Brasil e Argentina (Tríplice Aliança) contra o Paraguai.

No ano posterior ao confronto, mais negros alforriados vão se alojar na Província, pois em 28 de setembro de 1871 é decretada a Lei do Ventre Livre e, entre outras determinações dessa lei, os escravos que pertencessem à nação brasileira deveriam ser alforriados. Portanto, os escravos que foram doados a Guarda Nacional, os negros que se encontravam sem senhor pelo fato de seus donos não terem deixados herdeiros²⁸ e, qualquer escravo de posse do império seria liberto. Em fins do século XIX, muitos ex-escravos, vindos de Minas Gerais e Goiás, migraram para o sul de Mato Grosso.

No ano de 1882, o comerciante Tomás Laranjeira irá receber do governo imperial autorização para extração da erva mate em terras devolutas situadas na fronteira com o Paraguai. A exploração da erva já era praticada pelo comerciante desde meados de 1870 (Campestrine, 2009), mas é somente em 1883 que ele funda a Companhia Mate Laranjeira, de importante influência econômica e política no estado de Mato Grosso.

Nos últimos anos que antecedem a abolição (1888), o número de escravos na Província irá apresentar uma queda expressiva por conta dos efeitos da Lei do Ventre Livre (mais pelo fato de ter provocado a entrada de migrantes na região para substituição do trabalho escravo, do que pela quantidade de negros alforriados), a Lei do Sexagenário (1885)²⁹, pelas fugas, pelas alforrias e mortes. Nesse período, famílias de ex-escravos começaram a se organizar em diversas regiões do sul mato-grossense. Essas famílias se tornariam, posteriormente, comunidades que hoje se auto definem remanescentes de quilombo, por partilharem uma trajetória histórica específica e uma ancestralidade ligada à escravidão (Almeida, 2002).

De acordo com os fatos históricos apresentados, verifica-se que o trabalho escravo negro foi a base de todos os empreendimentos mercantis, ou não, do norte e sul da província de Mato Grosso. A partir do panorama acima traçado, é possível perceber a presença dos negros e, fundamentalmente do negro cativo, nos diferentes momentos históricos pelos quais passou o sertão mato-grossense, mais especificamente a região sul, onde se encontra o atual município de Nioaque, região alvo de estudo do presente trabalho. No intuito de contextualizar historicamente a abordagem da comunidade quilombola São Miguel e Famílias Araújo e Ribeiro é necessário esclarecer que aqui não se buscou reduzir a noção de ‘remanescente’ de quilombos a um passado histórico cristalizado, pois parto da perspectiva que O’Dwyer (2002) evoca quando me refiro aos fatos que marcaram a história

²⁸ Esse era o caso, por exemplo, da fazenda Camapuã, que desde a morte de seu dono e, já em visível declínio se encontrava em posse do estado.

²⁹ Decretou a alforria dos negros com mais de 65 anos.

do Mato Grosso do Sul e, por consequência a história das regiões que abrigam essas comunidades, entendendo que “(...)qualquer invocação do passado deve corresponder a uma forma *atual* [grifo próprio] de existência (...)” (14: 2002), desses sujeitos históricos.

1. 2 Comunidade São Miguel

A Comunidade São Miguel fica situada à 89 Km do município de Maracaju - MS, onde se localiza sua sede e, a 29 Km de Nioaque - MS, cidades com as quais as famílias da comunidade interagem bastante, no sentido de buscar, nesses locais, trabalhos que possam complementar a sua renda, além de escola para seus filhos, ou seja, há um trânsito contínuo de atividades e relações entre essas cidades (Ayala et all., 2007).

O nome São Miguel advém da fazenda que ali existia a qual possuía esse nome pela devoção que o proprietário manifestava pelo santo. Além disso, somada a essa devoção, propaga-se na região o relato de que o fazendeiro possuía uma estátua de São Miguel de ouro em sua residência. Conta-se inclusive que tal estátua, que nunca foi encontrada após a morte do proprietário da fazenda, ainda permanece escondida em algum lugar da região.

A comunidade tem sua origem ancorada na imagem de Dona Joaquina Gonçalves de Souza, filha dos ex-escravos João Pedro da Cruz e Francisca de Souza, os quais migraram para Maracajú provenientes de Minas Gerais. Dona Joaquina é a figura acionada como referência pelos seus descendentes no que tange as normas que orientam a pertença à comunidade e aos direitos de uso da terra. A princípio o casal ancestral residiu em Cabeceira Preta³⁰, entretanto após a morte do patriarca do grupo, João Pedro da Cruz, Dona Francisca decide “*repartir os filhos para não vê-los sofrer*”. Dona Joaquina, que possuía apenas 3 anos na época, foi entregue a um fazendeiro, Iliziário Barbosa, e sua esposa, Benvinda, para ser criada (Ayala et all., 2007).

Além disso, após a morte do esposo de Dona Francisca a matriarca se percebeu com uma quantidade de terras insuficiente para a reprodução do grupo familiar, já que tivera parte de suas posses tomadas por um fazendeiro. Dessa forma, a família se viu

³⁰Região que possuía tal nome justamente em virtude dos primeiros moradores da região, como relata um dos netos de D. Francisca de Souza, Ramão: “O local ficou conhecido com esse nome por causa desses primeiros moradores (...)” (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010: 351), a maior parte (senão todos) era negro da família de D. Francisca.

obrigada a migrar para a região de Vista Alegre³¹ junto com o restante dos filhos e do grupo familiar.

A partir da necessidade de distribuir os filhos para serem criados por outras pessoas, sua filha Joaquina Gonçalves é deixada na fazenda da família Barbosa aonde, anos depois, viria a ser doméstica e teria sua primeira filha, Josefa Gonçalves Barbosa, com o filho do proprietário das terras, Virgílio Barbosa. É importante destacar que essa união havia sido fruto de abuso por parte do patrão de D. Joaquina, gerando uma criança que não seria incorporada à família dos Barbosa e, fez com que os patrões da então jovem empregada a casassem com um ex-escravo, Manoel Lourenço Gonçalves que também trabalhava nas terras da fazenda. Segundo entrevista realizada com uma das filhas de D. Joaquina, Eugênia Gonçalves, a empregada havia sido realmente abusada e o casamento entre seus pais ocorrera sequer com a presença dos dois no mesmo local:

Quando saiu o casamento de uma filha do fazendeiro ele (Manoel Lourenço) tava assando carne... A mãe (D. Joaquina) tava ajeitando a comida para o casamento... Chegou o tabelião e o padre a cavalo (...) fizeram a cerimônia na sala... Quando acabou todos saíram gritando que foi feito junto o casamento do pai e da mãe (!) mas se um tava assando carne e outro servindo(!) (...). (AYALA et al., 2007).

Próximo à propriedade dos Barbosa, a família de Dona Joaquina e Seu Manoel juntaram-se ao casal Andrade Joaquim de Souza e Iracema Gonçalves de Souza, índia terena, formando dois núcleos familiares na região estabelecendo relações de compadrio e matrimônio, constituindo a atual Comunidade Negra Rural São Miguel.

Nas áreas circunvizinhas as terras da família Gonçalves havia famílias de negros africanos, paraguaios além da família de seu Alexandre Ribeiro, que viviam da criação de alguns animais, da produção de suas lavouras e do trabalho compartilhado entre as famílias. Seu Ramão Gonçalves lembra com precisão dos vizinhos, o baiano³², mas também negro africano, Luiz Andorinha e de sua família; o paraguaio Eliseu e seus oito filhos que muito ajudavam nas trocas de trabalho que existiam entre as famílias; a família Guimarães, com o qual dona Joaquina havia sido criada até estabelecer matrimônio e a família de seu Alexandre Ribeiro.

³¹ Região geograficamente próxima a Maracajú e na qual já havia parentes de dona Francisca que para ali migraram em momento anterior, também por falta de terras.

³² Por ter vindo do estado da Bahia.

Nessa época, o trabalho de arrendar terras de grandes proprietários aparece como importante fonte de renda para as famílias desses camponeses sul-mato-grossenses e estava muito presente inclusive na experiência e trajetória de vida não só da família de D. Joaquina, mas das outras famílias aqui estudadas³³. Dona Eugênia, filha de D. Joaquina, recorda que esse movimento da família acompanhar o homem, morando em fazendas nas quais os esposos trabalhavam ocorreu no caso de sua irmã, Antônia Gonçalves Ribeiro, e seu irmão, Ramão Gonçalves de Souza, que ao casarem com Manoel Santana Nunes Ribeiro e Benedita Nunes Ribeiro, respectivamente, foram morar em terras de fazendeiros:

*É, se o cara, se o rapaz trabalhasse em fazenda, talvez ia pra fazenda, né?(...) Isso. Ai eles [Antônia e Manoel Santana] casaram, ai andaram nas fazenda por aí trabalhando, aí depois vieram morar ali. Fizeram um barraco ali moraram ali.
(...)É. Namoraram [Ramão e Benedita] e trabalhava em fazenda, casaram, mora ali, mas foram pras fazenda também, depois que teve os filho, ai veio embora pra ai. Mas, a primeira vez morava na casa do véio lá.³⁴*

Atualmente o modo de vida da família dos descendentes de D. Joaquina gira em torno das seguintes atividades: apicultura, pecuária, criação de pequenos animais (porcos e galinhas), algumas pessoas trabalham em fazendas, há uma usina de cana-de-açúcar na região que emprega também algumas pessoas da comunidade, além do serviço na escola que fica situada nas terras de São Miguel. É importante destacar que esse trabalho de criação e cultivo realizado nas próprias terras da comunidade, não é suficiente para o completo suprimento das famílias, portanto mesmo as pessoas que possuem suas lavouras e seus animais precisam complementar sua renda trabalhando nas cidades de Maracajú e Nioaque.

É, o pessoal trabalha aí... tem um pessoal que trabalha em fazenda, pessoal que trabalha na usina, tem um pessoal que trabalha aqui também (...) trabalha assim, de pião... E o pessoal também trabalha aqui... que pra tira só daqui ainda, ainda é, assim, é a gente não tinha o recurso, agora que veio esse recurso maior³⁵, assim, que a gente já vai fica mais independente das fazenda, né, e de usina. E ai a gente vai

³³ A importância desta atividade para a manutenção das famílias Araújo e será melhor destacada no segundo capítulo deste trabalho.

³⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2013.

³⁵ A entrevistada se refere ao fato da comunidade ter recebido o título definitivo de suas terras, em fins de 2011 – área de pouco mais de 420 hectares. Vide: <http://maracaju.ms.gov.br/secretaria-de-desenvolvimento>, consultado em março de 2014.

*dedicar mais serviço na terra. Ai geralmente o recurso a gente tem que sair fora pra trabalhar, da comunidade. A maioria sai fora ai*³⁶.

É possível identificar que as relações que se estabelecem com o município de Nioaque estão atreladas à condição de aí possuir oportunidade de emprego para os membros da comunidade São Miguel, além de mais recursos, tais como hospitais e escolas, por exemplo. São importantes também as relações de parentesco e de solidariedades que se estabeleceram entre os descendentes de Dona Joaquina e a família Araújo e Ribeiro (em Nioaque) através das relações de compadrio e amizade, ainda que hoje as famílias se encontrem com menos frequência do que quando residiam na serra. É importante destacar também que, atualmente, as relações que se estabelecem entre esses grupos se dão por intermédio das articulações políticas envolvidas nos processos de identificação e delimitação das áreas de outras comunidades quilombolas do município de Nioaque³⁷.

O parentesco existente entre as famílias Gonçalves e Ribeiro contribuiu, de maneira decisiva, para que as discussões a respeito da identidade quilombola fossem aceitas pela família Araújo e Ribeiro³⁸, pois a Comunidade São Miguel já estava envolvida nas discussões sobre a temática desde o ano de 2005. Nesse período reuniões com representações do Movimento Negro e Quilombola do estado de Mato Grosso do Sul começaram a se realizar com as lideranças da família Gonçalves, quando Seu Ramão recordou-se da família de Seu Teotônio Araújo e de Seu Lázaro Ribeiro, em Nioaque, e como, de maneira similar a sua família, eles guardavam um passado histórico relacionado à resistência negra. Dessa forma, seu Ramão identificou a família Araújo e Ribeiro como grupo também beneficiário dos direitos concernentes às populações quilombolas, além disso, Seu Ramão também teve importante papel na identificação da família Cardoso, família Bulhões e Romano Martins da Conceição, todas ainda com processo de titulação em andamento³⁹:

³⁶ Entrevista realizada em janeiro de 2013 com o atual presidente da associação da comunidade quilombola de São Miguel Jorge Gonçalves.

³⁷ Destaca-se aqui a figura de Seu Ramão Gonçalves, por ser importante liderança da Comunidade São Miguel e exercer a função de pastor de uma congregação evangélica no município de Nioaque. O engajamento do pastor contribuiu para que outras comunidades quilombolas da região (famílias: Bulhões, Romano Martins da Conceição, Cardoso, além da família Araújo Ribeiro) aceitassem a entrada de representantes do Movimento Negro e Quilombola do estado no que se refere aos processos de reconhecimento, identificação e titulação das terras destas famílias.

³⁸ Questão que será melhor trabalhada no terceiro capítulo deste trabalho.

³⁹ Seu Ramão teve papel importante na mobilização da família Cardoso, inclusive pelo parentesco que a família Gonçalves possui com esta comunidade, além disso, a família Cardoso, após o convencimento inspirado por Seu Ramão, motivou as discussões também entre as famílias Romano Martins da Conceição e Bulhões.

Ramão Gonçalves: *Então, foi por essa razão, da gente conhecer o proprietário lá [Seu Teotônio Araújo] e o Lázaro, meu cunhado⁴⁰, que comprou a propriedade lá, que a gente procurou organizar a comunidade lá. Agora questão de tá dando informação, a comunidade São Miguel, ela é responsável pelo sul do Mato Grosso do Sul. Pra tendo contato com todas as comunidade que tiver ocupação negra, e levando ao conhecimento da nossa liderança pra organizar⁴¹. Então daqui nós levamos ao conhecimento da comunidade Araújo e Ribeiro, depois que nos organizamos eu lembrei daquela família ali, a gente foi lá. E resgatou eles pra esse movimento e dali também nós tivemos mais, é a Comunidade Cardoso.*

Somada a essas relações de demanda por infraestrutura, amizade e parentesco e articulação do movimento quilombola e negro na região, há um compromisso, por responsabilidades religiosas, assumido por seu Ramão Gonçalves (filho de D. Joaquina) e seu filho Roni, pois ambos conduzem como pastores duas igrejas evangélicas do município: *Deus é Amor* e *Congregação Cristão no Brasil*.



Imagem nº 1 – Igrejas Evangélicas em Nioaque (janeiro de 2013)

Faz-se oportuno também destacar a participação ativa de seu Ramão em atividades religiosas, pois essa condição orienta grande parte da comunidade de São Miguel que possui número expressivo de pessoas evangélicas, ou seja, trata-se de característica marcante da comunidade. Embora não tenha feito um levantamento quantitativo desses

⁴⁰ Pois, Seu Lázaro é irmão de Dona Benedita, esposa de Seu Ramão.

⁴¹ Vide Plínio do Santos (2010) sobre a formação da rede-irmandade de Maracajú.

dados, foi possível observar que seu Ramão mantém uma sede, ou espaço, da igreja para realização de cultos dentro das terras da comunidade – área coberta e de chão de barro batido – como uma extensão de sua própria casa. Essas observações e outras captadas em conversas mais informais com algumas pessoas da comunidade de São Miguel permitiram perceber a importância que a religião, sobretudo a evangélica, possui para a família.

Além disso, durante a entrevista realizada com seu Ramão e sua esposa não foram poucas as vezes em que a ação divina ganhava espaço nas explicações para a conquista da titulação de suas terras e de projetos governamentais dos quais a comunidade vem desfrutando, entre outras realizações alcançadas pela família. Ou seja, o espaço ocupado pela religiosidade é característica importante para a organização do grupo e, como identificado por Ayala (2009) é questão que demandaria um estudo posterior. Contudo, aqui me deterei a apresentá-lo apenas como característica de importante valor para a comunidade de São Miguel.

1. 3 Comunidade Araújo e Ribeiro

O município de Nioaque, região na qual a comunidade negra família Araújo Ribeiro reside, surge em julho de 1890, quando por intermédio de um decreto do presidente de província, é desmembrado do município de Miranda (Tolentino, 1986). Localizado entre a Serra de Maracaju e o Rio Miranda, Nioaque compreende uma região de 4.113 km² limitada pelos municípios limítrofes de Anastácio, Guia Lopes de Laguna, Anastácio, Sidrolândia e Maracajú.

A constituição da população do município é elucidativa da diversidade econômica, social e étnica existente na região. Com a presença de quatro comunidades quilombolas: Famílias Araújo e Ribeiro, Família Cardoso, Família Romano Martins da Conceição e Comunidade Bulhões, o município abriga ainda 10 Projetos de Assentamentos e quatro aldeias indígenas das etnias terena e atikum⁴². Entre uma população de tradição econômica voltada a pecuária e a agricultura, seja da monocultura de cana-de-açúcar ou familiar, também apresentam expressividade nas estatísticas do município, as seguintes culturas: mandioca, milho, café, soja, amendoim, hortaliças, arroz, feijão e fruticulturas, muito importantes para o abastecimento alimentar da população da região⁴³.

⁴² Etnia proveniente do nordeste que chegou ao estado por volta de 1985.

⁴³ Dados da Secretaria de Planejamento do município, a partir de dados do IBGE do censo 2010.

Em Nioaque, numa região mais afastada do centro do município, Bairro Monte Alto, vivem cerca de 21 famílias⁴⁴ que formam a comunidade dos descendentes das famílias Araújo e Ribeiro, a qual possui origem na união dessas duas famílias a partir de trocas matrimoniais, tais como a do casal Lázaro Nunes Ribeiro e Deudite de Araújo⁴⁵, matrimônio que se tornou possível a partir do movimento migratório, em 1972, de Lázaro Nunes da Serra de Maracaju com sua família, para a região de Nioaque, onde a família de Dona Judite residia. Como relatado em entrevista⁴⁶:

*A mãe falou: Olha eu quero ir pra Nioaque, vamo pra Nioaque! Nós dissemos pra ela: Vamo embora então. Ai viemo pr'aqui [Nioaque]. Ai achemo essa de 7 conto. É, saiu a mil o hectare, né? Sete hectares, e ali do outro lado em São Miguel vendendo a 100 hectares.*⁴⁷

Antes da chegada da família Ribeiro no território de Nioaque, de maneira similar ao que ocorreu em várias regiões do sul de Mato Grosso, o espaço que hoje compreende este município foi explorado a princípio por espanhóis que, próximo à região, estabeleceram o povoado de Xeres (1850), sendo este destruído pelas bandeiras paulistas ao mesmo tempo em que chegam alguns povoadores a região onde de fato se situa o município (Tolentino, 1986). Além dessas primeiras investidas no território, chegaram também outros exploradores a região como Joaquim Francisco Lopes, que veio àquelas terras com a missão de abrir caminho fluvial para ligar o Paraná com o Sul de Mato Grosso, o que por sua vez abriu precedentes para que outras famílias viessem para o povoado que se formava (idem).

Apesar dos primeiros núcleos estarem se estabelecendo, a situação do povoado que hoje compreende a região de Nioaque ainda não era estável e, houve novo período de dificuldades no processo de consolidação do povoamento da região, já que durante a Guerra do Paraguai o local foi invadido (1865) por tropas inimigas, o que fez com que ao final do confronto o povoado ficasse praticamente destruído. Foi somente em 1870 que as habitações começam a ser reconstruídas por intermédio de vaqueiros que residiam na região e soldados que ali permaneceram após a guerra.

⁴⁴ De acordo com aplicação de questionário para levantamento sócio-econômico e cultural das comunidades remanescentes de quilombos que realizei em março de 2012.

⁴⁵ De acordo com entrevista realizada em março de 2012, ocorreram outros casamentos e/ou uniões não oficiais entre as famílias – Antônio Ribeiro e Maristela Araújo; Romário Ribeiro e Filomena Araújo; e, Romário Araújo e Maria Ribeiro – mas o casal Lázaro e Judite parece ser a referência atual no grupo quando se pensa na relação que deu origem a Comunidade Quilombola das Famílias Araújo e Ribeiro, tendo em vista que é o casal mais antigo da comunidade.

⁴⁶ Março de 2012.

⁴⁷ Entrevista realizada em março de 2012.

Paralelamente aos acontecimentos no que hoje compreende o Município de Nioaque, em 1860, os ancestrais da família Ribeiro começam a chegar à região de Maracaju. O ex-escravo Faustino Nunes foi comprado quando ainda era jovem por um fazendeiro da Serra de Maracaju, lugar onde conheceu a índia terena Emília, união que gerou, em 1890, Dona Embelina Ribeiro que posteriormente teria a menina Laudemira Nunes Ribeiro, em 1919, após unir-se a Guilherme Nunes. Dona Laudemira estabelece matrimônio com o Senhor Alexandre Joaquim Ribeiro, gerando o patriarca da posterior comunidade quilombola das famílias Araújo e Ribeiro, o Senhor Lázaro Nunes Ribeiro (Plínio Dos Santos, 2010)⁴⁸.

Não distante da Serra de Maracajú a família Araújo estabelecia residência no que hoje compreende o Bairro Monte Alto, em Nioaque, e terras atualmente ocupadas pelas famílias Araújo e Ribeiro. O patriarca da família Araújo, Seu Teotônio Teles de Araújo vivia arrendado grandes terras pelo estado de Mato Grosso⁴⁹. As terras de Palmeiras⁵⁰, famosas na região, foi um dos trabalhos que precederam a sua migração, com a esposa Elídia Benedita Paiva e seus filhos, da região de Bonito – MS para o atual município de Nioaque – MS.

[...] eu lembro bem quando a gente veio de lá [Bonito] em 47 [1947], ela devia ter um 'meisinsho' de nascido, essa sua mulher [Dona Deudite Araújo]⁵¹ ela tinha um mês de nascido quando a gente veio de lá pra cá naquele carro de boi, né? Carro mineiro que a gente fala né?⁵²

Enquanto isso, na serra de Maracajú, no ano de 1940, a família Ribeiro se instalava nas dependências da fazenda São Miguel, comprando 130 hectares de terras. Ali seu Lázaro teve seu primeiro casamento, com uma paraguaia chamada Mercedes Fernandes, mãe de seus filhos mais velhos. Seu Lázaro e sua família só chegaram em Nioaque em 1972, quando, movido pelo desejo de sua mãe, o lavrador compra 7 hectares de terras da família Araújo, como já relatado acima em entrevista.

Entretanto, é importante destacar que a decisão de vir da serra para Nioaque e não para qualquer outra região partiu do fato de ali, nas terras pretendidas pela família Ribeiro, já existir uma relação de solidariedade e amizade em torno da casa de seu Teotônio. Ali se constituía um ponto de parada para os viajantes que desciam da serra para fazer compras

⁴⁸ Para melhor entendimento dessa configuração familiar vide genealogia em anexo.

⁴⁹ À época, não se tinha a divisão do estado em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

⁵⁰ Importante área de fazendas da região do sul do estado.

⁵¹ Esposa de seu Lázaro, Deudite: casal fundador da comunidade Araújo e Ribeiro.

⁵² Entrevista realizada em março de 2012 com uma das netas de seu Teotônio: Germana Araújo.

na cidade. A qualidade da água do poço de Seu Teotônio abriu espaço para que as relações entre as famílias da serra, inclusive a família Gonçalves, Comunidade São Miguel.

Carla: E como é que o senhor conheceu assim o seu Teotônio? Foi na parada da estrada, ai?...

Ramão Gonçalves: Ele era um, era um morador ali na beira da estrada, que todo mundo chegava ali.

C: ah, entendi.

R: tomava água, parava ali, chegava na cidade.

C: uhum.

Jorge Gonçalves: tinha uma cacimba fria ali.

R: é tinha uma cacimba fria ali.

C: tinha uma cacimba de água...

R: água bem fria, a única água que num era saloba⁵³.

A migração aqui indica o seu caráter não isolado ou individual, mas sim familiar (Woortmann, 1995) e a partir de relações de afinidades, pois se de outra forma fosse seu Lázaro não teria transferido filhos, mãe, irmãos e bens se não houvesse ali, em Nioaque, um pilar de amizade no qual ele pudesse se sustentar. O ponto de parada na casa de seu Teotônio representava esse local de encontro entre as famílias e operava no fortalecimento dos laços de reciprocidade.



Imagem nº 2 – Poço localizado entre a casa de S. Lázaro e de sua filha Carmem⁵⁴

A compra de parte das terras de seu Teotônio foi realizada através de contato estabelecido com a filha do proprietário, Maria Araújo, pois o patriarca da família Araújo,

⁵³ Entrevista realizada em janeiro de 2013 com seu Ramão, uma importante liderança da Comunidade de São Miguel, falando sobre as relações de amizade de longa data entre as famílias Araújo, Gonçalves e Ribeiro.

⁵⁴ Essa imagem foi capturada em janeiro de 2013, e corresponde ao poço utilizado pelos viajantes que passavam pelas terras de seu Teotônio Teles de Araújo.

Teotônio Teles de Araújo, estava bastante doente a época das negociações e a filha celibatária⁵⁵ que havia ficado em casa cuidando dos pais não possuía condições de administrar a propriedade da família.⁵⁶ Após a chegada da família Ribeiro na região – Lázaro, sua mãe Laudemira e os filhos caçulas que não haviam se casado: Helena, Mauro, Antônio e Maria, iriam estabelecer relações de compadrio, amizade e casamentos com a família Araújo, que viriam a constituir a Comunidade Quilombola Famílias Araújo e Ribeiro.

1. 4 Maracajú e Nioaque: espaço de trocas materiais, matrimoniais e políticas

As terras de Maracaju⁵⁷, como já citado anteriormente, foram destino para muitos escravos e ex-escravos, fato que possivelmente contribuiu para as situações que permitiram o estabelecimento dos primeiros contatos entre as famílias Araújo, Ribeiro⁵⁸ e Gonçalves (Comunidade São Miguel) e a formação das primeiras redes de solidariedade e parentesco entre elas. Hoje a comunidade São Miguel, primeira comunidade do Mato Grosso do Sul a receber o título definitivo de suas terras pelo INCRA/MS⁵⁹, é a única família quilombola que ainda reside na região da serra, mas foi dali que radicaram dois outros grupos importantes para as análises do presente trabalho, já que tanto a família Ribeiro, através do seu Alexandre Nunes Ribeiro, quanto a família Araújo, por meio do seu Sebastião Teles de Araújo, de acordo com relatos das entrevistas com os mais antigos das respectivas famílias, registraram passagem por aquelas terras.

O ancestral fundador da família Araújo, seu Teotônio, antes de estabelecer residência com a família em Nioaque, morou na região de Maracajú durante algum tempo, pois como bem lembra Dona Maria Teles de Araújo, única filha viva de Seu Teotônio, o

⁵⁵ Sobre o celibato no universo rural ver Woortmann (1995).

⁵⁶ Somado ao celibato o movimento de migração para a cidade faz com que se fique com extensões de terras para as quais não se possui herdeiros, ou os herdeiros não tem filhos para os quais possa deixar as terras. Isso causa a dificuldade de se manter grandes regiões improdutivas, levando a venda desses espaços, pois se antes o herdeiro era o privilegiado e os não herdeiros os prejudicados que tinham que migrar, com a crescente absorção desses jovens pela cidade, o herdeiro é o que é penalizado por estar ‘preso’ a terra e não poder migrar (Woortmann, 1995).

⁵⁷ Município situado a sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul, fazendo divisa com os municípios de: Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Anastácio, Nioaque, Guia Lopes da Laguna, Ponta Porã, Dourados, Itaporã e Rio Brilhante.

⁵⁸ Considerando-se aqui as famílias de maneira separada, antes das trocas matrimoniais de formação da família Araújo e Ribeiro.

⁵⁹ O Instituto de Colonização e Reforma Agrária do estado do Mato Grosso do Sul concedeu o título definitivo às terras da Comunidade São Miguel em 12 de setembro de 2011.

avô paterno, Sebastião Teles de Araújo, embora fosse natural de Goiás, residiu em Maracajú antes de estabelecer residência em Nioaque. Dalí os filhos foram se distribuindo entre os municípios de Guia Lopes/MS, Jardim/MS e outras regiões, ao passo que seu Teotônio trabalhou durante anos arrendado⁶⁰ terras de grandes fazendeiros em regiões próximas a serra e ao município de Nioaque: Fazenda Palmeira, as terras de Morro Grande, município de Bonito⁶¹ e terras nas quais houvesse grandes plantações e rebanhos de gado – propriedades das quais pudesse dispor de um lote para residir e cultivar uma pequena lavoura para o consumo da família.

O trabalho com a terra e com o gado aparece como parte importante da tradição transmitida através das gerações. Por meio desses trabalhos seu Teotônio conseguiria os recursos necessários – que poderiam ser “*torinhos*”⁶² ou vacas, dinheiro ou mesmo a gratidão por trabalho realizado a um grande proprietário⁶³, – para adquirir as terras nas quais hoje os membros das famílias Araújo e Ribeiro residem no município de Nioaque.

De maneira paralela a esses acontecimentos da família Araújo, os ancestrais fundadores da família Ribeiro permaneceram durante bastante tempo morando na Serra de Maracajú e de lá só saindo para Nioaque, onde residem atualmente, contudo os filhos mais velhos, entre eles seu Lázaro Nunes, assim como seu Teotônio, se ausentava durante alguns períodos das terras de suas respectivas famílias para trabalhar arrendando terras ou como peão em fazendas⁶⁴.

Seu Ramão, uma das importantes lideranças da Comunidade de São Miguel, relembra⁶⁵ que no tempo em que o finado Alexandre Ribeiro residia próximo a família Gonçalves, eles tinham uma relação de amizade bastante consolidada. O sistema de

⁶⁰ Esse sistema de trabalho consistia na concessão de lotes dentro de fazendas de grandes proprietários a pequenos lavradores e suas famílias, para que durante o período em que esses agricultores estivessem trabalhando nas terras do fazendeiro, o restante da família cultivasse/criasse gêneros necessários a para sua subsistência, sendo que em muitos casos esse trabalho era complementado pelas mulheres através da prestação de serviços domésticos na casa desses proprietários. Mais adiante detalharei melhor alguns aspectos desse serviço que fez/faz parte da trajetória de vida de praticamente todas as pessoas com quem tive a oportunidade de conversar.

⁶¹ Pode ter apenas passado por esse município, pois nas entrevistas algumas pessoas desconheciam a estadia de seu Teotônio em Bonito, entretanto, Seu Lázaro Ribeiro afirma que a certidão de casamento dos Ancestrais da família Araújo é do município de Bonito-MS.

⁶² Cabeças de gado.

⁶³ O pagamento por serviços prestados a grades proprietários ou a própria prefeitura do município por pequenos lavradores poderia ser pago através da doação de parcelas de terras – este é o caso inclusive da comunidade Bulhões, acima citada. Essa situação foi registrada através das entrevistas feitas com pessoas de outras famílias quilombolas da região. Levanto essa diversidade de possibilidades para a forma como o seu Teotônio possa ter obtido suas terras, pois não há um consenso quanto a esse fato entre as pessoas da família Araújo e Ribeiro entrevistadas.

⁶⁴ Informações coletadas a partir de entrevistas informais.

⁶⁵ Entrevista realizada em janeiro de 2013.

mutirão, utilizado pelas famílias de pequenos agricultores, vizinhos e compadres, para o cultivo da terra nutria e fortalecia os laços de afinidade e solidariedade entre as famílias como explica seu Ramão Gonçalves:

Ele [Seu Alexandre] precisava de fazer a lavoura dele e convocava, os compadre da região e aí a gente ia lá e ajudava. Carpia, plantava, na hora de limpar a lavoura também (...) quando o compadre não dava conta os outros considerados compadre⁶⁶, ajudava. E daqui e, assim era: tanto lá como aqui.

Entre as crianças da família se estabeleciam relações de amizade e de companheirismo na lida com o trabalho, já que desde muito novas elas tinham que ajudar nos serviços, não apenas domésticos ou na lavoura e com as criações da família, mas também trabalhavam em fazendas de grandes proprietários, para que “aprendessem a trabalhar”. Em entrevistas informais com uma das filhas de seu Lázaro Ribeiro que foi criada durante parte da infância na casa dessas famílias, sempre de fazendeiros mais ricos e brancos, que “ensinavam” a trabalhar, D. Mirtes lembra com um pouco de humor, interrompida por silêncios de reflexão, de como essas pessoas a maltratavam. Era como se fosse um retorno ao regime da escravidão, “a gente era tratada quase que como uma escrava”, relembra D. Mirtes.



Imagem Nº 3 – Crianças das famílias Ribeiro e Gonçalves⁶⁷

Ali, na Fazenda São Miguel, foi o local no qual ocorreram as primeiras trocas matrimoniais entre as famílias Ribeiro e Gonçalves: os finados João Lourenço Gonçalves (filho de Manoel Lourenço e Joaquina Gonçalves de Souza – Comunidade São Miguel) e

⁶⁶ Mais a frente os aspectos relacionados às relações entre os que são considerados *compadres* será melhor analisada.

⁶⁷ Essas fotos mais antigas foram fotos que tirei de outras fotos, pois na época em que estas imagens foram capturadas D. Eugênia Gonçalves, filha de D. Joaquina, matriarca da comunidade São Miguel, possuía uma câmara. D. Mirtes é a terceira jovem, da direita para a esquerda.

Generosa Nunes Ribeiro (filha de Alexandre e Laudemira – família Ribeiro) foram os primeiros a se casar. Em seguida Manoel Santana Nunes Ribeiro casou-se com Antônia Gonçalves Ribeiro e, por fim, seu Ramão Gonçalves de Souza casou-se com Benedita Nunes Ribeiro, único casal que ainda está vivo.



Imagem N° 4 – Seu Ramão Gonçalves e Dona Benedita Ribeiro⁶⁸

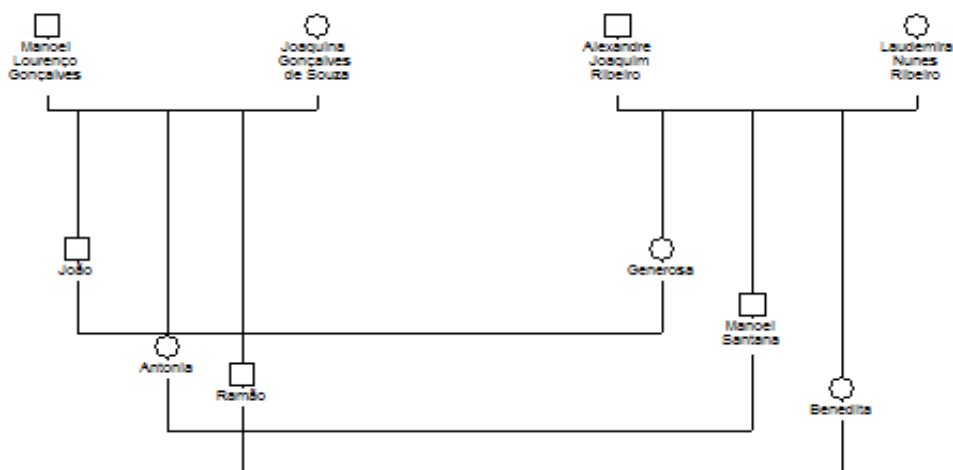


Imagem N° 5 – Casamentos entre as famílias Gonçalves e Ribeiro

A partir desses relatos, é possível perceber a importância da região de Maracaju e suas proximidades, Nioaque, no sentido de terem sido ambientes nos quais se estabeleceram relações entre famílias de ex-escravos que foram de fundamental

⁶⁸ Foto de 12 de janeiro de 2013.

importância para a reprodução material e social desses grupos. As relações que se estabeleceram nessas regiões garantiram as condições de permanência dessas famílias, mesmo com as situações adversas que provavelmente os respectivos ancestrais, negros recém-libertos, tiveram que enfrentar, para que seus grupos familiares não fossem desagregados nos períodos que se seguiram a abolição. Relações estas que se estabeleceram possivelmente para além dos grupos negros, tendo em vista o já referido caráter negociador que as populações quilombolas desenvolveram ao longo da história da sociedade escravagista brasileira – entre quilombos e a sociedade envolvente constituía-se “simbiose” de caráter ambíguo, porém necessária⁶⁹.

Tendo suas condições de existência asseguradas e, para assim continuar se mantendo, esses grupos familiares foram estabelecendo relações e interações entre si e com outras famílias de pequenos agricultores, fossem eles “*baianos vindos da África, bem negros*”⁷⁰ – como afirma seu Ramão a respeito dos vizinhos da família de Luiz Andorinha – ou emigrantes paraguaios – como é o caso do *compadre* Eliseu⁷¹. Além das trocas matrimoniais que se estabeleceram entre as famílias Gonçalves e Ribeiro. Assim sendo, essas famílias parecem caracterizar o que Plínio dos Santos (2010) chamou de *rede*, pois as relações estabelecidas entre elas, ao serem acionadas nos discursos, permitem identificar, entre outros aspectos, a existência de uma *irmandade*, que se evidencia através do elemento que, de alguma maneira, unifica as específicas trajetórias de vida dessas famílias: a condição de ex-escravo. Além dessa relação entre “irmãos” é possível perceber também a formação de laços por afinidade, solidariedade e reciprocidade entre esses grupos, eles responsáveis pelo fenômeno do compadrio entre as famílias: que amplia as interações entre os grupos familiares, definindo o que o autor chama de *rede-irmandade*.

Essas *redes*, quando pensadas em um contexto de reconhecimento legal por parte do Estado brasileiro no que se refere ao direito de propriedade das áreas ocupadas por essas famílias – questão expressada através de diversos marcos legais⁷² – abrem caminho

⁶⁹ Refiro-me aqui a questão anteriormente citada: posição dúbia identificada por Gomes (2005) a respeito dos quilombos enquanto espaços que geravam prejuízos ao erário público (comércio de contrabando dos quilombos para os povoados), representavam uma afronta à sociedade escravagista brasileira (espaços de fuga e, portanto repúdio ao sistema), mas ao mesmo tempo se faziam necessários para complementar o abastecimento dos povoados que sofriam com a escassez de gêneros alimentícios.

⁷⁰ Entrevista realizada em janeiro de 2013.

⁷¹ Idem.

⁷² Ato Constitucional das disposições transitórias, art. 68, que dispõe a respeito da responsabilidade do Estado de reconhecer a propriedade e titular definitivamente as terras das comunidades remanescentes de quilombos que as estejam ocupando; os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que determinam a proteção do patrimônio cultural brasileiro; e, a Convenção 169, sobre povos indígenas e tribais, para citar

para que esses grupos se organizem politicamente (Souza, 2008). E é, a partir das situações lançadas por esse cenário de direitos que as discursões deste trabalho foram elaboradas, já que foi por intermédio das questões postas pela legislação e através da atuação de órgãos governamentais⁷³ e movimentos sociais⁷⁴ que as famílias estudadas nesse trabalho orientam suas demandas por direitos territoriais, sociais e culturais.

Como já abordado por Plínio dos Santos (2010), essa rede permite o acesso a informações, o acionamento de direitos e o suporte social necessário a uma consciência política de sua negritude entre as comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul. A institucionalização desses movimentos de reivindicação, mediadas pelo Movimento Quilombola e pelo Movimento Negro, atendem as exigências do Estado no sentido de que permitem a constituição de um interlocutor “válido”. A necessidade da criação de associações representativas das comunidades quilombolas, nada mais é que a expressão dessa necessidade de se criar um corpo jurídico de representação coletiva para o grupo, por meio do qual seja possível peticionar e capitar projetos que viabilizem a comunidade. Nessa seção, o objetivo foi demonstrar como os municípios de Maracaju e Nioaque funcionam como os espaços físicos primordiais onde primeiro ocorreram e, ocorrem até hoje, trocas responsáveis por alianças matrimoniais e políticas, para a consolidação material dos grupos em questão.

apenas alguns dispositivos legais que sustentam o atual contexto de discursão dos direitos destes sujeitos historicamente expropriados.

⁷³ Principalmente: Fundação Cultural Palmares; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

⁷⁴ Movimento Quilombola e Movimento Negro.

CAPÍTULO II

OS DIFERENTES TEMPOS

As passagens que relatam as histórias vividas pelas pessoas que compõe as famílias⁷⁵ Araújo e Ribeiro permitem identificar estratégias próprias do campesinato para reprodução e sustentação do grupo familiar: o arrendamento de terras de grandes proprietários para o cultivo de insumos necessários a subsistência da própria família, além do trabalho realizado como peão nas fazendas e na plantação das lavouras de monocultura, exemplificam algumas dessas situações. A remontagem do *tempo dos antigos* e as experiências do *tempo presente*, de uma comunidade que se localiza em um bairro urbano, embora considerada por muitos dos idosos destas famílias como uma região rural, revelam categorias que se ressignificam ao longo das gerações, e que encontram lugar em um contexto mais amplo de definição de uma identidade quilombola específica: Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro.

Nesta seção, será possível verificar que tanto nas experiências de arrendamento de terras do passado, quanto nas estratégias contemporâneas de organização do território, do trabalho e da família, mais uma vez o caráter sempre engajado desses grupos se manifesta, no que se refere às negociações que se operaram (e se operam) na busca pela manutenção da terra e, portanto da comunidade.

2. O tempo dos antigos: migração, lavoura e gado.

2.1 O trabalho na Terra

Ao analisar o material produzido em campo, no intuito de remontar aspectos dos tempos vividos, é inevitável perceber que as atividades produtivas e mesmo recreativas dos tempos passados estavam ligadas, de alguma maneira, ao cultivo da terra e fundamentalmente ao trabalho com o gado. A vocação agrícola, ligada ao uso da terra para subsistência, através do cultivo de gêneros alimentícios para consumo e venda, além da criação de gado, é traço recorrente em todas as entrevistas realizadas. Esta memória está

⁷⁵ Em alguns momentos as famílias Araújo e Ribeiro serão tratadas de maneira separadas, pois alguns relatos referem-se a épocas nas quais não havia ainda a Comunidade Família Araújo e Ribeiro – denominação que aparece apenas depois das trocas matrimoniais e consolida-se com as discussões em torno da identidade quilombola.

atrelada, como já visto no capítulo anterior, à própria história do estado de Mato Grosso do Sul e sua trajetória ligada à presença do rebanho bovino⁷⁶.

A pecuária, já no início do século XX, passou a ser um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento do sul de Mato Grosso. A boa qualidade dos campos, o clima favorável e a abundância de água atraíam, de diversos lugares, criadores de gado para a região. Por volta de 1910 o rebanho bovino em Nioaque já alcançava a casa de 90.000 cabeças, esses números são expressivos da presença significativa desse tipo de atividade na região (Campestrini & Guimarães, 1995).

Assim como a história do próprio estado de Mato Grosso do Sul, a história da família Araújo e Ribeiro não poderia deixar de estar relacionada com a criação de gado. Seu Lázaro Ribeiro recorda dos tempos em que vivia de abrir pasto para os grandes fazendeiros da região. Era estabelecido um acordo entre o fazendeiro e Seu Lázaro que pegava o serviço por “empreita”⁷⁷: o proprietário permitia que o pequeno agricultor derrubasse a mata para formar o pasto necessário à criação do gado, e a contrapartida de Seu Lázaro era ter um pedaço de terra cedido para transformar em roça e produzir os insumos necessários à sobrevivência de sua família.

Lázaro: Sempre acontecia do cara, o fazendeiro, ter bastante terra, mata boa pra roça. E mesmo assim ele queria formar aquela mata, né? Fazer pasto, aí... E eu sabia daquilo e ia vê como é, se nois combinava. Chega lá e tal, combinemo. Ele me cedeu pra fazer a roça, mas em troca da forma daquela mata⁷⁸.

A relação que se desejava estabelecer com o fazendeiro era de convivência harmônica, já que havia interesses entre ambas as partes envolvidas: Seu Lázaro não possuía a terra, mas necessitava dela, pois dali retirava o sustento de sua família; para o fazendeiro, além de resolver o problema pós-abolição de escassez de mão de obra (Almeida & Buainain, 2013), era importante a presença de um bom trabalhador, alguém comprometido e que formasse o pasto para a criação do rebanho, pois caso o arrendatário desistisse da empreita, no meio do processo, a mata tomaria conta do pasto virando um “esconderijo para o gado”. Além disso, ao rendeiro era dado o direito de ocupar durante o tempo de arrendamento um pedaço de terra no qual o mesmo pudesse plantar e residir com

⁷⁶ Como visto no capítulo anterior, o gado representou elemento importante para a ocupação efetiva das terras sul-mato-grossenses.

⁷⁷ Uma forma de arrendamento.

⁷⁸ Entrevista com Seu Lázaro realizada em março de 2012.

sua família. Desta lavoura o pequeno lavrador retirava o suficiente para o autoconsumo, sendo o excedente comercializado e os recursos daí provenientes repassados para o proprietário das terras. Este tipo de contrato era depositário de uma série de obrigações e acordos.

Os contratos de arrendamento se fizeram presentes desde os momentos iniciais da colonização do território brasileiro, pois aos sesmeiros⁷⁹, que recebiam suas parcelas de terras da coroa portuguesa, era necessário que ocupassem o território através do cultivo, o que em virtude da grande extensão territorial só era possível por meio dos sistemas de arrendamento. Posteriormente, mesmo após a abolição da escravatura em 1888, este modelo perdurou no Brasil, pois aqui a abolição ocorreu sob as regras da Lei de Terras⁸⁰ (1850), “*que afirmava o direito dos proprietários e restringia o acesso dos homens livres às terras devolutas ao estabelecer a compra junto ao governo como meio de adquirir terra*” (Almeida & Buainain, 2013: 322). Ou seja, neste período, além de recursos financeiros — escassos para os pequenos produtores de subsistência e recém-libertos — era preciso dispor de influência política para com os governantes responsáveis pela venda das terras. Portanto, apesar da Lei de Terras, o sistema de arrendamento ainda permanecia o mais viável para os lavradores de pouca, ou nenhuma, posse.

Proveniente deste contexto histórico, o trato com a terra era condição elementar do cotidiano das famílias Araújo e Ribeiro, as quais possuíam uma identidade histórica ligada à agricultura expressa desde o conhecimento de espécies animais e vegetais, quanto no uso de técnicas de cultivo agrícola e acima de tudo ligada a uma “territorialidade específica” (Almeida, 2002). O trabalho com a terra, ainda que arrendada, era revelador das redes de solidariedade e reciprocidade estabelecidas entre essas famílias de camponeses, e também do aspecto engajado desses grupos de agricultores, frente aos grandes proprietários, na busca pela conquista de condições de existência. Parece haver aqui expressão do caráter fundamental que a tríade: terra, trabalho e família representa enquanto elemento expressivo de uma ordem moral do universo destes pequenos produtores: a “campesinidade”, proposta por Klass Woortmann (1990).

Woortmann demonstrou a existência do que ele chamou de campesinidade enquanto caráter representativo de uma ordem moral entre os sítiantes estudados por ele e

⁷⁹ Pessoas de confiança da coroa portuguesa que eram trazidos de Portugal para o território Brasileiro como uma das primeiras tentativas de povoá-lo e assim garantir a posse das terras ameaçadas pelo avanço do império espanhol (Almeida & Buainain, 2013).

⁸⁰ Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada “Lei de Terras” – que pôs fim ao regime jurídico de posse no Brasil e instituiu o Registro Eclesiástico das terras, as posses até então adquiridas por concessão do poder público ou por ocupação primária (sesmarias) foram legitimadas (Plínio Dos Santos, 2010).

por diversos autores. Para tal intento, se vale da análise dos discursos dos sitiantes – considerando-os como seres históricos e, portanto suscetíveis a demonstrarem ambiguidades e significações diferentes ao longo do tempo e dos diversos contextos em que suas categorias classificatórias são acionadas – aspecto que também será elaborado no capítulo a seguir no que concerne aos conflitos dos processos de identificação. Assim, através das *categorias nucleantes* terra, trabalho, comida e família – que não podem ser pensadas de maneira separada, por constituírem categorias culturais que se interpenetram – Klaas Woortmann (1990) estabelece os conceitos teóricos: honra, reciprocidade e hierarquia, que também são elementos que não podem ser pensados de maneira separada “na constituição da ordem moral que chamo de campesinidade” (1990: 63).

É importante esclarecer que Woortmann (1990) compreende o caráter limitado que categorias representativas, que se propõem a dar conta de contextos muito amplos, apresentam – como é o caso das populações rurais estudadas por ele e as abordadas no presente trabalho. Entretanto, a utilidade dos conceitos e definições deve se fazer muito mais pelo seu potencial em suscitar questões e problematizar situações do que pela crença no seu poder absoluto de dar conta de compreensões totalizantes de seres que são ambíguos por sua própria natureza histórica: “*Pessoas de carne e osso são como disse, ambíguas e se movem em dois mundos (...). Disso resulta que a campesinidade não é uma prisão cultural*” (1990: 69).

Nas terras arrendadas pelas famílias Araújo e Ribeiro circulavam gêneros alimentícios e criações, mas também dádivas pelas quais as relações de solidariedade e reciprocidade se manifestavam entre as famílias descendentes de ex-escravos e indígenas. Ao analisar a história do território sul mato-grossense e destas famílias há registros de relações estabelecidas com indígenas tanto entre os ancestrais da família Araújo como entre os antepassados dos Ribeiro: além das relações de matrimônio estabelecidas⁸¹, com pessoas da etnia Terena, foi possível identificar também relatos de técnicas no cultivo da terra provenientes destes contatos. Assim como os indígenas, Seu Lázaro plantava milho utilizando uma espécie de bastão que possuía uma ponta afilada com a qual se abria a cova para que as sementes fossem lançadas e, segundo o agricultor, “*era a técnica mais aprovada pelos índios*”⁸². Além das técnicas agrícolas trocadas, há relatos de circulação de alimentos provenientes da lavoura de Seu Teotônio Araújo para algumas famílias indígenas que se estabeleciam próximas às regiões arrendadas pelo lavrador.

⁸¹ A bisavó de Seu Lázaro era índia terena, Dona Emília.

⁸² Entrevista realizada em março de 2012.

Lázaro: *Então eu tava ali, esse tempo plantava ali ó tudo. Ai tinha um agrônomo ia passando... ia passando e eu tô plantando o milho... Ai ele parou e foi lá onde eu tava. Chegou falou... não, eu falei pra ele: “Eu posso lhe ajudar n’alguma coisa?” (...) Ai ele falou: “Não, pode continuar seu serviço”. Ai eu continuei, né... Ai ele falou: “Isso aí, ó é a planta mais aprovada pelos índio”. Tá vendo? (risos)(...) Plantar de saraquá.*

Alvori⁸³: *Ah de saraqua... O senhor planava de saraquá aqui?*

L: *Planto.*

A: *O senhor ainda tem ele ai?*

L: *O que, saraquá?*

(risos)

L: *Faz de pau mesmo.*

A: *O que, que é o seu saraqua?*

L: *É uma ponta de pau que o senhor faz, ai chucha [abre buraco] no chão ai joga a semente lá dentro.*



Imagem Nº 6 – Saraquá⁸⁴

Nestas relações estabelecidas com a população campesina que vivia próxima às famílias objeto do presente estudo (alguns indígenas e outros grupos de pequenos agricultores) havia aspetos relacionados a uma ordem econômica, no sentido da necessidade de reprodução material do grupo familiar, entretanto as características que definiam estas relações não deixavam de estar inseridas em uma ordem moral, expressiva da ordem social vigente entre aqueles camponeses. Trocar técnicas de cultivo, além de insumos alimentícios, não se tratava apenas da satisfação dos interesses materiais de

⁸³ Agrônomo que compôs a equipe técnica para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação Territorial, do qual fiz parte como auxiliar de pesquisa, em março de 2012.

⁸⁴ Fonte: <http://maragatoassessoramento.blogspot.com.br/2011/03/memorial-do-arroz.html>. Acessado no dia 26/02/2014.

sobrevivência, mas antes salvaguardava um patrimônio social (Polanyi, 2000) representado pela perpetuação da família. A natureza do econômico passa antes pela manutenção dos laços sociais, de maneira que as obrigações sociais devem ser recíprocas.

Antes de continuar, faz-se pertinente esclarecer que a história aqui resgatada da comunidade estudada não segue uma sequência cronológica ou linear, pois ora perpassa os relatos dos ancestrais da família Ribeiro, ora tangencia aspectos do vivido pelos Araújo, espaços de memórias que se tocam e que dialogam entre si. Quando me refiro aos tempos passados por Seu Teotônio Araújo, falo de outra geração, duas anteriores a atual, me refiro ao avô de Dona Deudite Araújo, esposa de Seu Lázaro Ribeiro, mas também não deixo de passar por acontecimentos vividos por Seu Virgílio Araújo, filho de Seu Teotônio, portanto pai de Deudite. Quando as histórias tomam por referência Seu Lázaro Ribeiro, não deixam de fazer parte também os tempos vividos por Seu Alexandre Ribeiro, pai de Seu Lázaro. Pois, como já relatado no primeiro capítulo do presente trabalho, a comunidade das Famílias Araújo e Ribeiro encontra nas figuras de Seu Lázaro Ribeiro e de sua esposa, Dona Deudite Araújo, as referências para a definição desse novo espaço de identidade: Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro⁸⁵.

É importante destacar que, não há aqui uma linearidade seguida pelos acontecimentos, pois assim como a memória humana não é linear, mas sim fragmentada, um trabalho que se respalde pelas fontes da memória não pode e não consegue seguir uma linearidade dos acontecimentos. Como afirma Gilberto Velho (1994): *“A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado assim é descontínuo”* (1994: 103).

Um interessante espaço de memória das histórias vividas pelas famílias que hoje compõe a comunidade passa pelas terras de Seu Arlindo⁸⁶, que ficavam próximas ao Rio Urumbeva, pois ali nas margens deste rio, as famílias buscavam madeira para a construção de suas casas, além de lenha para alimentar os fogões. Das margens do mesmo rio, saía a madeira usada nas tradicionais fogueiras de São João – realizadas no mês de junho por Seu Vergílio. Segundo Dona Marlene, filha de Seu Vergílio, a festa por ele organizada era feita na passagem do dia 23 para o dia 24 de junho e os convidados, além dos parentes, eram amigos e vizinhos. A fogueira era uma das imagens das quais mais se tinha lembrança,

⁸⁵ Atualmente é o casal de idade mais avançada, formado a partir dos descendentes das famílias: Araújo e Ribeiro.

⁸⁶ Vizinho que residiu próximo às terras da comunidade (entrevistas março de 2012).

pois o costume de pular a fogueira de São João fazia parte das celebrações festejadas pela família e também pelos amigos. A fogueira de São João encerrava ainda um misticismo proveniente da crença católica dos antigos, pois após a fogueira ter se consumido, os mais velhos tinham o costume de passar pelas brasas que ainda fumegavam, mas sem se queimar, em virtude da fé que depositavam no santo⁸⁷. A terra aqui representada é um espaço de manifestação religiosa, campo no qual se realizam eventos para congregar a comunidade em torno de objetivos comuns: “(...) *honrar o santo e solidarizar o homem*” (Costa, 1999: 116).

As brasas que restavam da fogueira eram guardadas em casa, pois possuíam também um poder de conter tempestades e, assim proteger a casa, algo similar ao que Morais Filho (2002) identifica em seu trabalho a respeito das festas e tradições populares no Brasil, em especial a festa em homenagem a São João e o poder sobrenatural das cinzas da fogueira que homenageia ao santo:

Um dos prejuízos mais arraigados entre o povo era que as brasas da fogueira ficavam bentas; e muitas das pessoas as guardavam ou enviavam a parentes ausentes, acreditando que quem as possuísse viveria mais um ano. (2002: 104)

A devoção a São João é também encontrada em outras comunidades negras do estado de Mato Grosso do Sul, como a Comunidade Remanescente de Quilombo São João Batista⁸⁸ estudada por Matos da Silva *et all* (2010), pois aqui os poderes do santo não só concedem proteção aos que tem fé no ritual celebrado na fogueira que o homenageia, como pode curar enfermos através do cumprimento de promessas por parte dos fiéis. A comunidade de mesmo nome que São João Batista, possui esta denominação justamente em virtude do milagre realizado pelo santo: a recuperação de um dos filhos da matriarca fundadora da comunidade, Dona Maria Rosa Anunciação, que por ter nascido prematuramente e doente só poderia se salvar através de intervenção divina. Há quase um século a comunidade realiza no mês de junho o terço e a festa como cumprimento da promessa que a matriarca fundadora fez para São João Batista, mas também como momento de encontro e celebração já arraigado na tradição da família e que agrega familiares e vizinhos para homenagear a São João Batista.

⁸⁷ Entrevista realizada com Dona Marlene Araújo em janeiro de 2013.

⁸⁸ Atualmente a comunidade está localizada na cidade de Campo Grande/MS, contudo as festas em homenagem a São João Batista datam desde a década de 20 do século passado e eram realizadas na cidade de Coxim/MS, local de onde se originou os casais fundadores dessa comunidade.

Espaço de produção e reprodução social e cultural, a relação com a terra está atrelada também com a busca de autonomia das populações negras rurais (Plínio Dos Santos, 2010). Os acordos de arrendamento anteriormente abordados perpassam toda a história das famílias Araújo e Ribeiro, e encerram uma dúbia posição na busca destes grupos por autonomia: pois, ao mesmo tempo em que se vive uma situação de dependência por parte do trabalhador rural que ainda não havia conquistado suas posses e, por isso tinha que viver sob o julgo de vender o seu trabalho para um proprietário de terras; este mesmo camponês está empreendendo sua força de trabalho na esperança de um dia ter a sua própria criação de gado e uma terra que pertença à sua família. A relação de dependência somada aos esforços para se alcançar a autonomia marcam a dúbia posição ocupada pelo camponês que historicamente negociou a sua força de trabalho, transitando assim ora mais próximo à condição de explorado (auto grau de dependência do proprietário de terras), ora se aproximando mais da conquista da sua propriedade e, portanto da liberdade.

Há uma memória bem emblemática dos conflitos existentes entre o necessário trabalho na terra de terceiros – e a condição de dependência daí advinda – e a busca de autonomia que perpassa esse período de subordinação do camponês ao proprietário de terras. Seu Lázaro se recorda de como o proprietário de uma das terras onde ele residiu era generoso com ele. O agricultor relata ter sido um tempo de fartura, no qual teve a oportunidade de ter sua criação, além de sua roça⁸⁹ que lhe garantiam o sustento. Seu patrão havia feito um açude e arado a terra da lavoura para que Seu Lázaro e sua família pudessem ter boas condições de alojamento – sem perder de vista o fato de que essas benfeitorias também geravam aumentos na renda proveniente da comercialização dos excedentes da lavoura que era repassada para o fazendeiro. Entretanto, essa situação não foi suficiente para manter Seu Lázaro e a família na região, pois embora a situação de estada ali estivesse cômoda, aquelas terras nunca seriam suas e possuir suas próprias novilhas representava estar a caminho de uma condição de maior autonomia, tão almejada por uma população que historicamente esteve à margem deste processo. Assim sendo, ao receber uma proposta de trabalho para migrar para outra região o lavrador saiu dali com toda a família, apesar das tentativas de convencimento por parte do fazendeiro de que o camponês deveria permanecer nas terras.

Das relações aqui analisadas, a terra representava o elemento chave das negociações. Nas entrevistas formais e informais realizadas durante os trabalhos de campo,

⁸⁹ Pedação de terra cedido dentro das terras do fazendeiro apenas para permitir a manutenção da família do arrendatário durante o acordo de arrendamento.

fala-se a respeito da existência de uma renda da terra pela qual o arrendatário recebia o pagamento de sua jornada de trabalho. A terra, ainda que não pertencente ao camponês, lhe garantia o abastecimento dos gêneros alimentícios necessários à manutenção do seu grupo familiar, além disso, era o local no qual se estabelecia residência ainda que temporária, dentro do contexto dos constantes processos migratórios.

Lázaro: *Aí eu enfrentava por dois anos e formava tudo pra ele [transformava a mata em pasto], aí ele me dava mais cinco horteiro [espaço da lavoura para auto consumo da família do camponês] pra frente, e eu ia indo assim: formando pra ele e entregando.*

Ada⁹⁰: *Ele dava pro senhor formar, mas não era seu.*

L: *Não era meu, num era meu, era troco da planta. Da produção daquela mata.*

A: *Ele [fazendeiro] lhe pagava como?*

L: *Não pagava nada.*

(...)

L: *Ele [fazendeiro] fez, e como também fez um açude pra mim ter minha água, heim, dentro do pasto dele. (...) foi fazer pra um empregado lá, pro agregado, que era eu (...). É, tinha que plantar, fazer pasto pra ele [fazendeiro].*

A: *A tá. Então essa era a troca né?*

L: *Era a troca, pagamento da terra⁹¹.*

É importante ressaltar aqui que prover o grupo familiar através do arrendamento de terras por parte de diversas modalidades de arranjos entre fazendeiro e lavrador foi estratégia adotada também pelo próprio Teotônio Teles de Araújo, embora até aqui tenha-se tratado mais a respeito da história ligada aos Ribeiro. A família Araújo se deslocou do município de Bonito – local onde Teotônio constitui matrimônio com a senhora Elidia Benedita Paiva – até a atual região onde a família está alojada, arrendado terras para o provimento da família e na busca de uma região na qual o grupo pudesse se estabelecer com melhores condições de moradia.

Neste momento, torna-se oportuno problematizar esses acordos estabelecidos entre rendeiro e proprietário, pois ainda que a relação de arrendamento tivesse um caráter harmônico no estabelecimento dos pactos entre fazendeiro e arrendatário, era um contrato com potenciais oportunidades de exploração por parte dos fazendeiros, tendo em vista que gradativamente atividades que não haviam sido estabelecidas, quando da celebração do acordo, poderiam ser agregadas às obrigações do rendeiro. Ter como *chão de morada* o

⁹⁰ Historiadora que compôs a equipe técnica de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Demarcação Territorial da Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro (entrevista de março de 2012).

⁹¹ A negociação era realizada com o fazendeiro, mas o pagamento vinha da terra, da renda da terra.

mesmo *chão de trabalho* não permitia uma definição clara de limites entre as responsabilidades do lavrador e as necessidades do fazendeiro, fazendo com que esse último tendesse a explorar ao máximo as forças produtivas do primeiro⁹².

Na memória dos que eram crianças nos tempos da ocupação do atual território, pertencente à família Araújo e Ribeiro, a lavoura sempre esteve presente no trabalho dos pais, entretanto indissociável a ela havia também o trabalho com o gado que, além de fazer parte dos meios de locomoção utilizados na época, representava um fator de diversão para os “meninos de porteira”⁹³. As irmãs: Germana, Célia e Justina se recordam do avô, Teotônio, saindo da região de Nioaque para as terras de Morro Grande, uma importante fazenda localizada entre os municípios de Nioaque e Bonito, onde vários pequenos produtores trabalhavam sob arrendamento:

Justina: Aí ele foi pro Morro Grande, foi nessa época que ele foi pro Morro Grande. Eu me lembro tão bem como hoje: eu saí do colégio e então o carro mineiro⁹⁴ ia cantando, eu gostava de ver né? E eu saí correndo e já guardei, deixei os livros e fui correndo pra me despedir deles. E nesse meio de tempo tinha aquele portão, lembra?

Lázaro: Tinha um portão bem no Massa Barro⁹⁵.

J: que a gente corria pra abrir aquele portão pra ganhar cinquenta réis⁹⁶.

O trabalho com o gado e na lavoura era permeado também pelas *carneadas* e *mutirões* que eram realizados entre os núcleos familiares e com pessoas da vizinhança. Os *mutirões* eram realizados através da ajuda dos compadres pertencentes à família extensa – estruturalmente formada por várias famílias nucleares: pai, mãe e prole – e também pela ajuda de amigos (Wolf, 1976). Quando determinada família precisava fazer uma roça, que demandaria dias de trabalho, recorria-se a ajuda dos familiares e vizinhos. Após um intenso dia de trabalho todos se confraternizavam com a *carneada* proveniente daquela empreitada.

A *carneada* por sua vez, corresponde a uma espécie de confraternização na qual se abate um boi e uma festa é aí organizada, faz-se um “bailão” no qual as pessoas se

⁹² Situações de exploração por parte dos fazendeiros aos pequenos lavradores apareceram nas entrevistas relatadas.

⁹³ Termo utilizado pelas irmãs: Célia, Justina e Germana durante entrevista realizada em março de 2012, para definir as crianças que abordavam os carros de boi que atravessavam a porteira das terras de Seu Vergílio.

⁹⁴ Estrutura de madeira que possuía tração animal bovina.

⁹⁵ Acredito que o termo Massa Barro representava terras de algum vizinho que residia próximo à família Araújo.

⁹⁶ Entrevista realizada em março de 2012.

confraternizam. Dona Justina Araújo⁹⁷ lembra que se todo o trabalho do preparo da roça não fosse possível de se realizar em apenas um dia, após o terreno ser carpido e arado para o plantio, no outro dia, os compadres se dispunham a estar ali para concluir a empreitada. Todos tinham a liberdade de pedir ajuda quando a sua roça estava “apertada” e da mesma forma todos se manifestavam para ajudar.

Justina: um ajudava o outro. Isso aí era muito bom viu?

Lázaro: era muito bom! Como existia aquele sistema de mutirão, qualquer um vinha pedir. Tá com a roça apertada fazia reunião com o povo. Eu vou carnear uma bezerra pra nós comer lá e vamos lá me ajudar a limpar meu milho.

J: isso.

L: no dia ia lá e fazia tudo.

J: fazia tudo, né? Trinta homens, vinte... Bastante!

Esta prática parece está inserida no que Sabourin (2009) afirma a respeito dos mutirões ao definir que existem dois tipos desta modalidade de cooperação: um relacionado aos bens coletivos (construção e manutenção de uma cisterna, uma escola ou um centro comunitário, por exemplo) e outro diz respeito aos trabalhos em benefício de uma família, aqui se inserindo o caso relatado acima. Nesse sentido, a atividade de desmatar um terreno para o preparo de uma roça, mais do que estar ligada a uma vantagem material imediata dos retornos financeiros que uma lavoura pode gerar, evoca os laços da solidariedade e reciprocidade que atuam na manutenção dos aspectos materiais e sociais que unem o grupo. Dispor de seu tempo em função do outro parece estar associado também à ideia da troca do trabalho no sítio camponês proposto por Woortmann (1988):

No interior do Sítio, a troca de tempo, além de responder a uma necessidade prática, possui também um significado simbólico: não se está apenas produzindo um roçado; está se reproduzindo uma comunidade. (1988: 32)

A *carneada* remete mais uma vez ao papel quase que estruturante do gado na história das famílias Araújo e Ribeiro. Assim como Sabourin (2009) identificou na comunidade de Pintadas, Bahia – onde falava-se de “*um boi roubado*”, animal que era abatido para se realizar uma comemoração, como uma maneira de retribuição por parte do beneficiário do mutirão para com seus vizinhos e compadres – a função da carneada era a

⁹⁷ Neta de Seu Teotônio Teles de Araújo, um dos ancestrais fundadores da família Araújo.

de manifestar a gratidão da família assistida pelo mutirão. A expressão “*boi roubado*” permite até uma identificação com a anedota contada por Seu Lázaro Ribeiro: os compadres tinham a liberdade de pegar uma novilha sem que Seu Lázaro soubesse e carnear para a realização de um mutirão, sendo que tal situação também dava o mesmo grau de liberdade para que seu Lázaro assim procedesse com seus compadres.

Lázaro: eu vou carnear uma bezerra pra nós comer lá e vamos lá me ajudar a limpar meu milho.

Justina: isso.

L: no dia ia lá e fazia tudo.

J: fazia tudo né? Trinta homens, vinte. Bastante.

L: aí junto com os outros que já tavam apertado e já deixava no jeito, tinha vez que fazia assim, pegava minha nuvilha e carneava lá.

J: emprestava né?

(Risos)

L: não, uma surpresa!

J: é verdade que coisa né.

L: aí ia fazer o mutirão dele lá, ia fazer o churrasco, mas era minha nuvilha e eu não tô sabendo, é pra da risada né?

(Risos)

L: e ninguém importava.

J: ninguém importava é verdade.

L: brincadeira. E daí eu ficava com liberdade de um dia pegar a dele.

Situação análoga é observada por Plínio dos Santos (2010) ao relatar a história da comunidade quilombola Tia Eva, localizada em Campo Grande – MS, por ele estudada. A produção de alimentos e demais trabalhos desta comunidade, como a construção de casas, de estradas e a realização de festas religiosas, eram atividades que aconteciam a partir de duas formas coletivas de solidariedade: o mutirão e a surpresa. No primeiro caso, a ajuda era planejada pelo próprio dono da empreitada, já no segundo a “surpresa” era organizada apenas por terceiros, sem o conhecimento do beneficiário, e comumente terminava em festa.

Costa Filho (2008) também identifica uma relação entre mutirão e “roubo”, este último como algo associado à ideia da “surpresa” acima retratada. Os camponeses do centro-norte mineiro, estudados por ele, se organizavam para realizar o roçado de um parente ou compadre sem que o mesmo soubesse. O trabalho era realizado durante a madrugada e a surpresa acontecia pela manhã, quando o dono da roça se dava conta de que deveria se organizar às pressas para providenciar a festa que é oferecida como contrapartida pela ajuda prestada.

Destes tempos vividos, havia também histórias nas quais a associação com o gado e, melhor dizendo, com os grandes fazendeiros, possuidores de terras e rebanhos não remetiam, ou se associavam muito pouco, aos princípios das relações solidárias até aqui retratadas. Dona Mirtes Ribeiro, filha de Seu Lázaro Ribeiro, se recorda dos tempos nos quais os proprietários de fazendas se prontificavam a levar as crianças das famílias de pequenos agricultores para morarem nas fazendas no intuito de ajudá-los “ensinando as crianças a trabalhar”.

Trata-se de um acordo no qual o fazendeiro, por possuir melhores condições financeiras, se dispunha a levar as crianças para estudar na cidade (Campo Grande) e lhe dar roupas e calçados – recursos que permanecendo com sua família biológica a criança não teria acesso. Entretanto, em muitos casos as crianças não eram levadas de maneira regular para a escola, ficando responsáveis apenas por serviços domésticos e/ou auxiliando na venda de queijos e ovos na cidade, como foi o caso de Dona Mirtes.

Esta imagem se refere à presença de algumas crianças das famílias Ribeiro e Gonçalves⁹⁸ na fazenda de Seu Silas⁹⁹, tempos nos quais as crianças partilhavam da experiência de trabalhar durante parte da infância e mesmo da adolescência em casas de famílias de fazendeiros – Eva Gonçalves, prima de Dona Mirtes que, hoje, reside na comunidade de São Miguel, é outra criança que também morou/trabalhou na mesma casa que Dona Mirtes. Assim como a experiência de Dona Francisca Barbosa¹⁰⁰, relatada no primeiro capítulo da presente monografia, a estratégia aqui era a de distribuir os filhos para que fosse possível viabilizar as condições de existência da família.

Esse processo pode ser identificado dentro de um contexto maior do campesinato, evocando questões ligadas às estratégias de migração, no sentido de se pensar sua utilidade para a manutenção do grupo familiar. Pois, embora aqui a distribuição das crianças pareça nem sempre ter sido bem sucedida, do ponto de vista do não cumprimento das promessas de leva-las à escola, evoca-se aqui o princípio de “*repartir os filhos para não vê-los sofrer*”, da fala de Dona Francisca Gonçalves¹⁰¹, revelando nesse caso a intenção de, ainda que com dificuldades, proporcionar algo melhor para os filhos.

Nas entrevistas realizadas, não só apareceram casos de migração de crianças e mulheres para trabalhar em fazendas, na cidade ou em casas de famílias de oficiais do

⁹⁸ Comunidade São Miguel.

⁹⁹ Proprietário de terras que vivia próximo a família Ribeiro quando estes residiam na Serra de Maracajú.

¹⁰⁰ Vide capítulo I sobre a história da Comunidade de São Miguel.

¹⁰¹ Idem.

exército¹⁰², como também surgem diversos relatos das condições de trabalhos em terras de fazendeiros, nas quais, por vezes, os homens se instalavam “arrendado terras e tocando gado”¹⁰³. Isso para não falar dos casos em que não só os homens, mas toda a família passava a morar, durante o tempo de arrendamento, nas terras do fazendeiro arrendatário.

***Marlene**¹⁰⁴: (...) Arroizal nesse fundo aí ele plantou muito, daí da terra aí. Era que ele [Vergílio Araújo] colhia, sempre dava pra viver. A gente vivia mais assim mesmo, com as coisas da roça.*

***Célia**¹⁰⁵: É, verdade, né? Criava os filhos mais ou menos com isso aí. Nós, saia pra trabalhar. E eu desde a idade de 10 anos, 9 anos eu já saí pro mundo trabalhar. Desde pequena.*

***Calaça**¹⁰⁶: Ai a senhora trabalhava com quê?*

***Marlene**: Eu trabalhava em casa de família. Eu fui morar com uma família, com uma família que era advogado. Lá pro lado lá de Campo Grande (...). Ai com tempo, uns tempo ai eu vim embora pra casa. Que daí que eu fui ficando aqui, fui trabalhando aqui em casa de militar. Dai uns tempo eu fui embora com a minha irmã, essa que mora ali, a Filomena¹⁰⁷. Que ela trabalhava no Rio de Janeiro. Arrumou um trabalho lá com a irmã da patroa dela pra mim. Ai que eu fui pra lá, trabalhei um ano e meio ai no Rio de Janeiro ai vim embora outra vez pra cá.*

Neste pequeno trecho de transcrição é possível notar a recorrência do fator migração entre as famílias aqui estudadas, pois o ponto em comum que interliga a história das três irmãs – Dona Marlene Araújo, Dona Célia Araújo e Dona Filomena Araújo – passa pelo deslocamento do convívio familiar para trabalhar em casas de família enquanto mecanismo de sobrevivência.

Identificam-se diferentes formas de migrações: temporárias e definitivas. As migrações empreendidas por mulheres e crianças, por exemplo, possuíam um caráter transitório, pois ainda que sua estadia em casa de terceiros pudesse durar por anos, o retorno para casa era condição assegurada para que os genitores deixassem filhas e filhos

¹⁰² Pelo fato de haver na cidade de Nioaque um quartel militar (9º Grupo de Artilharia de Campanha) e, em virtude disso, uma vila militar, muitas jovens das famílias de pequenos agricultores da região trabalhavam em serviços domésticos nas residências dos militares ou como acompanhantes das esposas desses militares.

¹⁰³ Trata-se aqui do já referido sistema de arrendamento de terras, muito presente na história das famílias em questão.

¹⁰⁴ Neta de Seu Teotônio Teles de Araújo e filha de Vergílio Teles de Araújo.

¹⁰⁵ Ricardo Manoel Calaça, antropólogo e membro da equipe de elaboração do RTID da comunidade.

¹⁰⁶ Entrevista realizada em março de 2012 pelo antropólogo Ricardo Calaça que compôs o corpo técnico da equipe que trabalhou na produção do RTID das terras da Comunidade Família Araújo Ribeiro.

¹⁰⁷ Dona Filomena, irmã de Dona Marlene, conseguiu o emprego no estado do Rio de Janeiro a partir da experiência de trabalho na casa de um militar que prestava serviços no destacamento do exército existente na cidade de Nioaque. Pois, ao receber a transferência de Nioaque para o Rio de Janeiro o oficial resolveu levar consigo Dona Filomena para prestar os serviços domésticos que já vinha realizando pela família.

partirem¹⁰⁸. No caso dos movimentos por parte dos homens que atravessavam as terras sul-mato-grossenses para “*tocar lavouras e cuidar de gado*” em propriedades de fazendeiros, também há a prerrogativa de retornar para o convívio familiar, contudo aqui o grupo doméstico pode já não residir mais no mesmo lugar quando de sua partida. A perenidade do deslocamento desta segunda situação se dá em virtude da mudança definitiva de uma localidade para outra. Neste segundo caso, a migração acontece com todo o grupo familiar que, vislumbrando a possibilidade de obter melhores terras e condições de trabalho, desloca-se para juntar-se ao filho que migrou.

Em entrevista com Seu Antônio Ribeiro, irmão do patriarca Lázaro Nunes Ribeiro, ele recorda os períodos da juventude no qual os irmãos: Lázaro, Antônio e Mauro trabalharam em terras outras:

Em tempo ele [Mauro] ficava num lugar, em tempo ele ficava em outro [fazendas]. Lá com cumpadre Lázaro. Lá nessa fazenda que eu fui criado, lá no Barço, cumpadre Lázaro tocava lavoura lá. Hoje é Balsamo, Fazenda Bálsamo que chamava (...) lá cumpadre Lázaro trabalhava também, tocava lavoura pros fazendeiro e o cumpadre Mauro ficava lá com ele.

Nesse trecho da transcrição percebe-se a presença da migração ainda no período da infância de Seu Antônio – período de estada na fazenda Bálsamo¹⁰⁹, onde foi criado. Aparece também a movimentação do irmão mais velho, Lázaro Ribeiro, já adulto, que tocava lavoura acompanhado de seu irmão mais moço, Mauro. Parece haver aqui apenas formas de migrações temporárias, mas é necessário retomar considerações feitas do início deste capítulo a respeito dos deslocamentos realizados pela família de Seu Teotônio Araújo arrendando terras (tocando lavoura e gado) que possuíam um caráter permanente – tendo em vista que o que ocorria era a saída da família inteira de uma região para residir em outras terras.

Ocorriam assim, migrações individuais e temporárias, mas também deslocamentos territoriais de todo o grupo (família nuclear) e de caráter mais definitivo. Trato aqui de um fenômeno que é característica notadamente presente na literatura do universo rural e que se apresenta de diversas formas, tendo os mais distintos objetivos.

¹⁰⁸ Dona Mirtes, por exemplo, conta que morou na casa de fazendeiros dos oito aos treze anos de idade.

¹⁰⁹ Embora a localização exata da fazenda não tenha sido relatada na entrevista, acredito que se trata de propriedade situada próximo as terras de Maracajú, onde a família Ribeiro residiu durante a infância de Seu Antônio e Seu Mauro.

Em Wolf (1976), o destaque da migração está na sua propriedade de equilibrar grupos domésticos nos processos de herança, para que em casos de terras escassas ou famílias muito grandes, a situação da divisão dos recursos seja colocada num estado de “*partilha potencial*”. Ou seja, leva-se em consideração o deslocamento de algumas pessoas, mas apesar da saída de alguns membros, para trabalhos sazonais e periódicos se fazer necessária, os elos sociais de pertencimento dos indivíduos que saem e dos que ficam são mantidos, pois a coesão interna do grupo se mantém já que reside nesse êxodo um caráter estruturante para a manutenção da propriedade familiar.

Woortmann (1990) entende que o movimento camponês da migração não se limita a ser uma prática relacionada às situações de crise que inviabilizam as condições de existência desses produtores. Embora reconheça quão nocivo foi o processo de redução das *soltas*¹¹⁰ – com os *cercamentos de propriedades* ocorridos na região de Sergipe por ele estudada – para as famílias camponesas, compreende também que os movimentos migratórios podem ser vistos enquanto mecanismos que garantem a reprodução social deste campesinato. Assim, o autor tipifica algumas situações de mobilidade de indivíduos para fora do convívio familiar para demonstrar que tais tipos de movimentos migratórios se articulam entre si e se somam a estratégias matrimoniais, além de regras de sucessão patrimonial, no intuito de manter a terra e, portanto, a família.

Percebe-se, a partir dos autores citados e das formas de migrações expressas através dos relatos sobre a história da família Araújo e Ribeiro, que os modelos e objetivo das estratégias de mobilidade espacial dos sujeitos não seguem apenas um único padrão, mas se manifesta de diversas formas. Entretanto, um ponto para o qual parecem convergir as situações aqui analisadas se aproxima do que Tavares dos Santos (1993) destaca ao analisar a questão das migrações de camponeses do sul do Brasil para a Amazônia Ocidental, pois, de alguma maneira, as trajetórias migratórias parecem estar associadas aos processos de expropriação e exclusão social acompanhado de um processo de reprodução social do campesinato na sociedade brasileira.

Migrar em busca de trabalho em outras terras, distanciar-se dos filhos, por um período, para que eles sejam criados por outras pessoas, além de sair com toda a família de uma região para outra em busca de melhores condições de vida são situações que, em grande medida, estavam associadas à escassez de recursos e a marginalidade vivenciada por essas famílias frente à sociedade sul mato-grossense dos grandes latifúndios. Dessa

¹¹⁰ Terras livres anteriormente ocupadas por grupos domésticos na região de Sergipe estudada por Klass Woortmann (1990).

forma, migrar fazia parte de um mecanismo de busca de alternativas para a reprodução e manutenção da família.

2. 2 A Vida Hoje: mudanças e permanências que compõem uma identidade

Atualmente a Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro é formada por cerca de 38 residências distribuídas entre os 70.000 m² que compõe o território. Há um total de 93 moradores residindo dentro dos limites da comunidade, entretanto há diversos familiares que moram em outros municípios do estado de Mato Grosso do Sul¹¹¹. As unidades habitacionais possuem em média 32 m² divididos entre sala, cozinha, banheiro e dois quartos¹¹². As casas não ocupam a área da comunidade através de divisões por lotes e cercas rigorosamente delimitadas, pois as regras de divisão dos terrenos obedecem ao pertencimento de determinados núcleos familiares que compõe a comunidade. Por exemplo: o núcleo familiar do qual D. Marlene é a figura central (indicado pelo número 6 na imagem a seguir) apresenta apenas cercas muito pouco, ou nada, rigorosas entre as casas que compõem este núcleo.

Tabela 1 – Núcleos Familiares

NÚCLEOS FAMILIARES	CASA	RESIDENTES
1. LÁZARO RIBEIRO	A / A ¹¹³	Cosme Araújo Ribeiro
	B	Lázaro Ribeiro e Deudite Araújo
	C	Carmem A. Ribeiro
	D	Juliana Ribeiro
	E / E	Mirtes Fernandes Ribeiro
2. ANTONIO RIBEIRO	A / A	Antônio Ribeiro e M ^a Ester Araújo
	B / B	Reginaldo Araújo
	C	Edmara Ribeiro
3. SEBASTIANA RIBEIRO	A	Nilza de Sousa Ribeiro
	B	Sidnei e Sebastiana (falecida)
	C	Luciene de S. Ribeiro
	D	Ramires de S. Ribeiro

¹¹¹ Informações coletadas a partir da aplicação de questionários que realizei, em março de 2012, quando era membro da equipe responsável pelo relatório de identificação e delimitação do território da Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro.

¹¹² Disponho dessas informações a respeito da maior parte das casas que compõe a comunidade por se tratarem de moradias construídas a partir do projeto Meu Lar “Habitação em Quilombolas”. vide <http://www.abc.habitacao.org.br>.

¹¹³ Há algumas famílias nucleares que possuem mais de uma casa (indica-se pelas casas que aparecem com letras repetidas dentro dos núcleos), pois algumas das famílias foram contempladas pelo Projeto Meu Lar “Habitação em Quilombolas”, mas nem por isso se desfizeram das casas não construídas pelo projeto.

4. ALEXANDRE RIBEIRO	A / A	Alexandre Ribeiro
5. RAMONA ARAUJO	A	Teresinha Nogueira de Araújo
	B	Esídio N. de Araújo
	C	Alexandre N. de Araújo
	D / D	Ramona N. de Araújo
	E	Cleide N. de Araújo
	F	Luzio da Silva Ribeiro
	G	Cledeir N. de Araújo
6. MARLENE ARAÚJO	A	Tina Araújo
	B	Conceição Aparecida Araújo
	C	Marlene Araújo
	D	Gislaine Araújo
	E	Ione Araújo
7. FILOMENA ARAÚJO	A	Vitor Araújo Ribeiro
	B	Deisiane Araújo Ribeiro
	C	Filomena Araújo
	D	Gilmar Araújo Ribeiro
8. FÁBIO ARAÚJO RIBEIRO	A	Fabio e Liliane

Próxima à casa de Seu Lázaro Ribeiro (representada pelo núcleo de número 1 na figura a seguir) localizam-se as residências de três de seus filhos: Carmem, Mirtes e Cosme, além da casa de sua Neta, Juliana¹¹⁴. Nas adjacências das casas dos filhos moram os irmãos de Seu Lázaro: Mauro e Antônio Ribeiro. Há uma divisão da região de acordo com os núcleos familiares, que são basicamente 7 núcleos: 1) Lázaro Ribeiro; 2) Antônio Ribeiro¹¹⁵; 3) Sebastiana Ribeiro¹¹⁶; 4) Alexandre Ribeiro; 5) Ramona de Araújo; 6) Marlene de Araújo; 7) Filomena de Araújo¹¹⁷. Vislumbra-se melhor por meio da tabela acima e da ilustração a seguir:

¹¹⁴ Filha de Dona Mirtes, Juliana possui 5 filhos: gêmeos e trigêmeos; sendo que uma das crianças gêmeas reside com o bisavô, Seu Lázaro, Henrique, e a outra com a avó, Mirtes, Ana Luísa.

¹¹⁵ Casado com D. M^a Ester Araújo, irmã de Dona Deusdite.

¹¹⁶ Já falecida, atualmente reside ali o viúvo, Sidnei Sousa.

¹¹⁷ Viúva do falecido Romário Ribeiro.

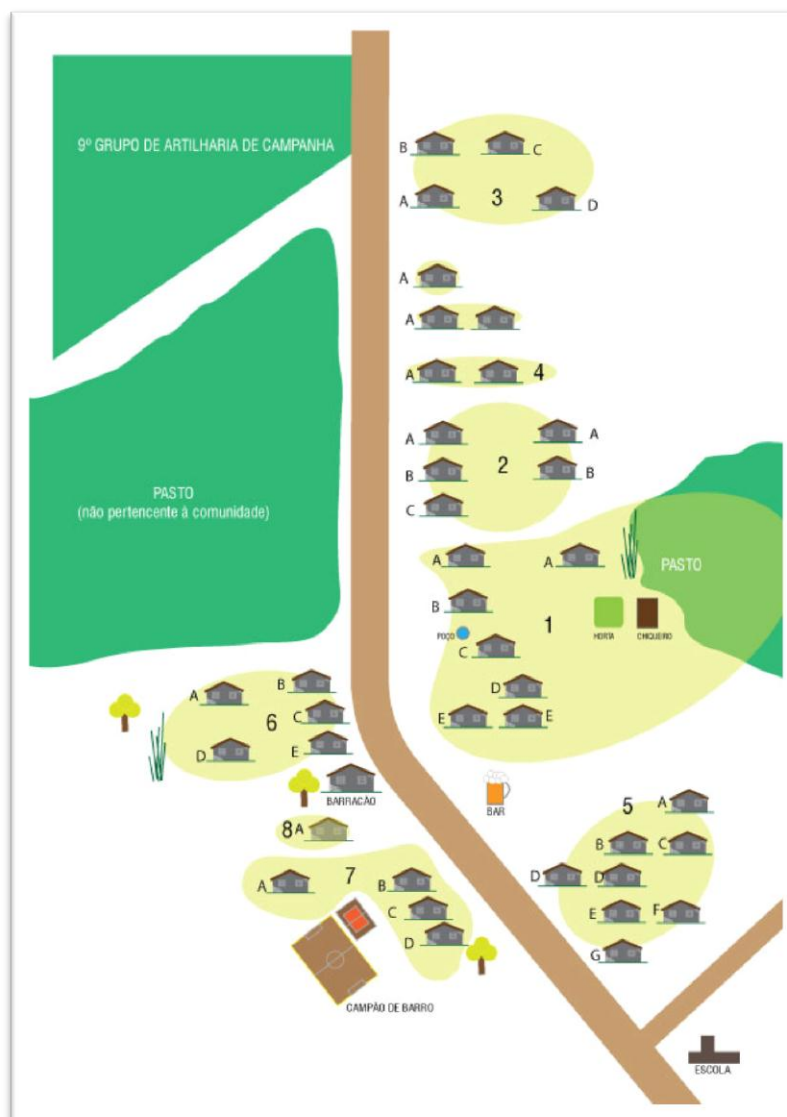


Imagem Nº 8 – Croqui

Atravessando a estrada, que divide a comunidade, é possível identificar ordenamento do espaço similar ao que ocorre em torno da casa de Dona Deudite e Seu Lázaro – núcleo nº 1: Dona Marlene Araújo, mora arrodada pela casa das filhas Conceição, Ione¹¹⁸, Tina e Gislaine¹¹⁹ - núcleo nº 6. Ao seu lado localiza-se a casa de Dona Filomena Araújo (irmã de Dona Deudite) que foi casada com o falecido Romário Ribeiro (irmão de Seu Lázaro), seguida dos filhos Deisiane, Gilmar e Vitor – núcleo nº 7. Há nesse modo de organização do espaço o interesse em tornar acessível às redes de sociabilidade

¹¹⁸ Atualmente sua casa está temporariamente vazia, pois a distância do bairro Monte Alto para a escola dos filhos é grande, portanto até o fim dos trabalhos de campo Ione Araújo residia fora da comunidade com seus dois filhos e seu esposo.

¹¹⁹ Esta casa estava temporariamente desocupada, pois Gislaine Araújo estava residindo na cidade de Dourados enquanto estudava na faculdade o curso de Enfermagem.

responsáveis pela interação e reprodução social dos grupos. Além disso, é expressão de um modo de organização mais abrangente, que vai além das relações efetivas de parentesco e compadrio, mas que se expressa em um “parentesco simbólico”, que valoriza a relação entre pessoas (Plínio Dos Santos, 2010), seja ela a vizinhança, seja ela as demais comunidades negras que partilham de trajetórias históricas similares e, objetivos de luta comuns.



Imagem Nº 9- Figura Núcleo de nº 6¹²⁰

As casas existentes entre os núcleos de número 3 e 4 são de pessoas que embora possuam propriedades nas terras da Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro, também possuem ligações com a Comunidade Quilombola São Miguel, ou seja, há aí a possibilidade do trânsito de pessoas, alimento e ajuda o que permite o estabelecimento de vias de contato entre as comunidades quilombolas. Estar próximo às casas dos parentes permite: participar das refeições de maneira conjunta, ainda que por vezes isso aconteça com mais frequência aos finais de semana; fazer-se acessível às necessidades do outro, seja em questões relacionadas à saúde¹²¹, seja em situações que se refiram ao abastecimento da

¹²⁰ Foto proveniente do site <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2012/10/P15-SEHAC-MS-Quilombolas-NAC.pdf>, na qual é possível identificar a ausência de cercas entre as casas das filhas de Dona Marlene. As casas ao fundo são de Tina Araújo (esquerda) e Gislaine Araújo (direita), sendo a parede em concreto aparente do lado esquerdo da foto a casa de Ione Araújo.

¹²¹ A filha de Dona Marlene Araújo, Tina, é técnica de enfermagem e trabalha como agente de saúde. Pela habilidade técnica, mas também proximidade física e simbólica ela é responsável pelo atendimento de necessidades de saúde básicas da comunidade. Em conversas informais com Tina, ela relatou a frequência de alguns problemas relacionados à alimentação da comunidade, diagnosticados durante uma campanha da

casa por algum mantimento, por exemplo; além de possibilitar os momentos de encontro tão necessários ao simples convívio familiar, nos quais comentários jocosos são tecidos e os tempos vividos são recordados. Neste sentido, um espaço claramente identificado como ponto de encontro entre os filhos e irmãos de Seu Lázaro se situa debaixo de um frondoso pé de “água pomba”¹²² que existe entre a casa do patriarca e sua filha Carmem. É ali que se localiza também um fogão à lenha utilizado por Seu Lázaro para torrar farinha de mandioca.



Imagem Nº 10 – Roda de conversa sob o pé de “Água Pomba” (árvore maior à esquerda)¹²³

Expressão da tradição agrícola do trabalho com a terra – afinal a mandioca, que deu origem a farinhada em questão, era produto da lavoura de Seu Lázaro – o evento da produção da farinha branca permite elucidar a existência de um espaço de sociabilidade e manutenção de tradições na figura do sítio de Dona Deudite e Seu Lázaro. Das 28 famílias que residem nos limites da comunidade, apenas três ainda possuem pequenas lavouras e algumas criações¹²⁴. Ao começar a torrar a farinha, os irmãos Antônio e Mauro se aproximaram do sítio de Seu Lázaro para “ajudar a mexer o tacho” e assim, não permitir que a farinha “embole”. A partir daí, surgiram conversas dos tempos vividos nas lavouras e do trabalho nas terras de fazendeiros. Recordam-se dos tempos nos quais eles comiam

prefeitura na qual a comunidade foi atendida e a pressão e taxas de glicose das pessoas, por exemplo, foram aferidas.

¹²² Nome popular Água-pomba-macho ou pitomba (*Melicoccus lepidopetalus* Radlk., família Sapindaceae), árvore típica da região do Mato Grosso do Sul.

¹²³ Foto de janeiro de 2013.

¹²⁴ Principalmente galinhas, mas há também a presença de algumas cabeças de gado e de suínos.

caças como a *queixada*¹²⁵ com a farofa da farinha torrada ou mesmo a paçoca de carne seca feita com a mesma farinha de mandioca.

Ao redor do forno a lenha aproximam-se gerações: Elisângela¹²⁶, filha de seu Lázaro, seguida do sobrinho e neto de Seu Lázaro, Guilherme¹²⁷ (jovem que está mexendo a farinha) e o bisneto, Henrique, (criança em frente à bicicleta). Todos passam pela função de torrar a farinha e, apesar da criança não poder mexer o tacho, em virtude dos potenciais riscos de acidentes que esta atividade traria, a mesma participa da farinhada, pois ocorre neste evento uma transmissão de saberes entre gerações.



Imagem Nº 11 – Farinhada (janeiro de 2013)

Hoje a comunidade não vive mais do trabalho em fazendas tocando lavoura e rebanho de gado, nem mesmo da manutenção das casas através das hortas de subsistência. Entretanto, a vocação agrícola presente nas trajetórias das famílias expressa-se nas pequenas lavouras de Seu Lázaro Ribeiro, Dona Ramona Araújo¹²⁸ e Vitor Araújo Ribeiro, únicos que possuem pequenas plantações para autoconsumo. Dentre as culturas cultivadas estão a pastagem, a mandioca e o milho, e de maneira menos regular cultiva-se o feijão e a cana-de-açúcar.

¹²⁵ Espécie de porco do mato.

¹²⁶ Não apareceu na imagem, mas também participou da farinhada revezando na função de mexer o tacho.

¹²⁷ Filho de Dona Mirtes.

¹²⁸ Em virtude de recentes problemas de saúde, Dona Ramona não está plantando sua horta, entretanto assim que possível for seu desejo é de voltar a trabalhar na sua pequena produção.



Imagem Nº 12 - Lavoura de milho (à esquerda) e de mandioca (à direita)¹²⁹.



Imagem Nº 13 - Criações de gado e cavalo de Seu Lázaro (senhor de costas)¹³⁰.

Atualmente, a renda da comunidade é proveniente de fontes variadas, sendo a maior parte oriunda de trabalhos realizados na cidade (com carteira assinada ou de maneira autônoma). Entre os homens, por exemplo, prevalecem os empregos na carreira militar, na função de zelador de espaços públicos¹³¹, havendo também aqueles que se empregam na usina de cana-de-açúcar de Maracaju e no frigorífico existente na cidade de Nioaque¹³².

Já no universo feminino as ocupações estão relacionadas ao trabalho em casas de família (como domésticas ou diaristas), como vendedoras de lojas ou autônomas, além de cargos públicos nas secretarias de saúde e de cultura do município. Há também uma divisão de profissões entre as diferentes gerações das pessoas da comunidade, pois quando questionados a respeito de suas ocupações, principalmente entre os homens mais velhos e, de passado relacionado à lavoura e ao trabalho como peões de gado, a sua profissão é a de

¹²⁹ Imagens produzidas em janeiro de 2013 na lavoura de Seu Lázaro.

¹³⁰ Imagem produzida em janeiro de 2013.

¹³¹ Cargo ocupado por Vitor, uma das lideranças jovens da comunidade.

¹³² Há também algumas mulheres que já trabalharam no frigorífico da cidade, bem como na usina.

“lavrador”, *é o que sabem fazer*¹³³, embora já não vivam mais da lavoura e a renda provedora, hoje, da casa destes idosos seja oriunda de aposentadorias.

Aspecto importante para a mudança das relações trabalhistas no campo e, que contribuiu para transformar o campesino em proletariado de condições precárias de subsistência, se refere ao impacto negativo que a percepção dos direitos de *usucapião* trouxe para essas populações¹³⁴. Quando a noção de conceder direito de propriedade sobre bens imóveis a pessoas que tenham usufruído deles por um lapso temporal determinado começa a se propagar no meio rural, o antigo sistema de arrendamento começa a entrar em crise. Com o direito de usucapião entrando em questão, o antigo modelo do sistema de arrendamento praticado até então – que se fazia não pelo pagamento em dinheiro, mas através da possibilidade de deixar que a família de camponeses se alojasse em terras do proprietário e dali pudesse tirar seu sustento ao mesmo tempo em que tocava o gado e a lavoura do patrão – passava a se mostrar desvantajoso para o fazendeiro.

Para os fazendeiros passava a existir um potencial risco de perder pedaços de suas propriedades a partir da Lei nº 6.969¹³⁵. Sendo assim, para os grandes proprietários, arrendar suas terras como faziam anteriormente, passava a não ser mais vantajoso. Tornava-se mais conveniente pagar um baixo salário para o camponês pelo serviço que este realizava nas terras do patrão, e dessa maneira os grandes proprietários se eximiam da responsabilidade sobre o lavrador e sua família no sentido de evitar possíveis reivindicações por exploração do trabalho, além de manifestações por direitos de posse de pedaços das terras do fazendeiro por parte dos pequenos agricultores. Há aqui uma inversão dos efeitos da lei, o que deveria ter ampliado direitos e garantias, precarizou condições de existência.

Lázaro: E geralmente se deu muito esse caso. Ai começo a fazendeiro já num querer arrumar mais. Você derrubou o mato ... por causa disso, né? Um trabalhador estraga o outro. Bom, e aí surgiu aquele negócio: “é o camarada ficar dois, três anos no lugar, ele já tem direito”. O que aconteceu? O pobre não arrumava mais terra pra trabalhar e não tem a

¹³³ Condição identificada nas conversas informais com várias pessoas das gerações anteriores a atual.

¹³⁴ Lei nº 6.969, de 10 de dezembro de 1981: Dispõe Sobre a Aquisição, Por Usucapião Especial, de Imóveis Rurais.

¹³⁵ Dispõe Sobre a Aquisição, por usucapião especial, de Imóveis Rurais. Definindo que “Art. 1º - *Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis*”. Vide: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6969.htm, consultado em março de 2014.

terra, o que acontece? Vai ter que ser empregado de algum ... de alguma coisa... do mesmo fazendeiro pagando uma mixaria, né? Nunca vai pra frente!

Hoje, muitas das mulheres, mesmo as aposentadas, trabalham como autônomas, vendendo enxovais e produtos de cosméticos, o que parece indicar uma referência ao que Woortmann & Wooortann (1997) perceberam no seu trabalho entre os sitiantes de Sergipe. Assim como as famílias sergipanas estudadas por esses autores, aqui o sentido do trabalho da mulher (autônoma) é de ser complementar a renda da casa, ou seja, não é visto como trabalho, mas sim como *ajuda*. Contudo, estas percepções a respeito das atividades desempenhadas pelas mulheres da comunidade não são de natureza absoluta, o aspecto da complementariedade do trabalho feminino, parece estar mais atrelado ao fato da natureza da venda autônoma, do que ao gênero de quem está desenvolvendo a atividade. De um modo geral, os grupos domésticos são centrados na figura masculina como referência, mas não são incomuns os núcleos que apresentam a mulher como provedora do lar.

Na contraposição aos dias de semana e ao trabalho na cidade e mesmo na lida da casa, os finais de semana são destinados ao descanso, acompanhados da oportunidade de receber parentes para almoços de família, por vezes animados por churrascos, músicas e uma “cervejinha”. Recebe-se parentes da própria comunidade, familiares que residem em outras partes da cidade de Nioaque e amigos para um almoço, seguido de uma boa conversa sob a sombra das árvores que comumente caracterizavam as paisagens ao redor das casas da comunidade. No início da manhã ou mesmo ao final do dia, o domingo é também destinado às práticas religiosas de frequentar a missa, o culto ou mesmo a novena.

Na comunidade cerca de 41, 66% das pessoas professam a fé católica, 40% são de religião evangélica, 11, 66% são protestantes e 6,66% declaram ser de outras religiões. Sendo que há um potencial de crescimento da religião evangélica, tendo em vista a proliferação de templos (portanto, facilidade de acesso às pessoas), além das opções que esta religião permite (no sentido dos variados graus de rigidez / permissividade, fazendo com que os fiéis consigam se identificar com a congregação que melhor se adeque ao seu perfil). Em conversa com algumas pessoas que haviam se convertido à religião evangélica recentemente, o caráter da flexibilidade, ou seja, de ser permitido visitar diversas congregações foi citado como um dos atributos que as fizeram optar pela nova religião.

Entretanto, apesar da mudança de religião o termo “compadre”, fortemente ligado à tradição católica, não desaparece do vocabulário da comunidade. Mais do que estar relacionado a uma questão puramente religiosa, novamente evocam-se aqui os aspectos das

redes de sociabilidade e solidariedade tecidas entre as pessoas da Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro por intermédio dos laços de compadrio, que operam no fortalecimento dos laços de reciprocidade entre os núcleos familiares. No vocabulário das pessoas da comunidade o termo “compadre” não denomina apenas às pessoas que batizaram crianças, pelo ritual católico, mas alguém com quem se pode contar. Assim, a palavra compadre aqui parece estar ligada muito mais a uma definição de *companheiro*, com quem se tem *afinidade, solidariedade*, do que com os aspectos de cunho religioso que o histórico do termo carrega.

Acompanhada do decréscimo de fiéis católicos na comunidade, algumas tradições relacionadas às práticas católicas também foram sendo abandonadas. A festa de São João Batista celebrada na noite do dia 23 para o dia 24 de junho, juntamente com a fogueira feita em homenagem ao santo, não é mais realizada pela comunidade. Este costume, que havia se iniciado com Seu Vergílio Araújo, passou por transformações inseridas pelas gerações mais jovens – como a inserção no cardápio da festa da Pucherada¹³⁶ – mas, que também não tem sido realizada nos últimos anos.

Entretanto, apesar das transformações sofridas, muitos aspectos da tradição são mantidos, afinal este tipo de mudança não acontece de maneira abrupta e absoluta, mas vai se estabelecendo na medida em que à dinâmica, própria das sucessões de gerações, vai permitindo. Novas formas de sociabilidade vão surgindo, mas não se estabelecem de maneira absoluta, as tradições permanecem presentes nos sistemas de representação e, portanto em amplas áreas da vida social (Velho, 1994). A festa de São João, por exemplo, me foi relatada por uma pessoa recentemente convertida a religião evangélica, ou seja, alguém que pertence a uma religião que não crê na santidade de pessoas comuns, como é o caso de São João. Entretanto, apesar da fé que a minha interlocutora professava ser contrária a crença em santos, nos seus relatos ela não questionava a fé que as demais pessoas da comunidade – que atravessavam as brasas da fogueira da festa em homenagem a São João e não se queimavam – tinham no santo. Além disso, as cinzas e os tições (carvão retirados da fogueira e guardados em casa) possuíam um poder de proteção contra tempestades, que também faziam parte do misticismo inquestionável que envolvia a celebração, segundo minha interlocutora.

É oportuno esclarecer que o Bairro Monte Alto não é composto apenas pelas famílias da Comunidade Quilombola Família Araújo Ribeiro, mas também por outras

¹³⁶ Trata-se de uma sopa de ossobuco, composta de carne e legumes, muito propícia para os períodos frios atravessados pela região nos meses de junho e julho.

famílias que residem na região há bastante tempo e que conhecem a família de Seu Teotônio há anos. O bairro possui uma capela dedicada a São Sebastião, por se tratar de seu padroeiro e, Dona Filomena Araújo Ribeiro e Dona Deudite Araújo são frequentadoras desta capela e das novenas em devoção ao santo que acontecem anualmente no mês de janeiro no templo. Animados por músicas e pelas reflexões contidas nos textos de um pequeno livro de orações, utilizado para orientar os que acompanham as novenas, os terços da Novena de São Sebastião são realizados em geral por senhoras e crianças que comparecem à capela para devotar suas orações ao santo.



Imagem Nº 14 – Novena de São Sebastião (Dona Deudite à esquerda e Dona Filomena a Direita)¹³⁷

Similar ao costume católico de realização de novenas, entre os evangélicos da comunidade, além do hábito de frequentar diariamente os cultos, há também, durante alguns dias do ano, períodos destinados à realização de *campanhas*. No mês de janeiro, por exemplo, realizam-se 10 dias de campanha para que o ano que se inicia seja repleto de prosperidade financeira e realizações. As pessoas que frequentam estas campanhas podem pertencer a diferentes congregações, Dona Marlene Araújo, por exemplo, pertencia a igreja *Congregação Cristã no Brasil*, entretanto a campanha deste ano estava sendo realizada em um templo da igreja *Universal*, que fica localizada na aldeia Água Branca, onde vivem cerca de 65 famílias da etnia Terena, inserida no território da Terra Indígena Nioaque¹³⁸, no bairro de Monte Alto.

¹³⁷ Foto: janeiro de 2013.

¹³⁸ Existe no município de Nioaque a Terra Indígena Nioaque, a qual possui cinco aldeias (Água Branca, Brejão, Laranjal, Taboquinha e Cabeceira) habitadas pela etnia Terena, porém há ainda, nesta terra indígena,

O prédio dessa igreja está em processo de construção e a comunidade indígena tem contribuído bastante com as obras, pois antes eram católicos, mas recém-convertidos à religião evangélica encontram-se bastante fervorosos e engajados nas causas evangelizadoras. Esta igreja é frequentada pela filha de Dona Marlene, Cidinha (Maria Aparecida), pois ali ela possui relação de parentesco através de seu esposo que é indígena e da família dele, provenientes da mesma aldeia.



Imagem N ° 15 – Igreja Universal na Aldeia Água-Branca (janeiro de 2013)

Aqueles 10 dias de campanha foram acompanhados pelas filhas de Dona Marlene: Ione e Tina, além dos netos Gabriela e Samuel. O culto é animado por muita música e fervorosas orações conduzidas por um pastor convidado de fora da comunidade indígena, um missionário. Após algumas horas de oração as famílias se dirigem para suas casas para se munirem de lanternas, pois apenas as pessoas que se encontram adequadamente vestidas – as mulheres devem estar de saias abaixo da altura dos joelhos e com blusas que não mostrem os ombros, da mesma forma os homens devem estar bem trajado de calças e não podem estar vestidos com camisetas sem manga – e equipadas com lanternas estão autorizadas a concluir o rito com a subida no monte¹³⁹.

a etnia Atikum, que está localizada majoritariamente na aldeia Cabeceira (Dados provenientes de levantamento realizado no ano de 2010 e fornecidos pela prefeitura municipal de Nioaque).

¹³⁹ As únicas descrições que obtive a respeito do monte, era que se trata de um local distanciado das casas e sem a presença da iluminação artificial das redes elétricas, portanto um espaço de contemplação, oração e encontro com Deus. Não fui autorizada a participar da subida ao monte, pois não praticava a religião evangélica e, além disso, a minha roupa não estava adequada. Segundo os praticantes, em virtude destas minhas limitações, eu estaria correndo o risco de sofrer alguma retaliação, através de possíveis manifestações demoníacas por minha presença no local.

Ainda sobre os aspectos de socialização existentes na comunidade, outro importante processo de formação das pessoas caracteriza-se através dos meios de educação formal atualmente existente no bairro Monte Alto. A respeito dos índices referentes à escolarização da Comunidade Quilombola Família Araújo Ribeiro, existem 9% de pessoas que estão em fase de alfabetização, 7% frequentam o ensino fundamental, 5% estão no ensino médio, 42% frequentam supletivo primeiro grau, 31% frequentam supletivo segundo grau, 2% frequentam pré-vestibulares e 4% fazem cursos superiores. Sendo importante ressaltar também que o acesso à rede municipal de ensino não se faz sem dificuldade e em condições precárias, pois hoje a única escola existente na comunidade tem sua criação na década de cinquenta, ainda sob o regime de Getúlio Vargas e encontra-se em um sério estado de sucateamento. Além disso, trata-se de uma escola multi-seriada¹⁴⁰, o que faz com que atenda apenas os anos iniciais de formação escolar.



Imagem Nº 16 – Escola Municipal: Janeiro de 2013

Com trajetórias diferentemente constituídas, as gerações mais jovens, não são mais tão ligadas ao trabalho na terra, enfrentam a necessidade de migrar para a capital, Campo Grande, ou mesmo cidades maiores, como Dourados, lugares nos quais há maiores possibilidades de estudos e empregos. Contribuíram para esse cenário os processos de modernização do campo e as diferentes concepções de direito já tratadas anteriormente daí decorrentes – direito de *usucapião*, por exemplo. Proveniente desses processos históricos identifica-se na comunidade um conflito entre gerações: enquanto o interesse dos mais jovens advoga por um reconhecimento da urbanidade da comunidade, sendo o caráter urbano aqui entendido como o sinalizador do progresso e do moderno, há o interesse dos

¹⁴⁰ Há dentro de uma mesma sala de aula crianças em diferentes estágios de alfabetização.

mais velhos de que a comunidade, na luta pela terra, seja compreendida como um espaço rural, a partir do qual os espaços conquistados seriam usados para a captação de políticas públicas para o campo na tentativa de se ter espaços de criação e lavoura.

Não se trata de um conflito declarado, mas de uma percepção diferenciada que aparece nos discursos e nos interesses dos diferentes “projetos” (Velho, 1994) de comunidade. São diferenças de gerações e concepções de trabalho e oportunidades, entretanto mais do que rupturas há nos processos de conflito um potencial de reforço das normas sociais no sentido proposto por Gluckman (1987). Mais do que indicar o rompimento de um modelo de comunidade, pensar nas diferenças quanto ao projeto de uma comunidade (urbana ou rural) permite perceber que nas diversas situações sociais os sujeitos assimilam identidades possíveis (ser quilombola) que são acionadas a partir de diferentes recortes (político, econômico e social). Ou seja, há aqui uma situação social de garantia de direitos às populações identificadas como quilombolas¹⁴¹ (identidade assimilada pelos sujeitos), mas que ao mesmo tempo, em virtude do recorte geracional e cultural caracterizado pelas diferenças de concepções entre urbanidade e ruralidade, é acionada de maneira diferenciada pelos sujeitos.

Partindo desta perspectiva conflituosa que os processos de identificação sugerem, no sentido de se apresentarem enquanto um sistema de “contrastes” (Cardoso, 1976), no capítulo que se segue será possível identificar que os critérios que definem uma urbanidade e/ou ruralidade desta comunidade refletem um contexto de discussões historicamente traçadas nas ciências sociais e arraigadas nas interpretações legais do Estado. Apesar disso, novas interpretações se operam na medida em que rural e urbano são acionados de maneira estratégica na defesa de uma identidade étnica (quilombola), que também se apresenta como uma identidade geográfica.

¹⁴¹ Vide legislações: ADCT art. 68 da Constituição Federal, convenção 169 sobre povos indígenas e tradicionais da OIT (Organização Internacional do Trabalho); Decreto 4.887/2003.

CAPÍTULO III

REPENSANDO CONCEITOS E CATEGORIAS

Após verificar a centralidade que a terra ocupou historicamente para a manutenção do grupo familiar da comunidade Araújo e Ribeiro – seja pelas relações estabelecidas por intermédio do trabalho na lavoura e na criação de animais, em terras próprias ou arrendadas – e as importâncias que as associações com outras comunidades negras representaram, no que se refere ao estabelecimento das redes de solidariedade e reciprocidade (laços matrimoniais, de compadrio e amizade) tão importantes para a não desagregação destas famílias, novas questões emergem no tocante a definição dos territórios ocupados por estes grupos.

No atual contexto de reivindicação de direitos das populações negras, e das transformações no modo de produção destas populações – de tradição rural, mas com muitos hábitos ligados a cidade – situar as discussões entre os limites que definem o território destes grupos (como urbanos ou rurais), se faz pertinente, pois é sob esse tipo de debate que estas famílias são consideradas (pela sociedade e pelo Estado) destinatárias, ou não, de determinadas políticas públicas.

A necessidade de se repensar os limites que definem campo e cidade, a partir da análise do avanço do modo de produção capitalista e da economia de mercado por ele impulsionada, foi preocupação registrada em diversos trabalhos nas ciências sociais¹⁴². Desse debate, concluiu-se que o processo de urbanização há muito discutido na literatura, quando analisa a época moderna a respeito do “avanço” das cidades frente às populações rurais, não pode mais ser pensado de maneira simplista, onde as fronteiras do que define o rural e o urbano residem na natureza das atividades econômicas desempenhadas pelas populações que vivem no campo ou na cidade (Carneiro, 1997) e nos dados estatísticos das diferentes densidades demográficas apresentadas por estes diferentes cenários (Endlich, 2006).

A seguir apresento, de maneira panorâmica, alguns conceitos a respeito dos espaços urbanos e rurais e como essas questões tocam a temática quilombola na medida em que, a dificuldade de se estabelecer os critérios que classificariam uma comunidade enquanto campo ou cidade diz respeito também a que tipo de políticas públicas cada família terá a

¹⁴² Wirth (1973); Carmo (2009); Silva (1997); Carneiro (1997); Sobarzo (2006); Ferreira & Rosa (2006); Endlich (2006) para citar alguns autores.

oportunidade de usufruir, bem como os conflitos identitários que, hoje, aparecem nestas comunidades, como influência das noções cristalizadas e, muitas vezes arraigadas na sociedade, do quilombo relacionado a um território “isolado” e, portanto essencialmente “rural”.

3. 1 Perspectivas acerca das definições dos conceitos: rural e urbano

Antes de entendermos como as questões que tangenciam os conceitos de urbano e rural se relacionam à temática quilombola e, portanto a família Araújo e Ribeiro, é necessário passar, ainda que de maneira panorâmica, sobre alguns debates a cerca dos limites que definiam cidade e campo. No início do século passado, a maior parte destes trabalhos teve como ideia central os aspectos econômicos (e, principalmente o fenômeno da revolução industrial e as consequências desse acontecimento) enquanto critérios determinantes das diferenciações existentes entre cidade e campo, já que de fato a economia é responsável por orientar parcela importante da vida das pessoas¹⁴³.

Para a geógrafa Endlich (2006) os critérios de definições dos espaços enquanto urbanos ou rurais se relacionaram, desde o princípio, com a divisão socioespacial do trabalho: às cidades cabiam as funções de decisões políticas, questões militares e o trabalho intelectual ao passo que o espaço do campo era responsável pelo trabalho que exigia forças físicas e não intelectuais, além disso, estes territórios eram divididos por muros, durante a idade média.

Posteriormente, com o desenvolvimento do capitalismo e as transformações estruturais e filosóficas que este evento trouxe para a sociedade europeia dos séculos XVIII e XIX, o conceito para se entender campo e cidade possuía grandes reflexos da análise marxista na qual as diferenças entre esses dois espaços partiam do entendimento da transição da barbárie (campo) para a civilização (cidade), nessa perspectiva a urbanização é consequência da divisão social do trabalho e das distinções de classes daí advindas (BOTTOMORE, 2001). Desde meados do século XIX até boa parte do século XX as análises sociológicas partiram de um dualismo conceitual para definir os espaços ditos urbano e rural.

¹⁴³ Grande parte da bibliografia analisada sobre as diferenças entre os espaços rurais e urbanos partem de um diálogo com os aspectos relacionados à divisão socioespacial do trabalho: Endlich (2006); With (1973); Bottomore (2001).

O sociólogo Renato Miguel do Carmo (2009) apresenta algumas abordagens da sociologia urbana que constituíram importantes pilares para as interpretações que se produziram na tentativa de compreender o fenômeno da urbanização face às comunidades rurais. Para o autor uma das distinções mais clássicas estabelecidas entre cidade e campo partiram de Ferdinand Tönnies (1887) ao propor a oposição entre *comunidade* (onde se opera a harmonia social e a organização se reproduz através da conjunção entre tradição e natureza) e *sociedade* (onde o destaque está no individualismo dos sujeitos e o conflito social estabelecido através de relações utilitaristas), pois é sob esse viés conceitual que as demais interpretações, do fim do século XIX e boa parte do século XX, se estabeleceram.

Durkheim¹⁴⁴ (apud Carmo, 2009) ao trabalhar com a noção de *meio interno*, enquanto categoria que se define a partir de uma *densidade material* (relativa ao número de habitantes por superfície e ao desenvolvimento das vias de comunicação de uma sociedade) e de uma *densidade dinâmica* (concernente às relações existentes entre os indivíduos de uma dada sociedade, sejam elas econômicas ou morais) é o autor que exerceu mais forte influência sob as perspectivas que compreenderam a organização espacial das sociedades enquanto reflexo da organização social.

Durkheim estabelece assim uma correspondência linear entre a composição espacial, a proximidade física de um determinado conjunto populacional (densidade material) e a natureza e intensidade das relações sociais (densidade dinâmica). Neste sentido a organização espacial espelha e reflete-se na organização social (...) (2009: 03).

Além disso, as contribuições de Durkheim (Apud Carmo, 2009) a respeito das duas formas de *solidariedade: mecânica* – definida a partir do princípio da semelhança e onde a consciência coletiva é o equivalente da consciência individual, a partir da qual os indivíduos se relacionam mecanicamente e que estaria no cerne da caracterização das comunidades mais simples – e *orgânica* – para a qual a diferença é o fundamento já que os indivíduos não mais executam funções similares, aqui a vontade e a consciência individual emancipam-se independente do pertencimento à coletividade – também operaram como base para o entendimento dos espaços rurais (os quais se ligaram ao tipo de solidariedade mecânica) e urbanos (relacionados a imagem da solidariedade orgânica).

Wirth (1973) apresenta sua colaboração teórica para o debate a partir de sua inquietação com relação aos métodos produzidos até então pela sociologia urbana para se

¹⁴⁴ A Divisão Social do Trabalho ([1993] 1989) e As Regras do Método Sociológico ([1895] 1987).

estudar o fenômeno que mais caracterizou a época moderna: o crescimento das grandes cidades. Fruto dos descontentamentos com as matrizes teóricas do período, o sociólogo elabora o conceito de “*urbanismo*” – “modo distinto de vida dos agrupamentos humanos” (1973: 92) – para compreender a sociedade urbana, no sentido de ir além das representações dos dados numéricos característicos dos recenseamentos¹⁴⁵ de sua época.

Partindo dos pressupostos teóricos de Wirth (1973) a cidade deve ser identificada pela sociologia através de uma perspectiva que entenda a importância do caráter pragmático das medidas de densidade populacional para delimitação dos espaços, sem deixar de levar em consideração as características sociais e culturais que acompanham esses dados quantitativos. Para realizar este tipo de abordagem, o autor sistematizar os elementos que devem caracterizar os espaços urbanos, para uma sociologia que tenha a pretensão de estudar o fenômeno do *urbanismo*, a saber: *fixação de indivíduos numericamente expressiva* (atributo que é responsável pelo caráter da individualidade e segmentação das relações sociais, sendo estas interações, em grande medida, anônimas, superficiais e transitórias); as cidades identificam-se por apresentar *densidade populacional* (responsável por promover diversificação das relações entre as pessoas; esses sujeitos não mais residem próximo ao local de trabalho; e, apesar das relações se intensificarem pela maior densidade populacional, nestes contatos físicos as relações que se estabelecem são frias, pois aqui não é possível conhecer todas as pessoas de maneira íntima); e, por fim, a *heterogeneidade* (interação social entre uma grande variedade de personalidades, que faz com que os indivíduos não pertençam rigidamente a nenhum grupo social, mas se torne membros de grupos diversos capazes de representar apenas um segmento da personalidade destes sujeitos).

Nesta análise é possível identificar o rural levando-se em consideração a oposição dos critérios que caracterizam o urbano para este autor. Nesse sentido, o rural é entendido como espaço pouco denso, para o qual há uma continuidade espacial entre local de trabalho e residência, o que contribui para uma baixa mobilidade espacial e, portanto proximidade física e afetiva das pessoas. Nesta análise o espaço rural está inclusive fadado a levar as marcas do urbanismo, em um movimento unilateral, no qual através dos contatos e da comunicação, os modos de vida da cidade alcançam o campo. Apesar de alguns

¹⁴⁵ O autor faz referências em seus argumentos ao National Research Committee, relatório de recenseamento produzido nos Estados Unidos.

pontos de sua teoria já se mostrarem refutáveis¹⁴⁶, pois nos debates acadêmicos atuais percebe-se também a apropriação de características rurais pela cidade e não apenas um processo de aculturação simples da cidade em relação ao campo¹⁴⁷, as contribuições de Wirth (1937), são ainda influentes para se compreender a natureza processual da discussão em pauta¹⁴⁸.

Similarmente inspirado pelo fenômeno da industrialização e das proporções alcançadas por esse processo, Henri Lefebvre ([1970] 2002) se propôs a refletir sobre os conteúdos sociais que estavam presentes neste contexto, a partir da seguinte periodização histórica: a era agrária, a industrial e a urbana (Lefebvre, 1976, apud Sobarzo, 2006).

Na *era agrária*, campo e cidade apresentavam-se de maneira claramente delimitada, pois através da divisão do trabalho identificava-se que nesse período o valor de uso das coisas prevalecia sobre o valor de troca (Sobarzo, 2006). Já na *era industrial* as trocas comerciais se generalizaram, o próprio solo se transforma em mercadoria, a indústria, anteriormente ligada a *não-cidade*, (próxima as fontes de energia como o carvão e a água; das matérias-primas; e, das reservas de mão de obra barata) se aproxima da cidade dos capitais e dos capitalistas, do mercado e da abundante mão de obra mantida a baixos preços (Lefebvre, 2002). No período industrial a *não-cidade* penetra a cidade, pois a *cidade comercial* implanta-se na *cidade política* (espaço de decisões), “(...) a *não-cidade* (cidades políticas) e a *anticidade* (indústria abastecedora) vão conquistar a cidade, penetrá-la e fazê-la explodir” (2002: 25).

Em uma metáfora emprestada da física nuclear o autor define esse processo da sociedade industrial como a “implosão-explosão” da sociedade urbana, ou seja, uma enorme concentração de pessoas, atividades, riquezas e formas de pensamento, na realidade urbana (implosão) culminaram na explosão desta, o que por sua vez projetou fragmentos múltiplos a comporem as diferentes realidades nas cidades (periferias, subúrbios, residências secundárias, etc) (Lefebvre, 2002). Iniciado esse processo, para o autor, estabelece-se uma consequência necessária: pois aqui o crescimento dessa produção industrial invade todos os outros tipos de trocas existentes na sociedade – para a compra e a venda, para o capital e o dinheiro, não há obstáculos e, assim a “problemática urbana” se impõe em escala mundial.

¹⁴⁶ Refiro-me aqui as teorias com novas interpretações para o rural como as propostas por Freyre (1982); Carneiro (1997); Graziano da Silva (1997); Carmo (2009).

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Como já relatado no início deste capítulo, as reflexões acerca das categorias campo e cidade, urbano e rural possuem uma longa trajetória no debate acadêmico.

Em Lefebvre (2002) a “sociedade urbana” é aquela que nasceu da industrialização, para a qual o “tecido urbano” se prolifera corroendo os resíduos da vida agrária. Contudo, essas implicações não se fazem a partir de uma análise simples, daí a complexidade das interpretações deste cientista social para o “fenômeno urbano”. Para denominar essa sociedade *pós-industrial* a metodologia passa pelo entendimento do caráter “*virtual*” do conceito *urbano*, ou seja, o autor colocou o *urbano* enquanto questão de ordem metodológica e epistemológica, como “hipótese teórica”, como uma tendência para a qual o caminho da sociedade (global) aponta.

Esse é o ponto essencial da matriz analítica proposta pelo autor, pois o “fenômeno urbano” não é um objeto essencialmente pragmático, é antes uma virtualidade, mas nem por isso menos real, pois “*Se esse objeto virtual, a sociedade urbana, se situa além do constatável (empírico), nem por isso ele é fictício*” (2002: 16). E, nesse caminho metodológico é possível compreender o urbano como algo que se apresenta de diversas formas, não se dá da mesma maneira nos diferentes lugares, portanto nesta teoria fala-se em *urbano* e não em *cidade* (já que esta palavra parece encerrar algo de definido e definitivo). O objetivo parece ser bastante pretencioso, e o que Lefebvre (2002) propõe não é uma *sociologia urbana*, mas uma perspectiva “em formação”, que alcance o processo global da urbanização e a finalidade de tal processo. O *urbano* é aqui uma “abstração científica” e, por isso, legítima, por intermédio da qual o conhecimento teórico revela a base onde se realiza: “*uma prática social em marcha, a prática urbana*” (2002: 28).

Para nós, aqui, o objeto [sociedade urbana] se inclui na hipótese, ao mesmo tempo em que a hipótese refere-se ao objeto. Se esse ‘objeto’ se situa além do contestável (empírico), nem por isso ele é fictício. Enunciamos um objeto virtual, a sociedade urbana, ou seja, um objeto possível do qual temos que mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionando-os a um processo e a uma práxis (uma ação prática) (2002: 16).

No Brasil, o processo de modernização agrícola da década de 1960 é marco histórico importante para as reflexões a respeito dos limites existentes entre as categorias em questão, pois é a partir desse momento que as relações entre campo e cidade se intensificam nas esferas econômicas e sociais. Com isso, os ícones do urbano e do rural, como a indústria e o trabalhador do campo, respectivamente, passaram a interpenetrar os espaços um do outro (Rosa & Ferreira, 2006).

Influenciado por essa atmosfera e partindo de uma análise moderna da relação do *Homem com o Meio Ambiente*, nas palavras do sociólogo, de uma “Ecologia Social”, Gilberto Freyre (1982) entendeu o fenômeno dos conflitos existentes entre o campo e a cidade defendendo uma teoria de conciliação entre esses dois “mundos”: a “*rurbanização*”. O autor identifica que um dos mais prementes apelos de sua época repousava na necessidade de se pensar alternativas “(...) *contra o crescente desequilíbrio entre as populações humanas e seus ambientes naturais: suas ecologias*” (1982: 25). Contra a imagem da miséria do sertanejo (habitantes das regiões rurais pauperizados) bastante difundida no Brasil de seu período, Freyre (1982) enxergou nas experiências de integração dos recursos urbanos aos espaços rurais uma alternativa a esse cenário de desigualdades sociais.

Os “Brasis”, urbanos e rurais, vivenciavam uma interpenetração de costumes e cultura, o espaço do campo era visitado por turistas da cidade: “*A reciprocidade rural-urbana é um processo a que não falta exemplos brasileiros, estendendo-se a doces, quitutes, batidas e refrescos*” (1982: 22), a culinária “rústica” invadia os espaços “requintados”. Portanto, propostas efetivas de desenvolvimento para o país não poderiam pensar nesses espaços apenas em termos de projetos de desenvolvimentos estruturais, pois havia ali realidades complexas, possuidora de traços de personalidades contrastantes, que não podem ser transformadas de maneira positiva, se uma abordagem científico-humanística do problema não for considerada (Freyre, 1982).

É possível perceber que para o autor as definições dos espaços urbanos e rurais são pensadas a partir da cidade como lugar de degradação ambiental e social, mas também de civilização, ao passo em que o campo é enxergado como lugar do camponês, vítima de injustiças sociais. Compõe ainda essa perspectiva um caráter relacionado ao aspecto pragmático de uma análise da realidade social que resulte na implantação de políticas públicas: a solução da “*rurbanização*” é o caminho mais viável para o alcance de uma sociedade brasileira mais igualitária, na qual haja integração do operário e do camponês nos mesmos ciclos de assistência e promoção social (Freyre, 1982).

O editorial *Diário de Pernambuco*, sobre a experiência de agrovilas desenvolvidas pelo governo do prefeito Jaime Lerner, em Curitiba¹⁴⁹, e citado por Freyre (1982), é bastante elucidativo das proposições apresentadas pelo sociólogo:

¹⁴⁹ No ano de 1981.

A ênfase que o Projeto Viver, do Governo do Estado, vem procurando dar ao processo das agrovilas nos parece ser um despertar de consciência a respeito desse problema, o da integração do operário e do camponês no mesmo ciclo de assistência e promoção, como peças inseparáveis de uma sociedade mais justa (...). O Governo pretende reabilitar o camponês começando pela casa (...). Evidentemente, com a casa o Estado pretende levar todo um complexo de civilização, a água encanada, a fossa, a luz elétrica, o posto médico, a escola. (1982: 17).

Analisando Freyre (1982), em termos de contribuição metodológica, é possível considerar que uma de suas mais importantes percepções para os debates em questão, residiu no entendimento dos espaços urbanos e rurais não como locais em oposição, mas para os quais uma conciliação se faz útil e necessária. Nesse sentido, grande parte das contribuições analíticas para os debates do final do século XX e início do XXI, tiveram como ponto de partida não um embate entre esses dois espaços, mas uma possível interlocução. Uma das preocupações do autor parte inclusive da necessidade de se tomar cuidado com os extremismos ao se considerar campo e cidade, sendo o essencial de sua abordagem as dimensões pragmáticas que a temática suscita¹⁵⁰.

Para a legislação brasileira, durante boa parte do século passado, a partir do Decreto Lei 311 de 1938, o referencial da definição de cidade respaldou-se no seguinte texto: “A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”¹⁵¹. O Estado Novo¹⁵² entendia que para que um espaço se configurasse como cidade e, portanto, urbano, bastava pertencer à sede de um município, contudo tal visão mostrava-se arbitrária e desconexa da realidade de um país de extensão continental e caracterizado por uma imensa diversidade socioespacial como o Brasil¹⁵³. Esse tipo de inquietação nos orienta para uma problematização da legislação brasileira a respeito da definição dos espaços urbanos e rurais:

Aqui [Brasil], toda sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais. Além disso, a delimitação dessas cidades, prerrogativa das Câmaras Municipais, inexistente em quase

¹⁵⁰ Refiro-me aqui a recorrente preocupação do autor em citar casos de aplicação de políticas públicas com viés *rurbano*: o caso das agrovilas em Curitiba, em citação anterior, é um exemplo deste fato.

¹⁵¹ Artigo 3º do Decreto 311/1938, vide <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes>, consultado em janeiro de 2014.

¹⁵² Período da história do Brasil correspondente à gestão de Getúlio Vargas durante os anos de 1937 a 1945.

¹⁵³ Mesmo definições oficiais mais contemporâneas ainda compreendem cidade e campo de maneira bastante simplista. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, área urbana é definida por toda “Área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal” ao passo que o rural é definido como o que está externo ao perímetro urbano, vide: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias>.

40% dos casos, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos.
(Veiga, 2001: 1)¹⁵⁴

Para José Eli da Vieira *et al* (2001), agrônomo e economista, o problema de indefinição da legislação brasileira quanto à questão urbana é preocupante em termos das implicações negativas que este fato representa para o desenvolvimento do país. Pois, considerar toda sede municipal – independente da sua função, dimensão e situação – como sendo uma região urbana implica dar acesso ou privar populações a intervenções governamentais que podem ser essenciais para a manutenção da reprodução física e social de determinados grupos. Para o autor, é importante entender que no atual estágio de desenvolvimento da economia capitalista, o desenvolvimento das regiões rurais deixou de corresponder ao desenvolvimento da agricultura. Inversamente ao estágio atual do capitalismo, a economia rural baseava-se na espacialização agropecuária, contudo a conjuntura contemporânea revela que os espaços que permaneceram exclusivamente agrícolas foram os que mais se distanciaram de uma condição de desenvolvimento rural (Veiga *et al*, 2001).

Nesta perspectiva, quanto maior for a capacidade de diversificação da economia rural local, maior potencial de desenvolvimento este ambiente apresenta. Os espaços rurais mais dinâmicos atraem turistas e aposentados dos centros urbanos que saem em busca de usufruírem das paisagens preservadas do campo. Nesta visão existem basicamente duas imagens para o espaço rural: a figura relacionada a ambientes que apresentem “*ecossistemas dos menos artificializados*” (2001: 09), para os quais quando há intervenção humana ela se dá a partir da agricultura familiar, muitas vezes, complementadas por outras atividades (caso das famílias *pluriativas*); e, a imagem ligada ao *agrobusiness*, com a consequente degradação ambiental e social que este tipo de organização provoca no território e entre as famílias que ali residem.

Visão similar a esta pode ser encontrada também em Graziano (1997), para quem a alternativa para que as populações rurais não permaneçam em condições de pobreza e inevitavelmente migrem para os centros urbanos – com isso aumentando os índices de miséria e marginalização da sociedade – está na *pluriatividade* do meio rural. Aqui o campo não pode mais ser caracterizado como essencialmente agrícola, há um conjunto de

¹⁵⁴ Este texto faz parte de uma declaração de Veiga a respeito do Estatuto das Cidades, lei federal do ano de 2001, que para o autor é legislação tão problemática quanto o decreto 311/1938 no que concerne a definição dos espaços urbanos. Disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/118.pdf>, consultado em janeiro de 2014.

atividades não agrícolas (prestação de serviços, exploração do lazer natural, o comércio e a indústria) que respondem cada vez mais pela dinâmica do meio rural brasileiro – a *pluriatividade*. Nesta perspectiva fala-se em um rural caracterizado pela diversificação de atividades, muito mais como uma extensão do meio urbano decorrente da mais nova e radical fase de modernização do *agrobusiness*. Para este “Novo Rural Brasileiro” a proposta de desenvolvimento deve passar por um zoneamento do campo à semelhança do que existe hoje nos solos urbanos (Graziano, 1997). Este “*Novo Rural Brasileiro*” caracteriza-se muito mais por uma urbanização do tecido rural brasileiro¹⁵⁵.

Como é possível perceber, as distinções entre urbano e rural até aqui expostas se balizaram através de visões dicotômicas entre esses espaços (Tönnies, 1887; Durkheim *apud* Carmo, 2009; Wirth, 1973); sob o prisma da conciliação entre eles, seja por intermédio de políticas governamentais (Freyre, 1982), seja através do entendimento do inevitável desaparecimento das fronteiras que ligam esses espaços (Lefebvre, 2002) culminando em uma ótica essencialmente funcionalista da reprodução social - *pluriatividade* (Veiga, 2001; Silva, 1997). Por isso, a partir dessa revisão bibliográfica sobre o tema, abordo agora a perspectiva que se apresenta de maneira mais produtiva para a análise da *localidade* na qual a família Araújo e Ribeiro se encontra.

Pois, muito mais pertinente do que analisar a temática aqui proposta sob um viés dualista é entender que as noções de “urbano” e “rural” “(...) *são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão inseridas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas*” (Carneiro, 1998: 60). No caso das populações quilombolas que se localizam em regiões distantes das capitais (símbolo do modelo urbano-industrial), para as quais haja um nível de migração temporária¹⁵⁶ das gerações mais jovens, seja para estudo ou trabalho, e que estejam também periféricas às sedes municipais (consideradas como urbanas¹⁵⁷), a delimitação entre urbano e rural apresenta-se como questão a ser discutida – situação da família Araújo e Ribeiro.

Ser considerada uma região urbana ou rural faz parte da identidade dos que ocupam determinado território, pois a forma de apropriação dos espaços pelos sujeitos expressa

¹⁵⁵ Embora o autor não fale do desaparecimento do rural, e sim de um rural que combina atividades urbanas de diversas naturezas com a vida agrícola, é possível identificar nesta visão que, para que o rural permaneça ele tem que se adequar ao urbano, o “Novo Rural Brasileiro” me parece muito mais um “Novo Urbano” a partir de um antigo rural.

¹⁵⁶ No sentido de deixar a região de residência de seu grupo familiar na busca de estudos e trabalho nas cidades, por um período determinado, e retornar, posteriormente, para a família nuclear, por entendê-la como suporte, referência.

¹⁵⁷ De acordo com o decreto 311/1938 e o atual estatuto das cidades (2001).

territorialidades específicas e caracteriza a maneira como a vida social se desenvolve em determinado lugar. Almeida (2002) já previa isso em seu trabalho sobre as novas noções de etnia para caracterizar as comunidades negras rurais, pois o autor entende que, nesses espaços de afirmação identitária, situações de conflito se fizeram presentes desde antes da abolição da escravatura e, portanto conceitos devem ser ressemantizados: “*quando se considera a autodefinição dos agentes sociais em jogo e se converte tal trajetória num fenômeno sociológico em que identidade e território seriam indissociáveis, tem-se uma outra ordem de fatos*” (2002: 58).

Ter apresentado as discussões que se construíram ao longo do século XX a respeito das categorias: urbano e rural, campo e cidade, se mostra pertinente, pois é a partir de reflexões desse tipo que determinada parcela da população brasileira terá acesso ou será privada de tal ou qual programa governamental. Além disso, na visão de muitos dos beneficiários destes programas¹⁵⁸, e das pessoas que compõem a família Araújo e Ribeiro, também não há uma percepção engessada dessas categorias o que demonstra possivelmente uma tendência muito mais próxima a uma diversidade de orientações e vocações profissionais e culturais. Assim sendo, intervenções governamentais poderiam ser muito mais frutuosas se os aspectos híbridos da composição desses espaços ditos urbanos, porém com pretensos aspectos de tradição rural, fossem levados em consideração para se pensar políticas públicas mais adequadas à realidade heterogênea do território nacional brasileiro.

[...] uma política social que não se extreme nem na urbanização, nem na ruralização da comunidade (...) mas se esmere na rurbanização. Ou seja: no equilíbrio, dentro dessa comunidade complexa e já antiga e ecológica e sociologicamente diversa pelos seus vários espaços naturais e culturais que devemos procurar transformar de antagônicos em complementares – agrários, pastoris, industriais – dos valores e estilos urbanos com valores e estilos rurais. (Freyre, 1982: 82)

3. 2 Quilombo, rural ou urbano?

Como demonstrado anteriormente, muito se produziu encima das contribuições de diversos autores sobre as distinções existentes entre cidade e campo. E, assim como as interpretações dos espaços rurais e urbanos, em um primeiro momento, se basearam

¹⁵⁸ Entrevistas realizadas entre membros das comunidades quilombolas Família Araújo e Ribeiro, Família Cardoso, Família Romano Martins da Conceição e Família Bulhões, todas localizadas no município de Nioaque/MS.

essencialmente em critérios formais (Carmo, 2009) e quantitativos, tais como densidade populacional, grau de isolamento dos espaços ditos rural em relação à cidade, bem como concentração ou desconcentração espacial das atividades econômicas, as abordagens históricas dos quilombos também seguiram caminho similar.

Almeida (2002) identificou que a noção de quilombo acionada pelos instrumentos legais, por partidos políticos, associações voluntárias da sociedade civil e entidade de representação dos trabalhadores, já em fins do século XX, ainda era respaldada em uma referência histórica do período colonial. Ou seja, tratava-se de um conceito *frigorificado*, produzido no ano de 1740 pelo Conselho Ultramarino em resposta ao rei de Portugal. Segundo a descrição em questão, os quilombos eram compostos de basicamente cinco elementos descritivos: *fuga* (formação a partir de escravos fugidos); além disso, deveria haver uma *quantidade mínima de fugitivos* (acima de cinco escravos); sua localização era marcada por um *isolamento geográfico*; deveria haver a existência de uma moradia habitual, o *rancho*; e, por fim a produção desses espaços deveria ser organizada a partir da noção do *autoconsumo*.

Assim como o conceito do espaço rural, o significado de quilombo também estava embasado em um dualismo geográfico no qual a *plantation* e a casa-grande eram consideradas como os espaços do “civilizado” ao mesmo tempo em que o quilombo representava a barbárie. Apesar disso, os registros históricos, do fim da escravidão, revelaram que a desagregação dos grandes estabelecimentos patronais gerou diversos sistemas de posse territorial no Brasil (Almeida, 2002). Situações que se perpetuam (no sentido da diversidade de ocupações) até os dias atuais e continuam a representar focos de tensões sociais.

Tensões estas que se apresentam não apenas entre grupos sociais distintos que convivem em uma dada localidade, a exemplo dos moradores da comunidade quilombola Família Araújo e Ribeiro e a vizinhança municipal que a arroteia. Nem apenas entre os diferentes segmentos políticos, para os quais a questão fundiária no estado de Mato Grosso do Sul representa interesses¹⁵⁹. Mas, internamente aos sujeitos que compõe a comunidade objeto deste trabalho, persistem conflitos no que concerne a identificação destas populações. O dualismo para a questão urbana e rural permanece ainda no imaginário de muitas pessoas, para quem quilombos e ambientes rurais representam-se, necessariamente,

¹⁵⁹ No estado do Mato Grosso do Sul Plínio dos Santos (2010) registrou um acirramento de conflitos por questões fundiárias a partir da publicação do decreto 4887/2003 que regulamenta a titulação das terras quilombolas.

por um caráter de isolamento. É possível verificar essa indefinição conceitual para o tema também nas entrevistas realizadas, mesmo entre as pessoas que compõem a comunidade:

Carla: Lá [Comunidade São Miguel] tem o mesmo tempo que aqui¹⁶⁰.

Edmara: é.

C: O que acontece de diferente, já que lá ainda é mais “isolado” do que aqui?

E: ai que eu falo. Ai que tá, é mais fácil, foi mais fácil pra eles acertar porque eles não eram tão ligados à cidade, entendeu.

C: então é mais fácil pra eles aceitar essa condição [identidade quilombola]? Cê acha então que talvez se a comunidade de vocês não fosse “urbana¹⁶¹”, se ela fosse rural, e se fosse um “rural mais isolado” cê acha que as pessoas teriam aceitado melhor?

E: sim, sim. Eu falo que sim. Porque daí tem toda, eu falo que envolve coisas assim, por que principalmente pros mais novos. Porque pra alguns você fala quilombola, daí eu lembro assim que tinha o pessoal, até amigos mesmo nosso, que não fala nem quilombola, fala “carambola”, sabe assim.(...) tipo a gente já vive a cultura que é normal, de todos aqui. Eles lá [São Miguel] não, eles sempre viveram juntos. Sempre plantaram, sempre trocaram: eu planto milho você planta mandioca e a gente troca¹⁶².

Nesta entrevista Edmara Araújo Ribeiro, uma importante liderança jovem da Comunidade Família Araújo e Ribeiro, fez uma comparação entre a sua família e a Comunidade Quilombola São Miguel em termos de aceitação dessa identidade racial e dos projetos bem sucedidos desenvolvidos pela comunidade de Maracajú, a partir do reconhecimento do grupo enquanto quilombola. Para a entrevistada, o fato da Comunidade São Miguel está localizada em uma região rural do município de Maracajú relaciona-se, diretamente, à melhor aceitação dos membros desta comunidade da sua identidade racial, pois aqui o caráter de isolamento (Almeida, 2002) e os atributos da tradição rural, como a produção para autoconsumo e a harmonia entre os indivíduos que compõe este tipo de grupo, são interpretados como elementos que contribuíram para o engajamento destes sujeitos. Em contraposição a situação da comunidade da qual a entrevistada faz parte, por localizar-se em região “urbana” do município de Nioaque - MS.

¹⁶⁰ Desde 2005 as discussões a respeito da temática quilombola se fazem presente nas comunidades São Miguel e Araújo e Ribeiro.

¹⁶¹ Caráter atribuído pela própria entrevistada.

¹⁶² Entrevista realizada em janeiro de 2013.

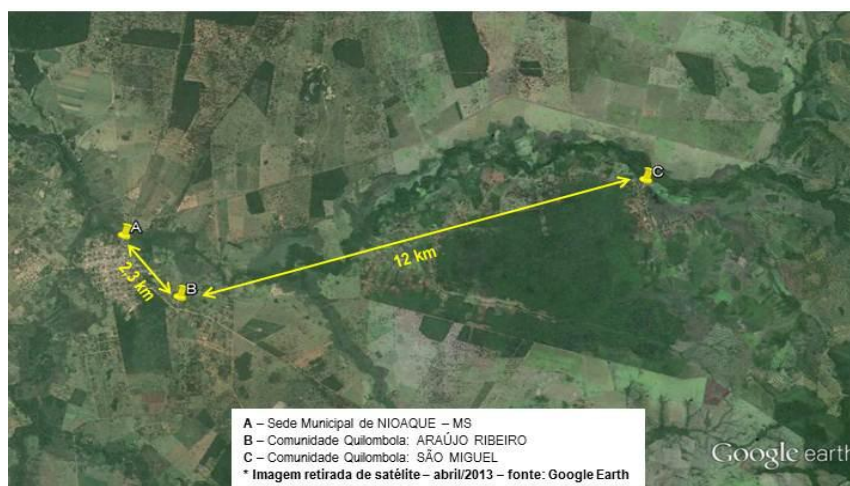


Imagem Nº 17 – Ilustração Esquemática: Extensões dos trajetos entre as áreas povoadas.

Faz-se oportuno resgatar aqui que, a comparação efetuada com a comunidade São Miguel parte da importância que esta família teve (questão bastante destacada no primeiro capítulo do presente trabalho) como suporte para a Comunidade Araújo e Ribeiro no que se refere aos processos de identificação deste grupo enquanto quilombola¹⁶³. Além disso, as trocas matrimoniais e mesmo o parentesco simbólico que se estabeleceu entre esses grupos nos “tempos de antigamente” são essenciais para se compreender as discussões aqui engendradas, na medida em que a origem histórica da família Araújo e Ribeiro reporta-se a um ambiente rural (Serra de Maracajú) que possuiu um caráter de resistência no que concerne as estratégias de manutenção material e social da família¹⁶⁴. Engajamento este que não desapareceu, apesar da atual situação de maior proximidade da sede municipal de Nioaque ter provocado transformações no sentimento comunitário que anteriormente envolvia o grupo¹⁶⁵.

Entender o espaço da sede municipal da ilustração acima como cidade é também reflexo da interpretação legal brasileira sobre o assunto (Decreto de lei 311 / 1938: Veiga, 2001) e da dualidade ainda enfrentada pela questão urbano/rural na compreensão dos próprios sujeitos que compõe a Comunidade Quilombola Família Araújo Ribeiro. Além disso, destaca-se ainda na fala da entrevistada a importância que o reconhecimento da

¹⁶³ Sendo a influência da comunidade São Miguel (primeira a receber o título definitivo de suas terras no estado de Mato Grosso do Sul) sentida não apenas pela comunidade Araújo e Ribeiro, mas na “Rede-irmandade de Maracajú”, vide Plínio dos Santos (2010).

¹⁶⁴ Vide Gomes (2006), Almeida (2002) para novas interpretações da história dos quilombos, no sentido de compreender a agência que essas populações negras sempre tiveram, já que os próprios quilombos (diferentemente das interpretações da historiografia tradicional) eram espaços de resistência e negociação – questões trabalhadas no primeiro capítulo do presente trabalho.

¹⁶⁵ Vide capítulo anterior no qual se identifica transformações nas atividades produtivas da comunidade, na religião, e nos momentos rituais (festa de São João Batista).

sociedade envolvente representa para esta comunidade negra, pois o fato de seus amigos, pessoas que moram na cidade de Nioaque, atribuírem nomes jocosos como “carambolas” para denominar os membros da Família Araújo e Ribeiro gera um descontentamento entre as pessoas deste grupo.

Parece haver na atitude dos que ridicularizam o estabelecimento da identidade quilombola (e seu aspecto distintivo) uma demonstração do caráter “heterogêneo” (Wirth, 1983) que a vida urbana apresenta, no sentido da capacidade que a cidade possui de permitir que os sujeitos tenham acesso a uma maior variedade de personalidades em suas interações e, por isso a ideia de pertencimento “rígido” a um grupo social é negada em favor do individualismo das relações próprias da cidade. Esse tipo de percepção pode ser responsável, inclusive, pela maior dificuldade de legitimidade que as comunidades quilombolas urbanas ou “rurbanas” (Freyre, 1982) apresentam no estado de Mato Grosso do Sul, no que se refere à aceitação, da sociedade envolvente, do pertencimento destes sujeitos a uma identidade étnica específica (quilombola).

***Borginho**¹⁶⁶: A nossa visão é essa que tanto a urbana, até a urbana sofre mais que a rural, eu acho.*

***Carla**: tem mais dificuldade eu acho que de legitimidade...*

B: de legitimidade...

C: do imaginário que as pessoas tem: “ah, não é quilombo porque tá na cidade”.

B: tá na cidade...

C: num vive da terra, num vive da agricultura...

B: é.

C: num vive de uma pecuária então não é quilombo.

B: tem políticas públicas, por exemplo: o Fome Zero¹⁶⁷. Ela distribui algumas cestas pra algumas comunidades, faz quase 10 anos. Isso pra mim, por exemplo, na minha forma de verificar, a necessidade maior é das urbanas. Porque aqui, as pessoas pra conseguir um emprego, a dignidade, é muito difícil. E lá, na rural, por exemplo, se ela ganha 10 reais, 10 reais vale 10 reais. Aqui [na capital Campo Grande, MS] num vale.

Ainda analisando o desconforto gerado pela denominação negativa emitida por pessoas do convívio da Família Araújo e Ribeiro, no que se refere à identidade desta

¹⁶⁶ Entrevista realizada em janeiro de 2013, com Antônio Borges dos Santos, Borginho, presidente do Instituto Casa da Cultura Afro-Brasileira (ICCAB) e secretário geral da Coordenação das Comunidades Negra Rurais do estado de Mato Grosso do Sul (CONERQ) e membro da comunidade quilombola “rurbana” Tia Eva, em Campo Grande, MS.

¹⁶⁷ “Programa Fome Zero consiste num conjunto de mais de 30 programas complementares dedicados a combater as causas imediatas e subjacentes da fome e da insegurança alimentar”, este programa foi implementado pelo governo federal no ano de 2002. Vide: wikipedia.org/wiki/Programa_Fome_Zero, consultado em março de 2014.

comunidade, é possível identificar também nesta situação uma aproximação do que Cardoso de Oliveira (1976) afirmou a respeito do caráter desagregador que possui a permanência contínua dos sujeitos em situação de contato interétnico na qual haja discriminação e, portanto a produção de uma conseqüente consciência negativa de si. Edmara sinaliza que comentários depreciativos da sociedade envolvente frente ao seu grupo familiar, que se encontra em um processo de afirmação de identidade étnica, são fatores que contribuem para uma dificuldade de articulação deste grupo, diferente do que acontece na comunidade São Miguel, a qual por estar privada da convivência, permanente, dessas situações de contato (localizada em uma região rural do município de Maracajú) permite aos seus membros que se identifiquem a partir de uma consciência positiva de si.

Estudos antropológicos mais contemporâneos compreendem que para analisar as situações de contato entre as populações negras não é mais viável acreditar em uma rigidez de fronteiras – já que elas não mais definem conteúdos culturais e sim grupos étnicos (Barth, 1998) que não se encerram em descrições de elementos empiricamente constatáveis. Para o sujeito pertencer ao grupo étnico precisa se autodefinir enquanto tal, e essa categorização produz o estabelecimento das fronteiras que os permitem, enquanto quilombolas, ser beneficiários de uma série de projetos governamentais.

A recente cartilha informativa publicada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no ano de 2013¹⁶⁸ é bastante expressiva do entendimento do Estado sobre quem são as populações negras e quais as atuais demandas destas comunidades ao elencar uma gama de projetos – *PAC Funasa*¹⁶⁹, *Programa Água para todos*¹⁷⁰, *Programa Nacional de Habitação Rural*¹⁷¹, *Programa Luz para Todos*¹⁷², *Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)*, *Programa Cisternas*¹⁷³, *Programa Nacional de Educação no Campo*, entre outros – tendo por beneficiários populações rurais brasileiras.

Grande parte das propostas apresentadas nesta cartilha se destinam além das populações quilombolas as populações rurais brasileiras. Assim sendo, é possível identificar que para os instrumentos atuais de políticas públicas, o público destinatário dos

¹⁶⁸ Disponível em <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq>, consultado em fevereiro de 2014.

¹⁶⁹ Destinado a ações que promovam o abastecimento de água potável e esgotamento sanitário para as comunidades quilombolas localizadas no semiárido brasileiro.

¹⁷⁰ Busca universalizar o amplo acesso à água para populações que não dispõem desse serviço.

¹⁷¹ Concede subsídios para a realização de construções de imóveis em regiões rurais a partir de recursos do Orçamento Geral da União.

¹⁷² Levar energia elétrica, até 2014, à população rural que ainda não tem acesso a este serviço.

¹⁷³ Garantir o acesso à água potável, e com isso a segurança alimentar das famílias de baixa renda do sertão nordestino.

programas de infraestrutura e incentivos agrícolas são as comunidades rurais, logo as populações quilombolas. Nesse sentido, é interessante perceber que na proposta de um projeto de “Ações Integradas”¹⁷⁴ – como o projeto Brasil Quilombola desenvolvido pela SEPPPIR – conceitos também são integrados, pois aqui não se trata apenas de uma atuação conjunta entre diferentes órgãos governamentais¹⁷⁵ para tratar questões de inclusão social e racial, há também uma dimensão de interpenetração dos conceitos de espaços negros como espaços rurais.

Seu Ramão Cardoso¹⁷⁶, ao falar sobre as questões que definem a Comunidade Família Cardoso em termos das categorias urbano/rural dimensiona a questão como “dividida”:

Ramão Cardoso: *Aqui é um pouco urbano um pouco rural.*

Carla: *um pouco urbana outro pouco rural?*

R: *é, até inclusive ela tá meia dividida, passa bem aqui, né [a fronteira], urbano e rural, então tá dividida. Um pouco é urbano, outro pouco é rural. (...) quem tem lavoura só eu que tenho esse pedaço ai, essa parte ai que planto rama, banana. (...) eu sou lavrador, trabalho na lavoura. (...) eu tô trabalhando na prefeitura, de segurança, né, mas lá em cima eu tenho, né, eu plantei uma roça de milho na casa, na terra dum sogro do meu guri. Ai ele gradiou [colocou cerca] e não queria plantar... eu meti milho pro chão.*

C: *tem mais alguém aqui que é lavrador?*

R: *aqui é todo mundo.*

C: *todo mundo é lavrador?*

R: *todo mundo.*

C: *mas, hoje assim o pessoal trabalha, tem outras profissões na cidade também, trabalha na cidade, também?*

R: *Só tem eu... nós tamo em três só que tamo trabalhando, que trabalha na cidade.*

C: *o restante trabalha tudo na terra?*

R: *trabalha tudo na terra.*

O que se retoma aqui é o aspecto da “divisão” dos espaços embasado a partir da natureza das atividades produtivas dos sujeitos que residem no campo ou na cidade. Embora, hoje, mais de 60 pessoas, da Comunidade Família Cardoso, ocupe a extensão de apenas um hectare de terra, no bairro Baía do município de Nioaque – MS e, portanto não

¹⁷⁴ Para utilizar o termo da cartilha, vide: <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq>.

¹⁷⁵ Já que o Programa Brasil Quilombola (lançado em março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos das políticas de Estado para áreas quilombolas) é coordenado pela SEPPPIR em parceria com 11 ministérios.

¹⁷⁶ Liderança negra da Comunidade Quilombola Família Cardoso, localizada também no município de Nioaque – MS, em um bairro periférico ao centro do município.

haja espaço viável para o desenvolvimento de uma plantação, Seu Ramão compreende que a profissão das pessoas de sua família é lavrador. Assim, como demonstrado no capítulo anterior, para Seu Lázaro Araújo Ribeiro, ser lavrador é o que ele sabe fazer. Aqui a expectativa de titulação de suas terras é de que ao receberem os 22 hectares reivindicados ao INCRA no processo de identificação e delimitação destas áreas, as pessoas dessa comunidade conquistem um espaço no qual eles possam voltar a plantar.

Este tipo de situação posta por Seu Ramão aponta para fenômeno já identificado por Carneiro (1998) ao discutir as novas identidades que se constroem nos espaços rurais brasileiros: o espaço rural não possui mais a atividade agrícola como seu elemento definidor, pois os novos arranjos sociais e estruturais estabelecidos pelas pessoas que ocupam esses lugares transformaram essas realidades. Neste ponto a autora se refere à “pluriatividade”¹⁷⁷ (agricultura somada a outras atividades geradoras de renda) já realizadas há muito tempo por essas populações, e que adquiriu novos significados para essas pessoas que trabalham na cidade, inclusive na prefeitura da cidade, e moram em um bairro pertencente à sede municipal¹⁷⁸, considerado como espaço urbano, ao mesmo tempo em que mantem, ainda que em reduzidas proporções, suas plantações. Afinal:

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social.
(1998: 58)

O interesse de Seu Ramão após a titulação de suas terras é retomar áreas que possam ser utilizadas para o plantio, já que na parcela territorial que o grupo ocupa hoje seria inviável ter uma lavoura proporcional às necessidades da família (de quase cem pessoas) que reside atualmente na comunidade.

Há cerca de 20 anos atrás todas as pessoas da família Araújo e Ribeiro plantavam e usufruíam do produto da terra para o seu sustento. Hoje esse número se reduz a apenas duas ou três famílias dentre as 21 que residem na comunidade, como demonstra o gráfico a seguir:

¹⁷⁷ Não utilizo este termo com o viés funcionalista de Graziano (1997) e Veiga (2001).

¹⁷⁸ Considero dessa maneira, pois apesar da cidade ainda não possuir um plano diretor a região ocupada pela família Cardoso é muito próxima à parte central do município.

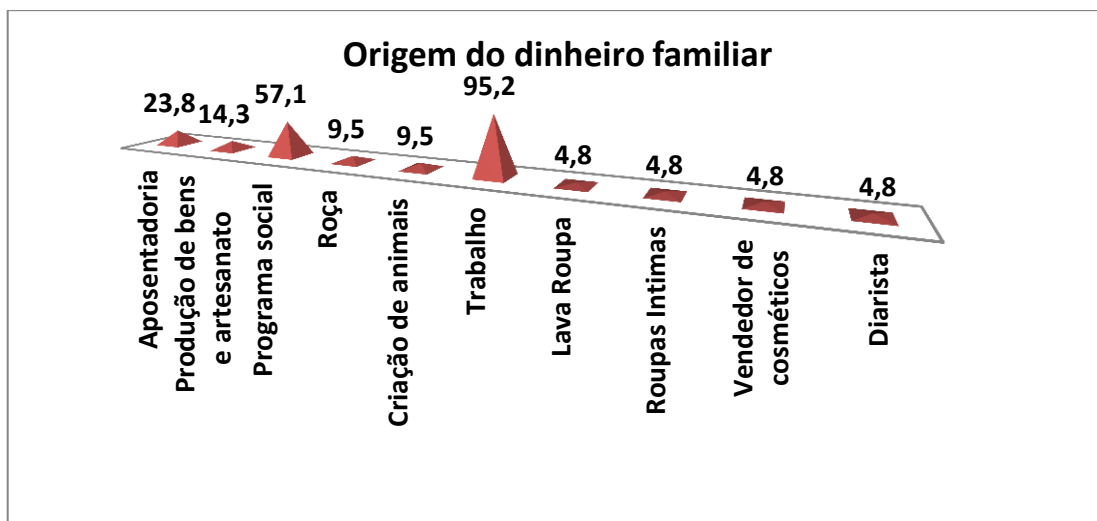


Imagem 18 – Gráfico de Origem das rendas familiares da comunidade¹⁷⁹

É possível observar que as questões relativas à delimitação dos espaços urbanos e rurais, sejam elas embasadas na natureza das atividades econômicas (Carneiro, 1998) ou em uma perspectiva de isolamento dos sujeitos (Almeida, 2002) nos serve de substrato analítico para retomarmos as discussões a respeito dos grupos étnicos e as fronteiras que os delimitam. O fato das pessoas que pertencem às comunidades quilombolas Família Araújo e Ribeiro e Família Cardoso não apresentarem uma congruência “perfeita” entre os elementos “ruralidade” (isolamento geográfico, harmonia social e base econômica fundamentalmente agrícola) em oposição a uma “urbanidade” (heterogeneidade das relações, conflito e economia industrial / setor de serviços) enquanto terminologias definidoras de suas identidades quilombolas permite entender que esse fenômeno tem como pano de fundo questões relativas à “identidade étnica” (Cardoso de Oliveira, 1976). Tendo em vista que este tipo de identidade se refere ao uso que determinada pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos (e porque não, geográficos e econômicos) para se identificar e assim relacionar-se com os outros (D. Glaser apud Cardoso de Oliveira, 1976).

Segundo Cardoso de Oliveira (1976) a identidade é composta de duas dimensões, uma pessoal (indivíduo) e outra social (plano social onde se realiza), e não poderia ser diferente com a identidade étnica que nada mais é que um tipo de identidade social. Tendo entendido que essa categoria é sentida e interpretada pelos diferentes sujeitos de maneira pessoal e em um contexto social, faz-se necessário ainda compreender que para que a identidade social possua sua expressão étnica o processo de “*identificação*” é fundamental,

¹⁷⁹ Produzido a partir dos questionários aplicados enquanto fiz parte da equipe de elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da comunidade em março de 2012.

na medida em que esse mecanismo permite perceber a identidade *em processo*. Ou seja, “*Como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas*” (1976: 5).

Nesse sentido, é possível refletir um pouco a respeito do acionamento de identidades (étnicas) a partir das manipulações de regras sociais (Cardoso de Oliveira, 1976) por sujeitos que não só desejam¹⁸⁰, mas necessitam ter acesso aos programas de políticas públicas específicas para as populações quilombolas brasileiras (ainda que nesse tipo de instrumento permaneça a imagem de seus beneficiários como grupos, essencialmente, relacionadas aos ambientes rurais). Dessa maneira, estas políticas, enquanto mecanismos que possibilitam a “negociação” de identidades, permitem que as pessoas que compõem esses grupos, possuindo o direito a terra (garantido por intermédio da titulação de suas parcelas), tenham também direitos à proteção do Estado. Proteção esta que se manifesta na possibilidade de acesso à moradia, educação, saneamento e subsídios para suas atividades econômicas (sejam elas agrícolas ou através na prestação de serviços na cidade).

Ao falar de agenciamento de identidades evocam-se questões relativas aos *projetos* de comunidade que estão em jogo nesses contextos, trata-se do já citado conflito entre gerações: os mais velhos com trajetórias ligadas ao trabalho na terra e na defesa pelo reconhecimento de uma comunidade rural ao passo que às gerações mais jovens possuem uma experiência de migração para as capitais para estudar e trabalhar e, possivelmente influenciadas por essas condições, preferem que o espaço ocupado por suas famílias sejam tomados a partir da proximidade com a sede municipal de Nioaque e com os aspectos urbanos daí advindos. Aqui, regras sociais estão em jogo (formas de trabalho e de organização da ocupação do território), em negociação, na medida em que a ideia de “projeto”, relacionada à identidade e a memória é compreendida enquanto “(...) *instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos*” (Velho, 1994: 103).

É importante compreender que ao falar de identidades “negociadas” não se pretende aqui fazer qualquer alusão a um oportunismo por partes dos grupos que recorrem a estes recursos. O sentido desses “arranjos” é antes de qualquer coisa utilizado para a compreensão de que são nesses momentos de reivindicação de direitos que é permitido a esses sujeitos se reconciliarem consigo mesmo, na medida em que se autoatribuir

¹⁸⁰ Tendo em vista o aspecto da autoatribuição.

quilombola implica uma aceitação de seu passado histórico – em uma reversão de um passado estigmatizado para uma perspectiva de direitos (Souza, 2008).

A perspectiva da autodefinição dialoga com os critérios postos pelos próprios grupos, a partir de suas dinâmicas e de seus processos atuais [grifo próprio]. Portanto, é uma dimensão que foca no existir atual e se relaciona com a perspectiva de grupo etnicamente diferenciado, tais como são concebidas as comunidades quilombolas. Aproxima-se também da ideia de diferença e de diversidade. De acordo com Pedrosa (2007) o direito à diferença é o correspondente implícito do direito a igualdade, princípio constitucional relevante para o Estado Democrático de Direito. Afirmer as diferenças significa perseguir a igualdade entre os grupos. Nesse princípio se fundamenta as ações afirmativas. (2008: 57)

Nesse sentido, destaca-se também a fala de Edmara Araújo Ribeiro a respeito da diferença (na dimensão pessoal e comunitária) sentida por aqueles que se auto-afirmam quilombolas, no sentido de uma identidade que manifesta orgulho e que permite acessar não só direitos e informações, mas revisitar a história e orgulhar-se dela:

***Edmara:** então, eu acho que é uma identidade, né. Talvez antes a gente nem tinha identidade, né. Porque, assim, quando você se aceita é diferente, sabe... Que nem, hoje, as meninas fala assim: “Ah, onde cê mora?” Onde eu tô trabalhando, as meninas nem todos conhecem. Ai eu falei assim: “Não lá no Monte Alto”, tal expliquei... (as meninas): “Ah cê mora ali pra perto, pra lá dos quilombola?”. Ai eu falo: “Não, eu sou de lá do quilombo, eu sou quilombola”. (meninas): “Ah que legal!”. Até as pessoas não entendem, mas aí a partir do momento que você explica, né, a pessoa vê: não que legal, né, tem isso e tal. Então, ai assim tudo que tem, eu falo assim que tem as coisas boas que vieram assim depois que eu conheci, né. Porque ai cê começa a ler tal, tem direito, a questão mesmo das cotas, então, tudo isso é a parte boa que eu tentei buscar e aprender, sabe¹⁸¹.*

E ainda na fala de Antônio Borges dos Santos, importante liderança negra do estado de Mato Grosso do Sul pertencente à comunidade negra Tia Eva, Campo Grande - MS:

Porque a história do negro no Brasil, a história da escravidão, ela não é visível, né. O conhecimento de como nós fomos escravizados, e quem num tem uma história, praticamente... num tem a sua cultura, num tem a sua definição como aquilo é importante pra nós. Então você vê que muitos negros, de próprias comunidades, eu posso dizer pra você hoje tornando conhecimento, mas eles tinham vergonha da sua própria pele,

¹⁸¹ Entrevista realizada em janeiro de 2013.

né, até pela essa falta de história. Como que nós poderíamos pensar que o português chegou na África e prendeu o negro e trouxe pra escravidão. Essa história que não é contada legal, que nunca ninguém falava que era brigas ou luta entre tribos por poder, ou entre a raça da própria negritude. Então, dentro da gente ficava: “Ué, mas como?”¹⁸²

E é nesse ambiente de valorização pessoal e comunitária e de reconciliação com seu passado histórico que estes sujeitos encontram liberdade de ação. Nesse sentido, é possível identificar a existência de um espaço de negociação de identidades para a conquista de políticas públicas que advém a partir desse processo de valorização pessoal/comunitária. É interessante notar que Roberto Cardoso de Oliveira (1976) identificou este tipo de dinâmica, desde trabalho realizado no ano de 1959, quando analisou os Tükuna, mais especificamente uma família na aldeia Mariuaçu, nas terras amazônicas que fazem fronteira com Peru e Bolívia. O antropólogo enxergou o aspecto do agenciamento de identidades, nos atributos utilizados naquela aldeia para a determinação do grupo familiar, a qual identificava seus membros mais jovens como Tükuna. A peculiaridade deste caso está no fato de que dentro dos princípios estruturais de organização étnica deste grupo as crianças nunca poderiam pertencer aos Tükuna, na medida em que nesse período da vida ainda não possuíam status clânico (transmitido pela linha paterna). Além disso, na situação em análise, o pai das crianças assim classificadas não era Tükuna e sim branco. Diante desse cenário, o avô materno das crianças que se encontravam nesta situação, percebendo que a não incorporação de seus netos na comunidade constituiria uma ameaça aos direitos destes jovens no que se refere ao acesso às terras da reserva, decidiu promover a identificação étnica destes membros “espúrios¹⁸³”. Tratava-se de uma situação crítica, na qual havia pressões internas à comunidade, que não queriam ver intrusos em suas terras, e tensões externas, já que o Posto Indígena que supervisionava a reserva discriminava sistematicamente os moradores não índios daquela aldeia.

O agenciamento de identidades que aqui se opera parte da necessidade destes sujeitos de firmar seu direito a terra e, com isso a proteção do Estado, frente a conflituosa ocupação daquela região, na qual também residiam patrões e seringueiros. É possível perceber ainda o papel de contribuição da sociedade nacional (ainda que de maneira tácita) no ativamente do processo de identificação étnica (Cardoso de Oliveira, 1976). Na medida em que o Posto Indígena (ali representando o poder público, o Estado) agiu pressionando aquele grupo e permitindo transformações no processo de identificação.

¹⁸² Entrevista realizada em janeiro de 2013.

¹⁸³ Bastardos.

No caso da comunidade quilombola aqui analisada e do Projeto Brasil Quilombola, anteriormente citado, destaca-se que as políticas públicas específicas para estas populações contribuem, de alguma maneira, para o fortalecimento destas identidades – que não se desagregam pelas transformações sofridas nas atividades provedoras do lar, mas antes fortalecem a dimensão socioeconômica da comunidade. Afinal as distinções étnicas não são provenientes da ausência de interação social, mas, ao contrário, a interação entre diferentes grupos étnicos (nesta situação: Estado; Populações Quilombolas; grupos com interesses fundiários¹⁸⁴) parece ser a base dos sistemas sociais (Barth, 1998).

Isto posto, é imprescindível não perceber a pertinência das constatações de Almeida (2002) a respeito das novas etnias que emergem nos contextos de afirmação da identidade quilombolas. O autor alerta que para análises dos ambientes nos quais esse tipo de identidade social emerge a atenção deve ser redobrada, no sentido de se analisar etnograficamente as circunstâncias em que um grupo social acatou determinada categoria (urbanidade / ruralidade / quilombola), pois é aí que conceitos são deslocados e se resignificam para dar conta da diversidade de situações sociais que se apresentam. Deste ponto emanam as novas categorias de definição e atribuição, o que por sua vez sugere a emergência de uma “nova etnicidade” (Almeida, 2002).

“Novas etnicidades” sugerem novas definições de fronteiras. Nesse sentido, é necessário problematizar ainda algumas questões relativas aos critérios que estabelecem os limites entre urbano e rural a partir da noção de fronteira em Barth (1998), tendo em vista que esta é sempre conflituosa não apenas no que se refere à comunidade Araújo e Ribeiro em si, mas também em uma escala maior, em termos da relação dessa comunidade negra “rurbana” (Freyre, 1982) com o movimento negro no estado de Mato Grosso do Sul e suas articulações com o Movimento Quilombola deste estado. Essa questão se desponta enquanto interesse de pesquisa na medida em que é possível perceber que a história do Movimento Negro no estado de Mato Grosso do Sul teve sua origem em área urbana e entre intelectuais estudantes de direito da capital Campo Grande, por volta das décadas de 70 e 80 (Plínio dos Santos, 2010); ao passo que as causas quilombolas, e as

¹⁸⁴ Em Mato Grosso do Sul, várias entidades sindicais e partidos políticos são contrários aos direitos das comunidades negras. Plínio dos Santos (2010) destaca o Partido Democratas/DEM, que em 2004 impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o decreto 4887/2003, que regulamenta a titulação de terras quilombolas; Além disso, em 2007, a autor identificou o acirramento dos conflitos fundiários no MS, a partir de vários focos de tensões envolvendo de um lado: Governo do Estado, Sindicato Rural de Dourados, Prefeitura Municipal de Nioaque; Prefeitura Municipal de Sonora e Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL); e do outro lado, as comunidades quilombolas.

reinvidicações da parcela rural dessa população, nem sempre estiveram inseridas nas discussões que orientaram as pautas do Movimento Negro.

Sobre este assunto, Plínio dos Santos (2010)¹⁸⁵ já identificava que o Movimento Negro no estado de Mato Grosso do Sul surgiu distante da realidade das comunidades negras rurais, e por isso teve dificuldades de atuar nesses grupos, para quem o movimento não se fazia muito palatável pois, em sua fase inicial, a dinâmica de funcionamento desta entidade respaldava-se apenas pela reunião de jovens acadêmicos¹⁸⁶, que se encontravam para realizar a leitura de textos e discussões referentes a temática da negritude. Esse grupo de estudos foi a primeira organização que surgiu, pelo menos de maneira estruturada, no estado de Mato Grosso do Sul para discutir as questões concernentes a negritude – Grupo de Trabalho e Estudos Zumbi (TEZ) (Plínio dos Santos, 2010).

Foi somente em 1989, como destacou o autor, com a entrada de Antônio Borges dos Santos, pertencente à comunidade rurbana Tia Eva que as questões rurais e urbanas entraram nas pautas das discussões do movimento. A partir daí, no ano de 2000, duas pessoas da comunidade negra Tia Eva começaram a participar das reuniões do TEZ, destacando-se aqui o aspecto de (...) *“que a entrada do movimento negro nas comunidades negras rurais se deu pela via do parentesco. Foi por meio das relações de parentesco de Seu Antônio Borges com pessoas das Comunidades Furnas do Dionísio, Furnas da Boa Sorte e Chácara do Buriti que a entrada do movimento negro foi franqueada.* (2010: 404).

Edmara Araújo Ribeiro¹⁸⁷: *“Ai veio o Jhonny*¹⁸⁸, *o Borges [Antônio Borges dos Santos], alguns dali, o Zezão*¹⁸⁹*... e o tio Ramão. Que eles já tinham ido lá o tio Ramão já sabia um pouco e ele veio, pediu pra fazer reunião e explicou. Foi onde o pessoal todos, né, quiseram... aceitaram que fosse feito a associação...*

C: Então foi através do Ramão que chegou aqui [as discussões sobre comunidades quilombolas]?...

*E: Isso, o tio Ramão*¹⁹⁰.

Foi a partir da identificação dos conflitos fundiários enfrentados pelas comunidades “rurbanas” e rurais do estado de Mato Grosso do Sul, que o Movimento Negro foi

¹⁸⁵ Em seu trabalho sobre a rede-irmandade formada no Mato Grosso do Sul após a abolição da escravidão.

¹⁸⁶ Muitos dos quais eram ligados ao curso de direito da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), na *capital* (portanto, distante dos espaços rurais, onde boa parte das comunidades quilombolas estão localizadas) Campo Grande.

¹⁸⁷ Entrevista Realizada em janeiro de 2013.

¹⁸⁸ Jhonny Martins, membro da comunidade negra Furnas do Dionísio – MS.

¹⁸⁹ Dr. José Roberto Camargo de Sousa, pertencente ao Movimento Negro do estado de Mato Grosso do Sul.

¹⁹⁰ Ramão Gonçalves dos Santos, Residente na comunidade de São Miguel e esposo da irmã do pai de Edmara, Benedita Ribeiro.

motivado a atuar em prol desses grupos. Estabelecendo-se assim, elo importante para a comunicação destas entidades que por intermédio do desejo de manter o “projeto camponês” (Woortmann, 1990) – garantido o acesso a terra e, portanto a condições de trabalho e manutenção do grupo familiar – passaram a se comunicar. O aspecto da fronteira resgatado aqui em Barth (1998) se refere ao fato de que essa “rede-irmandade” (Plínio dos Santos, 2010) que se estabelece entre Movimento Negro do estado de Mato Grosso do Sul e Movimento Quilombola, mais especificamente no que concerne às comunidades “rurbanas” e rurais¹⁹¹, atua viabilizando demandas destas famílias (comunidades) sem perder a dimensão da existência de especificidades, portanto de limites entre esses entes em relação (comunidades rurais e movimento urbano).

Existem fronteiras, que denotam os limites nas relações que se estabelecem entre essas entidades na medida em que os aspectos ligados às diferenças geográficas (Movimento Negro urbano / Comunidades rurbanas), sociais (origem elitizada dos centros urbanos e não das periferias) e mesmo culturais (base intelectual frente a comunidades que, de um modo geral, apresentam baixo grau de escolaridade) emergem. Contudo, os conflitos que Barth (1998) identifica nas fronteiras (e esses conflitos acima destacados) tem o potencial de fortalecimento do “nós” (comunidade negra Araújo Ribeiro) em oposição ao “outro”. A rede de solidariedade e cooperação entre essas entidades é factível e possibilita resultados efetivos entre esses grupos, na medida em que as fronteiras existentes no estabelecimento dessas relações se expressa a partir do respeito às especificidades de cada grupo: *“Como se observou anteriormente com o conflito sobre a terra, somente quando se obedecem as especificidades das comunidades negras rurais/rurbanas é que há possibilidade de diálogo entre o Movimento Negro e essas comunidades”* (Plínio dos Santos, 2010: 408).

A identidade quilombola é coletiva e, por assim o ser é representativa. Representativa no sentido mais objetivo da palavra – do que representa a comunidade – e representativa na medida em que apenas por intermédio de um grupo organizado (uma “entidade organizadora”) estes indivíduos transformam-se em interlocutores válidos para o poder público. O texto do projeto “Habitação Rural” é bastante taxativo quanto à necessidade da existência de uma “entidade” que organize / represente o grupo requerente:

¹⁹¹ Pois, das cinco comunidades por mim entrevistadas – quatro em Nioaque e uma em Maracajá – o aspecto da terra e mais especificamente da casa aparece com principal motivo das mobilizações desses grupos.

A entidade organizadora [grifo próprio] entrega a CAIXA documentação de todos os associados, necessária para a constatação, para exame e análise técnica (certificação de identidade emitida pela Fundação Cultural Palmares e título de reconhecimento da área emitido pelo INCRA e registrado em cartório, ou certidão emitida pela superintendência regional do INCRA, caso o processo de titulação da área esteja em andamento)¹⁹².

Entendendo-se aqui por “entidade organizadora” a pessoa jurídica que representa o grupo (associação, cooperativa, sindicato ou poder público – Estado, Municípios e Distrito Federal). A região em que a comunidade em análise está localizada encontra-se na “periferia da periferia”, tendo em vista que se trata de um pequeno município do estado de Mato Grosso do Sul, afastado da capital – centro econômico e político – sendo que a comunidade ocupa um bairro periférico também à sede de seu município. Contudo, este tipo de constatação não tem o intuito de advogar por uma imagem vitimizada e estereotipada destas populações.

Compreendendo como caminho mais frutuoso uma problematização dos temas aqui expostos, no sentido de discutir as questões relativas à identidade racial, que neste caso também é geográfica (rural / urbana), enquanto elemento gerador de tensões e conflitos. Estas questões, longe de serem harmônicas para a sociedade (partidos políticos, latifundiários e grileiros), também não o são para as próprias comunidades negras (sejam elas rurais ou urbanas), tendo em vista a frequente necessidade de acionamento de identidades enfrentadas por esses sujeitos no intuito de conquistar um espaço no qual seus interesses estejam representados, ou seja, o território do grupo familiar esteja protegido.

¹⁹² Texto extraído da cartilha do Programa Brasil quilombola, mais especificamente, do projeto Habitação Rural, disponível em <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq>, consultado em fevereiro de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias das famílias negras que residem em Nioaque e Maracajú revelaram a presença central da *terra* enquanto fator de negociação sob o qual as estratégias de manutenção do grupo familiar eram traçadas. Os processos históricos de fixação no território sul mato-grossense (mineração, agricultura e pecuária), as relações de solidariedade e reciprocidade estabelecidas pelas famílias Gonçalves, Ribeiro e Araújo (compadrio e mutirões), bem como as estratégias de migração e arrendamento de terras de fazendeiros elucidam a importância histórica do território para esses grupos.

Era na luta pela manutenção deste território, das condições de trabalho e, portanto da família - “Projeto Camponês” (Woortmann, 1990), que estas comunidades estabeleceram os arranjos essenciais à continuação da sua existência. Essas questões estão bem explicitadas no segundo capítulo do presente trabalho, pois os tempos de antigamente (o trabalho com o gado, na lavoura e no arrendamento de terras), bem como os tempos de hoje (com as atuais transformações nas formas de trabalho, na tradição religiosa e os conflitos geracionais a respeito dos projetos de comunidade que se deseja – urbana ou rural), revelam a posição basilar do território sob o qual se reproduz uma identidade específica: Comunidade Quilombola Família Araújo Ribeiro.

No atual contexto de significativas conquistas das comunidades quilombolas, tomando-se aqui o reconhecimento legal do Estado brasileiro dos direitos destes grupos (ADCT art. 68º, Decreto 4887/2003 e IN 57, apresentadas já na introdução desta monografia), essas famílias tornam-se beneficiárias de uma série de políticas públicas que entendem seus espaços como eminentemente rurais (Programa Brasil Quilombola).

Contudo, há conflitos dentro das matrizes ideológicas das ciências sociais (Durkheim apud Carmo, 2009; Wirth, 1973; Lefebvre, 2002; Freyre, 1982; e, Carneiro, 1998) e da própria legislação brasileira (Decreto 311/1937) quanto aos critérios que determinam campo e cidade e que tocam as populações quilombolas na medida em que essas comunidades carregam um estigma histórico de locais isolados e sem poder de agência, similar a marca que os espaços ditos rurais tradicionalmente representaram para as interpretações bibliográficas relativas ao tema e para o imaginário de muitas pessoas, mesmo entre aos sujeitos que compõem as comunidades negras citadas neste trabalho.

Porém, contrária a essa perspectiva, como foi possível verificar desde o primeiro capítulo deste trabalho, as comunidades sempre manifestaram posturas ativas frente as

realidades adversas às quais eram expostas. No período anterior a abolição, os quilombos, ao invés de isolados geograficamente e apáticos, constituíram espaços de reivindicação à ordem social vigente e, em alguns casos, eram inclusive essenciais para o abastecimento dos povoados das terras sul mato-grossenses (Gomes, 2005), que eram distantes dos centros agrícolas do território brasileiro e, em parte de sua história, com os braços escravos dedicados à mineração ou a monocultura em detrimento das atividades agrícolas para o abastecimento alimentar dos núcleos de povoamento da região.

Nesta monografia, buscou-se compreender que a identidade quilombola, assim como a identidade étnica, se estabelece *em processo*, na medida em que são relativas às diferentes situações concretas nas quais são acionadas (Cardoso de Oliveira, 1976). Essa identidade manifesta conflitos internos às comunidades envolvidas, tendo em vista a imagem arraigada do quilombo histórico – associado ao isolamento e ao atraso (áreas rurais) em contraposição à imagem urbano / industrial (sinônimo de “progresso”) – que a sociedade em contato com essas populações e os próprios sujeitos pertencentes às comunidades quilombolas carregaram.

Entretanto, ressalta-se aqui também que apesar desses conflitos o Estado (por intermédio de políticas públicas e ações afirmativas) promove movimentos de fortalecimento dessas identidades, em virtude do caráter “contrastivo” que a relação do poder público com as populações quilombolas apresenta, para a qual o “nós” (comunidade quilombola) se afirma em oposição ao “outro” (sociedade envolvente e Estado), assim como o “rurbano” (Freyre, 1982) se fortalece frente ao “urbano” – manifestação também do aspecto de busca de autonomia que historicamente esteve atrelada a conquista da terra e que revela o caráter *geográfico* da identidade quilombola.

Ao final deste trabalho novas questões se apresentam, pois ao perceber a centralidade do território para as famílias aqui estudadas (independente de sua proximidade dos espaços rurais ou urbanos) através das “territorialidades específicas” (Almeida, 2002) que o caracterizam, foi possível identificar também que para estas populações o objetivo essencial na conquista da terra - mais do que um espaço para o qual atividades agrícolas possam ser desenvolvidas enquanto formas de provimento desses grupos¹⁹³, importa, a busca pela titulação de seus territórios, a conquista de um espaço no qual a *casa* (família) possa ser instalada.

¹⁹³ Situação que se reflete nos constantes processos migratórios para estudar e trabalhar na cidade por parte dos grupos mais jovens de pessoas dessas famílias e que faz com que o trabalho na terra não ocupe mais posição central no provimento da casa, apesar da sua importância no que caracterizou historicamente o tecido social destes grupos.

Novos temas de pesquisa derivam dessas constatações, na medida em que nas entrevistas realizadas com as comunidades quilombolas Família Bulhões e Família Romano Martins da Conceição – grupos que até o final deste trabalho não tinham sido contemplados pelo projeto de habitação para as comunidades negras, e que se auto declararam quilombolas – sinalizaram para um entendimento de que a identidade quilombola ainda não é enxergada enquanto categoria representativa para essas pessoas que não acessaram o direito a moradia.

Nesse sentido, termino este trabalho com alguns questionamentos, tais como: em que medida, para as populações negras que estão com processo de titulação em aberto na superintendência do INCRA-MS e, ainda não acessaram programas habitacionais, a identidade quilombola se faz representativa? Frente aos processos de transformações das atividades produtivas não mais tão ligadas a agricultura e pecuária e aos novos programas habitacionais oferecidos às comunidades negras, a *casa*, mais do que o terra para a lavoura, é o elemento primordial para que a identidade quilombola faça sentido? Estes são elementos de pesquisa que permanecem em aberto, para os quais tenho apenas pistas e que demandariam trabalho posterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos Jurídicos:

BRASIL. Constituição Federal da república Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. _____ artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT);

Convenção Internacional nº 169, da Organização Internacional do Trabalho – OIT: promulgada pela Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004;

Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos de que trata o artigo nº 68 do ADCT. Brasília, DF, 2003.

Teses e Dissertações:

COSTA, João Batista de Almeida. 1999. *Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. Dissertação de Mestrado em Antropologia defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia.* Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. 2010. *Fiéis descendentes: Redes-Irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses.* Tese de doutorado em antropologia defendida no Departamento de Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

SOUZA, Bárbara Oliveira. *Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro:* Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2008.

Livros e Artigos:

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. 2002. *Os Quilombos e as Novas Etnias.* O'DYWER, Eliane C. (Org.). 2002a. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade.* Rio de Janeiro: Editora FGV.

ALMEIDA, Patrícia José de; BUAINAIN, Antônio Márcio. *Os contratos de arrendamento e parceria no Brasil.* Rev. direito GV, São Paulo, v. 9, n. 1, June 2013. Consultado em 05 de novembro de 2013.

- AYALA, Caroline H.; BRUSTOLIN, Cíndia; FEHLAUER, Tércio J. 2007. Relatório sócio-histórico-antropológico da Comunidade Negra Colônia São Miguel, Maracaju (MS). Instituto Nacional de Reforma Agrária/MS/MDA.
- BARTH, Fredrik. 1998. *Grupos Étnicos e suas Fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Editora UNESP.
- BOTTOMORE, T., et all. 1988. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CABRAL, Paulo Eduardo. 1994. “Prefácio”. In: “Como se de ventre livre nascido fosse...”: cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos, 1838 a 1888. Campo Grande, MS: - SEJT, MS; SEEB, MS, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, DF.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr V. 1995. *História de Mato Grosso do Sul*. IHGMS. 4ª edição. Campo Grande. MS.
- CAMPESTRINE, Hildebrando. 2009. *Mato Grosso do Sul conflitos étnicos e fundiários*. Campo Grande – MS.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. 1979. *A Brecha Camponesa no Sistema Escravagista*. In: *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes. p. 133- 154.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1976. *Identidade Étnica, Identificação e Manipulação e Um Conceito Antropológico de Identidade*. In: *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. Ed. São Paulo. São Paulo.
- CARMO, Renato Miguel do. *A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação*. Sociologias, Porto Alegre, n. 21, June 2009. Consultado em fevereiro de 2014.
- CARNEIRO, Maria José. 1998. *Ruralidade: novas identidades em construção*. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11
- DURKHEIM, Emile. 2002. *Regras relativas à explicação dos fatos sociais*. In: *As regras dos métodos sociológicos*.
- ENDLICH, Ângela Maria. *Perspectivas sobre o rural e o urbano*. In SPOSITO, M. Encarnação Beltrão & WHITACHER, Arthur Magon (org.). 2006. *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Editora Expressão popular.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. “algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo.” In: *Bruxarias, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Zahar: 1978.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2001. Ed: USP. São Paulo.

- FREYRE, Gilberto. 1982. *Introdução*. In: *Rurbanização: que é?* Recife: Editora Massangana.
- GLUCKMAN, Max. 1987. *Análise de uma situação social na Zululândia moderna*. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Ed. UNESP.
- GOMES, Flávio dos Santos. 2005. *Uma outra história: quilombolas nas capitâneas de São Paulo e Mato Grosso (1722 – 1811); Mocambos setecentistas e os mapas das Minas Gerais (1769)*. In: *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis. (Pg. 349 – 395).
- _____. 2006. *História de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GRAZIANO DA SILVA, José. 1997. *O Novo Rural Brasileiro*. In: *Nova economia*, Belo horizonte, 7(1), maio.
- GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. 1988. *Aspectos Históricos do Povoamento e da Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: Destaque especial ao Município de Dourados*. Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil.
- MATOS DA SILVA, Mônica Cristina Adams de; ÁVILA, Vicente Fideles de; MACIEL, Josemar de Campos. *Religiosidade e Sentimento de Pertença: Considerações Acerca da Festa em Homenagem a São João Batista e da Missa Afro na Comunidade Remanescente de Quilombo “São João Batista” – Campo Grande/MS*. *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano III, n. 8, Set. 2010.
- LEFEBVRE, Henri. 2002 [1970]. *Da Cidade à Sociedade Urbana*. In: *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG
- MORAES FILHO, Melo. 2002. *A Véspera de S. João*. In: *Festas e Tradições Populares no Brasil*. Brasília: Coleção Biblioteca Básica Brasileira.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.).2002a. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- _____. 2005. *Os quilombos e as fronteiras da antropologia*. *Antropolítica* (UFF). V. 19, p. 91-111.
- POLANYI, K. “*Sociedades e Sistemas Econômicos*”. In: ____ *A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus. 2000 [1944]. [Cap. 4-6, PP. 62-68].
- ROLIM DE MOURA, Antônio. 1982. *Correspondências de D. Antônio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja - 1751 a 1754*. Compiladas pelo NDIHR/UFMT (Coleção Documentos Ibéricos – Série: Capitães-Generais, 2). Cuiabá, Imprensa Universitária.

- ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. 2006. *As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Campo e Cidade relações e contradições entre o urbano e o rural*. . 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- SABOURIN, E. 2009. “*Economia camponesa, economia de reciprocidade*” e “*Comunidades Camponesas e Organização Social da Produção*”. In: ____ *Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a Reciprocidade*. Ed. Garamond. Traduzido do Frances por Leonardo Milani. 336 p.
- SOBARZO, Oscar. 2006. *O urbano e o rural em Henri Lefebvre*. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & WHITACKER, Arthur Magon (Org.). *Campo e Cidade relações e contradições entre o urbano e o rural*. . 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. 1993. *Camponeses e trajetórias migratórias: do Sul para a Amazônia Ocidental*. In: Anuário Antropológico 91. Edições Tempo Brasileiro.
- TOLENTINO, Terezinha Lima. 1986. *A ocupação do sul de Mato Grosso antes e depois da Guerra da Tríplice Aliança*. São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.
- TORAL, André Amaral de. *A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai*. Estud. av., São Paulo, v. 9, n. 24, Aug. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>, consultado em dezembro de 2012.
- VEIGA, José Eli da; et all. 2001. *O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD).
- VELHO, Gilberto. 1994. *Memória, Identidade e Projeto*. ____ In: *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- WIRTH, Louis. 1938. *O urbanismo como modo de vida*. In: Velho, Otávio Guilherme (Org.). 1973. *O Fenômeno Urbano*.
- WOLF, Eric. 1976. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro. Zahar Editora. Pp. 89-108.
- WOORTMANN, Klaas. 1988. *Com Parente Não Se Negueia*. Série Antropológica nº 69. Departamento de Antropologia / ICS / UnB.
- _____. 1990 [2009]. *Migração, família e campesinato*. In: WELCH, Clifford Andrew; et all (Org.). *Camponeses Brasileiros: Leituras e interpretações clássicas*, v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Pp. 217-238.

WOORTMANN, Ellen. 1995. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Brasília: Editora UnB/Hucitec.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klass. 1997. “*Considerações finais*”. In: ___ O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Editora Universidade de Brasília. Pp. 133-183.

Sites:

http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/EstatutoComentado_Portugues.pdf, consultado em fevereiro de 2014.

<http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/guia-pbq>, consultado em fevereiro de 2014.

http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/EstatutoComentado_Portugues.pdf, consultado em fevereiro de 2014.

FOTOS



Imagem Nº 19 – Criação de Gado de Seu Lázaro



Imagem Nº 20 – Criação de Miuça de Seu Lázaro



Imagem Nº 21 – Galpão para realização de reuniões da Comunidade São Miguel



Imagem Nº 22 – Casas da Comunidade São Miguel entre plantações de milho



Imagem N° 23 Cemitério com membros da família Ribeiro em Maracajú



**Imagem N° 24 – Rua onde está localizada a Comunidade Família Araújo e Ribeiro –
Bairro Monte Alto**



Imagem Nº 25 – Barracão em construção (Sede da Associação Família Araújo e Ribeiro)



Imagem Nº 26 – Casa na Comunidade Família Bulhões



Imagem Nº 27 – Família Cardoso, da esquerda para a direita: Ramão (presidente da associação), José (Vice- Presidente da associação)



Imagem Nº 28 – Praça central da sede do municipal de Nioaque



Imagem Nº 29 – Monumento de Fundação da Comunidade Araújo Ribeiro